Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 5

Demonstração do Resultado 7

Demonstração do Resultado Abrangente 9

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 12

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 13

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 14

Demonstração de Valor Adicionado 15

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 17

Balanço Patrimonial Passivo 18

Demonstração do Resultado 19

Demonstração do Resultado Abrangente 20

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto) 21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 22

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 23

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 24

Demonstração de Valor Adicionado 25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 27

Notas Explicativas 32

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 133

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 134

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 143

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM) 144

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 146

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 147

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	97.895.475
Preferenciais	88.545.732
Total	186.441.207
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
	#Error
	#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	16.350.590	15.367.043	13.757.792
1.01	Ativo Circulante	4.526.741	3.569.390	2.856.716
1.01.01	Disponibilidades	105.739	222.709	155.094
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	251.149	89.892	75.342
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	236.147	76.393	11.342
1.01.02.03	Aplicações em Operações Compromissadas	15.002	13.499	64.000
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	485.961	402.005	189.559
1.01.03.01	Carteira Própria	260.880	8.357	17.837
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	142.302	247.990	0
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	65.821	145.658	171.722
1.01.03.05	Vinculados à Prestação de Garantias	16.958	0	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	6.742	5.023	3.942
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central do Brasil	6.669	5.023	3.942
1.01.04.03	Correspondente	73	0	0
1.01.06	Operações de Crédito	2.899.789	2.280.111	1.775.658
1.01.06.01	Setor Privado	3.022.693	2.423.785	1.953.214
1.01.06.03	(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-122.904	-143.674	-177.556
1.01.08	Outros Créditos	766.247	551.975	643.544
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	549.387	332.170	487.870
1.01.08.02	Rendas a Receber	6.042	8.637	11.071
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	80.610	86.167	18.892
1.01.08.04	Diversos	60.697	49.659	56.196
1.01.08.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-7.232	-6.652	-18.148
1.01.08.06	Avais e Fianças Honradas	76.743	81.994	87.663
1.01.09	Outros Valores e Bens	11.114	17.675	13.577
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	11.114	17.675	13.577
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.121.487	11.080.237	10.259.629
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	131.742	3.120	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	131.742	3.120	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	7.731.503	8.235.010	7.325.363
1.02.02.01	Carteira Própria	1.226.050	1.089.313	2.285.378
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.331.066	1.513.871	2.107.776
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	901.890	953.701	896.093
1.02.02.05	Vinculados a Compromissos de Recompra	4.272.497	4.678.125	2.036.116
1.02.05	Operações de Crédito	1.548.627	1.172.254	1.201.115
1.02.05.01	Setor Privado	1.668.951	1.251.761	1.303.493
1.02.05.03	(-) Provisão para Operações de Crédito com Liquidação Duvidosa	-120.324	-79.507	-102.378
1.02.07	Outros Créditos	1.279.293	1.345.687	1.328.004
1.02.07.01	Carteira de Câmbio	0	35.043	0
1.02.07.02	Rendas a Receber	7.848	5.797	9.532
1.02.07.03	Devedores por Depósito em Garantia	58.687	56.927	55.335
1.02.07.04	Diversos	1.212.758	1.247.920	1.263.162
1.02.07.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	0	0	-25
1.02.08	Outros Valores e Bens	430.322	324.166	405.147
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	40.378	7.832	19.526
1.02.08.02	Bens não de uso próprio	389.944	316.334	385.621
1.03	Ativo Permanente	702.362	717.416	641.447
1.03.01	Investimentos	693.073	707.529	629.962
1.03.01.02	Participações em Controladas	689.295	707.055	629.488
1.03.01.04	Outros Investimentos	3.778	474	474
1.03.02	Imobilizado de Uso	7.998	7.737	8.948
1.03.02.01	Instalações, Móveis Equipamentos de Uso	21.970	21.603	21.603
1.03.02.02	Outras Imbobilizações de Uso	6.182	5.017	5.081
1.03.02.03	(-) Depreciações Acumuladas	-20.154	-18.883	-17.736
1.03.04	Intangível	1.291	2.150	2.537
1.03.04.01	Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	3.862	3.862	3.347

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.03.04.02	(-) Amortização Acumulada	-2.571	-1.712	-810

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	16.350.590	15.367.043	13.757.792
2.01	Passivo Circulante	7.030.160	6.738.841	4.965.341
2.01.01	Depósitos	2.125.500	1.845.451	2.329.611
2.01.01.01	Depósitos à Vista	155.980	195.382	169.368
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	52.507	532.246	18.499
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	1.917.013	1.117.823	2.141.744
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	3.943.494	4.485.015	2.010.735
2.01.02.01	Carteira Própria	3.943.494	4.485.015	2.010.735
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	706.659	205.861	314.580
2.01.03.01	Recursos de letras de crédito imobiliário	253.217	96.421	84.717
2.01.03.02	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	453.442	103.005	175.701
2.01.03.03	Recursos de letras financeiras	0	6.435	54.162
2.01.04	Relações Interfinanceiras	594	311	293
2.01.04.01	Correspondentes	329	311	293
2.01.04.02	Recebimentos e pagamentos a liquidar	265	0	0
2.01.05	Relações Interdependências	2.794	3.867	782
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.794	3.867	782
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	5	5	5
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	5	5	5
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	2.457	7.483	8.642
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	12.366	27.188	36.398
2.01.09	Outras Obrigações	236.291	163.660	264.295
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	84.584	44.762	26.285
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	137	788	52
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	108.326	34.344	117.636
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	9.754	0	0
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	9.446	41.182	23.749
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	7.009	14.091	2.032

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.09.08	Dívidas Subordinada	0	0	63.398
2.01.09.09	Outros	17.035	28.493	31.143
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	8.451.451	7.837.184	7.979.608
2.02.01	Depósitos	5.988.259	5.365.635	5.013.310
2.02.01.01	Depósitos Interfinaceiros	0	0	513.495
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	5.988.259	5.365.635	4.499.815
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	410.273	383.289	220.595
2.02.03.01	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	365.301	159.493	125.046
2.02.03.02	Recursos de letras financeiras	0	0	5.549
2.02.03.04	Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	44.972	223.796	90.000
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	44	6.926	14.377
2.02.09	Outras Obrigações	2.052.875	2.081.334	2.731.326
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.625.048	1.747.419	2.408.164
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	193.225	179.630	193.556
2.02.09.03	Provisão para Passivos Contingentes	22.275	21.779	18.319
2.02.09.04	Dívida Subordinada	204.419	132.506	79.037
2.02.09.05	Outros	7.908	0	32.250
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	11.885	20.149
2.05	Patrimônio Líquido	868.979	779.133	792.694
2.05.01	Capital Social Realizado	851.665	1.202.393	1.202.393
2.05.01.01	De Domiciliados no País	722.798	1.073.526	1.073.526
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	128.867	128.867	128.867
2.05.04	Reservas de Lucro	23.133	0	0
2.05.04.01	Legal	1.730	0	0
2.05.04.02	Estatutária	21.403	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-5.819	-4.929	14.517
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-5.819	-4.929	14.517
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-418.331	-424.216

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.454.943	990.603	666.445
3.01.01	Operações de Crédito	752.005	454.613	341.047
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	570.754	446.881	249.005
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	119.355	5.836	-72.527
3.01.04	Resultado com Operações de Câmbio	12.829	83.273	148.920
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.267.589	-825.870	-519.314
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-1.226.140	-819.605	-498.584
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-7.124	-13.728	-52.769
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-34.325	7.463	32.039
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	187.354	164.733	147.131
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-164.302	-171.073	-272.209
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	40.100	33.917	34.347
3.04.02	Despesas de Pessoal	-99.985	-89.523	-86.994
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-83.530	-89.597	-87.202
3.04.04	Despesas Tributárias	-12.317	-6.416	-5.947
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	16.168	18.442	16.767
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-27.740	-40.841	-112.464
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	3.002	2.945	-30.716
3.05	Resultado Operacional	23.052	-6.340	-125.078
3.06	Resultado Não Operacional	63.687	30.687	4.541
3.06.01	Receitas	69.392	42.685	21.979
3.06.02	Despesas	-5.705	-11.998	-17.438
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	86.739	24.347	-120.537
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-2.298	-2.196	0
3.09	IR Diferido	-20.236	-1.317	72.718
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-24.645	-14.949	-15.805
3.10.01	Participações	-24.645	-14.949	-15.805
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	39.560	5.885	-63.624

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99	Lucro por Ação - (R$ / Ação)	0,21937	0,02769	0,03972

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	40.900	5.885	-63.624
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-833	-19.446	15.263
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	-1.504	-36.032	24.764
4.02.02	Hedges fluxo de caixa	1	1	-9
4.02.03	Outros resultados abrangentes	453	15.911	2.995
4.02.04	Imposto de renda	217	674	-12.487
4.03	Resultado Abrangente do Período	40.067	-13.561	-48.361

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-149.885	148.311	-8.173
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	102.737	-14.091	-223.947
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	40.900	5.942	-63.624
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	34.325	-7.463	-32.039
6.01.01.03	Impostos Diferidos	20.236	1.317	-72.718
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	2.130	2.279	2.149
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-1.016	2.956	-2.520
6.01.01.06	Resultado de Participação e Controlada	578	2.966	30.716
6.01.01.10	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa Equivalentes de Caixa	9.926	-19.086	-86.493
6.01.01.11	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-4.342	-3.002	582
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-252.622	162.402	215.774
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-183.952	-3.120	35.352
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	156.020	-1.761.508	-2.309.742
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Operações de Crédito	-1.029.796	-479.650	-368.526
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Outros Créditos	-168.693	84.090	-244.580
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Outros Valores e Bens	-99.595	76.883	48.045
6.01.02.06	(Aumento) Redução de Relações Interfinanceiras e Interdepedências	-2.509	2.022	-7.025
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos	180.093	-22.299	-115.413
6.01.02.08	Aumento (Redução) de Depósitos	902.673	-131.835	1.441.879
6.01.02.09	Aumento (Redução) de Operações Compromissadas	-541.521	2.474.280	1.665.341
6.01.02.10	Aumento (Redução) de Recursos e Aceites e Emissões de Títulos	527.782	53.975	798
6.01.02.11	Aumento (Redução) de Outras Obrigações	-26.730	-104.352	146.882
6.01.02.12	Aumento (Redução) de Obrigações por Empréstimos e Repasses	45.491	-17.820	-63.492
6.01.02.13	Aumento (Redução) de Resultado de Exercícios Futuros	-11.885	-8.264	-13.745
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	17.322	-75.303	-1.421
6.02.01	Aquisição de imobilizado de uso	-1.532	-166	-750
6.02.03	Redução/Aumento de capital em controladas	22.158	-74.622	0
6.02.05	Aquisição/Alienação de intangível	0	-515	-671

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.07	Aquisição de outros investimentos	-3.304	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	131.446	-9.929	68.969
6.03.02	Juros sore o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	-11.475	0	57.991
6.03.03	Aumento de capital	61.254	0	0
6.03.05	Aumento (Redução) em Obrigações por Dívidas Subordinadas	81.667	-9.929	10.978
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-9.926	19.086	86.493
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.043	82.165	145.868
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	312.601	230.436	84.568
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	301.558	312.601	230.436

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-418.274	-4.986	779.133
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	-418.274	-4.986	779.133
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	40.900	0	40.900
5.05	Destinações	0	0	0	23.133	-34.608	0	-11.475
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-11.475	0	-11.475
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	23.133	-23.133	0	0
5.05.03.01	Reserva legal	0	0	0	1.730	-1.730	0	0
5.05.03.02	Reserva estatutária	0	0	0	21.403	-21.403	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-833	-833
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-922	-922
5.07.04	MTM Hedge Fluxo de Caixa	0	0	0	0	0	1	1
5.07.05	Outros ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	0	88	88
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	-350.728	0	0	0	411.982	0	61.254
5.13	Saldo Final	851.665	0	0	23.133	0	-5.819	868.979

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-424.216	14.517	792.694
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	-424.216	14.517	792.694
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	5.942	0	5.885
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-19.503	-19.503
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-19.873	-19.873
5.07.04	Outros ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	0	370	370
5.13	Saldo Final	1.202.393	0	0	0	-418.274	-4.986	779.076

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-360.592	-746	841.055
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	-360.592	-746	841.055
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-63.624	0	-63.624
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	15.263	15.263
5.07.04	MTM de Titulos	0	0	0	0	0	13.621	13.621
5.07.05	MTM Hedge de FI	0	0	0	0	0	-5	-5
5.07.06	Outros Ajustes	0	0	0	0	0	1.647	1.647
5.13	Saldo Final	1.202.393	0	0	0	-424.216	14.517	792.694

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.512.833	1.040.271	641.675
7.01.01	Intermediação Financeira	1.454.943	990.603	666.445
7.01.02	Prestação de Serviços	40.100	33.917	34.347
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-34.325	7.463	32.039
7.01.04	Outras	52.115	8.288	-91.156
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.233.264	-833.333	-551.353
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-75.265	-71.982	-70.087
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-396	-417	-352
7.03.02	Serviços de Terceiros	-58.609	-52.558	-44.687
7.03.04	Outros	-16.260	-19.007	-25.048
7.04	Valor Adicionado Bruto	204.304	134.956	20.235
7.05	Retenções	-2.130	-2.279	-2.149
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.130	-2.279	-2.149
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	202.174	132.677	18.086
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.342	3.002	-30.716
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.342	3.002	-30.716
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	206.516	135.679	-12.630
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	206.516	135.679	-12.630
7.09.01	Pessoal	124.630	104.472	102.799
7.09.01.01	Remuneração Direta	59.705	57.164	55.902
7.09.01.02	Benefícios	15.356	13.169	12.745
7.09.01.03	F.G.T.S.	24.924	19.190	18.347
7.09.01.04	Outros	24.645	14.949	15.805
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.851	9.929	-66.771
7.09.02.01	Federais	32.895	8.260	-68.499
7.09.02.03	Municipais	1.956	1.669	1.728
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.135	15.336	14.966
7.09.03.01	Aluguéis	6.135	15.336	14.966

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	40.900	5.942	-63.624
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	11.475	0	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.425	5.942	-63.624

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	16.014.008	15.045.370	13.449.080
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	105.740	222.710	155.095
1.02	Ativos Financeiros	13.863.272	12.898.108	11.338.833
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	1.489.075	1.933.514	2.542.298
1.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	1.489.075	1.933.514	2.542.298
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.002.856	836.201	2.444.767
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	11.371.341	10.128.393	6.351.768
1.03	Tributos Diferidos	772.728	784.136	775.796
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	772.728	784.136	775.796
1.04	Outros Ativos	1.247.879	1.115.310	1.145.521
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	864.321	815.601	909.863
1.04.03	Outros	383.558	299.709	235.658
1.06	Imobilizado	23.098	22.956	31.298
1.06.01	Imobilizado de Uso	23.098	22.956	31.298
1.07	Intangível	1.291	2.150	2.537
1.07.01	Intangíveis	1.291	2.150	2.537

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	16.014.008	15.045.370	13.449.080
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	1.709.632	1.792.181	2.434.449
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	13.366.752	12.377.234	10.082.186
2.04	Provisões	23.107	38.443	39.329
2.05	Passivos Fiscais	5.447	13.711	1.777
2.06	Outros Passivos	39.464	20.547	67.670
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	869.606	803.254	823.669
2.08.01	Capital Social Realizado	851.665	1.202.393	1.202.393
2.08.04	Reservas de Lucros	23.731	0	0
2.08.04.01	Reserva Legal	1.760	0	0
2.08.04.02	Reserva Estatutária	21.971	0	0
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-394.617	-393.023
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-5.790	-4.522	14.299

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.472.724	1.002.046	1.209.672
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.444.970	-937.239	-495.578
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	27.754	64.807	714.094
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	52.900	-54.321	-855.866
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	43.037	55.807	36.077
3.04.02	Despesas de Pessoal	-120.348	-99.853	-96.491
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-76.252	-82.897	-89.054
3.04.04	Despesas Tributárias	-27.021	-20.195	-18.629
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	267.595	141.808	-689.925
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-34.111	-48.991	2.156
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	80.654	10.486	-141.772
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-33.362	-8.026	70.764
3.06.01	Corrente	-8.210	-16.642	-2.882
3.06.02	Diferido	-25.152	8.616	73.646
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	47.292	2.460	-71.008
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	47.292	2.460	-71.008
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	47.292	2.460	-71.008
3.99	Lucro por Ação - (R$ / Ação)	25.366	166	-48
3.99.01	Lucro Básico por Ação	25.366	166	-48

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	47.292	2.460	-71.008
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.268	-18.821	16.776
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	46.024	-16.361	-54.232
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	46.024	-16.361	-54.232

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-129.166	74.661	43.715
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	116.481	23.749	-233.304
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-245.647	50.912	277.019
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.118	-1.653	3.682
6.02.02	(Aquisição) de Imobilizado de uso	-5.118	-1.138	3.627
6.02.03	(Aquisição) do Intangivel	0	-515	55
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	133.167	-9.929	10.978
6.03.03	Aumento (Redução) Dívidas subordinadas	71.913	-9.929	10.978
6.03.04	Aumento de Capital	61.254	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-9.926	19.086	86.493
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.043	82.165	144.868
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	312.602	230.437	85.569
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	301.559	312.602	230.437

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.202.393	0	0	-394.617	-4.522	803.254	0	803.254
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.202.393	0	0	-394.617	-4.522	803.254	0	803.254
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-350.728	0	0	400.507	0	49.779	0	49.779
5.04.01	Aumentos de Capital	-350.728	0	0	411.982	0	61.254	0	61.254
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-11.475	0	-11.475	0	-11.475
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.292	-1.268	46.024	0	46.024
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.292	0	47.292	0	47.292
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.268	-1.268	0	-1.268
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.268	-1.268	0	-1.268
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.731	-53.182	0	-29.451	0	-29.451
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	23.731	-23.731	0	0	0	0
5.06.04	Outras mutações do Patrimônio Líquido	0	0	0	-29.451	0	-29.451	0	-29.451
5.07	Saldos Finais	851.665	0	23.731	0	-5.790	869.606	0	869.606

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.202.393	0	0	-393.023	14.299	823.669	0	823.669
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.202.393	0	0	-393.023	14.299	823.669	0	823.669
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.594	-18.821	-20.415	0	-20.415
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.460	0	2.460	0	2.460
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-4.054	-18.821	-22.875	0	-22.875
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-4.054	-18.821	-22.875	0	-22.875
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.202.393	0	0	-394.617	-4.522	803.254	0	803.254

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.202.393	0	0	-318.677	-2.477	881.239	0	881.239
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.202.393	0	0	-318.677	-2.477	881.239	0	881.239
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-74.346	16.776	-57.570	0	-57.570
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-71.008	0	-71.008	0	-71.008
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.338	16.776	13.438	0	13.438
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.338	16.776	13.438	0	13.438
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.202.393	0	0	-393.023	14.299	823.669	0	823.669

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.743.308	1.104.318	628.562
7.01.01	Intermediação Financeira	1.669.089	1.034.789	629.885
7.01.02	Prestação de Serviços	43.037	55.807	36.077
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-40.047	-32.354	12.649
7.01.04	Outras	71.229	46.076	-50.049
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.444.970	-874.248	-555.665
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-59.866	-79.941	-80.609
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.409	-2.058	-353
7.03.02	Serviços de Terceiros	-70.230	-71.629	-73.737
7.03.04	Outros	11.773	-6.254	-6.519
7.04	Valor Adicionado Bruto	238.472	150.129	-7.712
7.05	Retenções	-4.304	-4.256	-3.974
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.304	-4.256	-3.974
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	234.168	145.873	-11.686
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	234.168	145.873	-11.686
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	234.168	145.873	-11.686
7.09.01	Pessoal	120.347	99.855	96.490
7.09.01.01	Remuneração Direta	55.263	51.880	49.593
7.09.01.02	Benefícios	15.370	13.168	12.745
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.358	4.081	4.055
7.09.01.04	Outros	44.356	30.726	30.097
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	60.384	28.222	-52.134
7.09.02.01	Federais	48.369	16.967	-62.860
7.09.02.03	Municipais	12.015	11.255	10.726
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.145	15.336	14.966
7.09.03.01	Aluguéis	6.145	15.336	14.966
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	47.292	2.460	-71.008
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	11.475	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	35.817	2.460	-71.008

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao segundo semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

O Banco se posiciona nas seguintes áreas de negócios focando em fornecer soluções financeiras completas por meio de uma ampla variedade de produtos e serviços.

1 – *Non Performing Loans* = Créditos Inadimplentes

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

No âmbito externo, o quarto trimestre de 2022 foi marcado pela perspectiva de que os ciclos de alta de juros nos EUA, na Zona do Euro e no Reino Unido estejam perto do fim. A elevação aparentemente sincronizada de juros nas três regiões está agora associada à inflação global elevada provocada pela alta de salários associada a mercados de trabalho com restrições de oferta de trabalhadores em relação ao excesso de demanda por trabalhadores especializados. Ao mesmo tempo, do lado positivo, o cenário global no 4T22 foi marcado pela melhora das restrições de ofertas logísticas e de bens industriais.

Na Europa, a forte restrição de oferta de energia que a Zona do Euro e o Reino Unido enfrentariam foi contornada por meio da criação de subsídios governamentais para contas de energia de residências e empresas para enfrentar o corte de fornecimento de gás natural promovido pela Rússia. Nos EUA, a divulgação do forte PIB no 4T22, que atingiu 2,9% no trimestre contra trimestre anterior (dessazonalizado e anualizado), também afastou os receios de forte recessão ao longo de 2023.

Estes eventos na Europa e nos EUA ao longo do 4T22 fortaleceram as bolsas de valores em ambas as regiões, reduziram os juros de mercado e sua volatilidade nos EUA e, consequentemente, valorizaram as moedas de economias desenvolvidas e emergentes em relação ao dólar.

Normalmente, o real acompanharia a cesta de moedas e valorizaria também com relação ao dólar no final do 4T22. No entanto, ao contrário do movimento de apreciação da cesta de moedas contra dólar no trimestre passado, a cotação real/US$ desvalorizou 8% em dois meses. Especificamente, neste período, a discussão pós eleição sobre o aumento do teto de gastos em R$200 bilhões e a possibilidade de o superávit do governo central de 0,55% do PIB (excluindo as despesas de juros) em 2022 se transformar em um déficit de mais de 2% do PIB em 2023, bem como as incertezas sobre o novo arcabouço fiscal, geraram a desvalorização do real ante o dólar e em relação à cesta de moedas.

Mesmo com a Selic tendo encerrado 2022 em 13,75%, o que deveria atrair investimentos estrangeiros em renda fixa, o fluxo financeiro líquido (entradas menos saídas) de recursos para o Brasil foi negativo em US$ 8,4 bilhões, contribuindo para a desvalorização do real no período. No entanto, de acordo com as expectativas de mercado, a permanência da alta Selic tende a ajudar a entrada líquida de investimentos externos em renda fixa, ainda mais com a desaceleração da inflação ao consumidor esperada em 2023 e 2024.

De fato, as razões para a Selic tão elevada em 2023 e 2024 residem, no curto prazo, nas pressões que levaram o IPCA anual a atingir, no final do 4T22, 5,78% ante 7,17% no 3T22. No médio e longo prazo, ou seja, no final de 2023 e de 2024, o consenso de mercado para o IPCA acima de 5% (ante a meta de inflação de 3,25%) e em quase 4% (em relação à meta de 3%), respectivamente, leva as projeções mínimas para a Selic para patamares ainda assim elevados no final de 2023.

Apesar de os apertos da Selic desacelerarem o PIB, o consenso para o crescimento econômico em 2022 está em pelo menos 2,5% e 0,7% em 2023 por conta da aceleração da atividade no setor de serviços. De fato, ela cresceu 7,4% entre janeiro e novembro de 2022 em relação ao período fevereiro-dezembro de 2021 (dados dessazonalizados) e 8,5% nos 11 primeiros meses do ano ante o mesmo período do ano retrasado. Como o setor de serviços é o mais importante para a absorção de mão de obra, a taxa de desemprego (ajustada sazonalmente) caiu para 8,8% em novembro de 2022 ante 11,5% em janeiro do ano passado, o que explica o impulso de demanda que a economia brasileira ainda vivencia.

Parte da aceleração do crescimento do setor de serviços vem do aumento da mobilidade social após o fim dos efeitos contracionistas advindos da pandemia. A outra parte vem da continuidade dos impulsos fiscais promovidos pelo governo federal.

Apesar da elevação de despesas federais, o forte aumento de arrecadação (real e nominal) federal e dos governos estaduais geraram a perspectiva de resultado primário do setor público (ou seja, descontadas as despesas com juros da dívida pública) superavitário em pelo menos 0,8% do PIB ante o superávit de 0,73% do PIB em 2021.

O maior controle fiscal no âmbito da limitação das despesas primárias é condição necessária para a eventual redução da Selic. Esta redução é fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça em níveis saudáveis em 2023 e em 2024.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado contábil consolidado

RESULTADOS (R$ Milhões)	2021	2022	Variação
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	166,8	191,5	14,8%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7,5	(34,3)	(559,9%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	39,9	51,2	28,5%
Despesas administrativas e de pessoal	(179,5)	(184,8)	2,9%
Resultado operacional	29,5	93,7	217,9%
Lucro líquido contábil	5,9	40,9	588,3%

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. **Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados de 2022 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).**

RESULTADOS (R$ Milhões)	2021	2022	Variação
Margem financeira bruta	197,8	228,3	15,4%
Custo de crédito	(18,0)	15,5	(185,8%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	39,9	51,2	28,5%
Despesas administrativas e de pessoal	(179,5)	(184,8)	2,9%
Resultado operacional	29,5	93,7	217,9%
Lucro líquido	5,9	40,9	588,3%

O ano de 2022 foi marcado por significativas melhorias em nossos negócios, indicadores operacionais e otimizações em nossa estrutura organizacional. Avançamos na execução da estratégia, diversificando nossos negócios e alocando o nosso capital de forma ainda mais eficiente, através de novas iniciativas e verticais de negócio.

- A Margem Financeira Bruta somou R$228 milhões no acumulado em 2022, um crescimento de 15% em relação ao ano anterior, impactada pelo crescimento das carteiras de crédito de Empresas, pela consolidação do

segmento Varejo Colateralizado e pelo crescimento da receita relacionada a operações na Mesa de Clientes, refletidos na receita de Tesouraria, puxada pelo maior volume de operações

- Em 2022, o Custo do Crédito apresentou uma redução considerável quando comparado a 2021, explicada, principalmente, pela recuperação de créditos baixados como prejuízo ao longo do ano.
- As receitas de prestação de serviços e tarifas aumento de 28,5% em relação a 2021, decorrente de maiores volumes de operações e do crescimento da atividade da iniciativa de operações estruturadas.
- As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R$184,8 milhões em 2022, reflexo do efetivo controle de despesas da Companhia no ano;
- **O lucro líquido totalizou R$40,9 milhões em 2022, um crescimento expressivo quando comparado a R$5,9 milhões de 2021**.

〉 A carteira de crédito classificada (Res. CMN nº 2.682/99) totalizou R$5,5 bilhões em dezembro de 2022, aumento de 29,2% no período de 12 meses, devido, principalmente, ao início de nossa atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado no segundo semestre e à maior originação de créditos de Empresas no ano. A carteira de crédito expandida totalizou R$6,1 bilhões no período, um crescimento de 28,5% em relação a 2021.

〉 O crescimento da carteira foi realizado de maneira a manter a qualidade dos créditos, ao final de 2022 93,9% da carteira de crédito estava classificada entre os *ratings* AA-C.

- O total de captação atingiu R$9,5 bilhões em dezembro de 2022. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.
- Índice de Basileia encerrou dezembro de 2022 em 11,4%, sendo 9,2% de Capital Nível I.

3. *RATINGS*

O Banco é classificado por agências de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Em maio/22, a agência Moody's atribuiu os *ratings* A-3 local de curto e BBB- de longo prazo ao Banco, ambos com perspectiva estável.

4. RECURSOS HUMANOS

A Gestão de Pessoas é prioridade estratégica: estabelecer relações de confiança com vínculo de longo prazo e performance são primordiais. Somos assertivos e temos incentivos alinhados aos objetivos do banco. Estimulamos a liderança e empreendedorismo, explorando a inspiração, resiliência e aprendizado contínuo.

A área de Recursos Humanos é fundamental para apoiar a execução da estratégia de negócios por meio da instrumentalização da Gestão de Pessoas. Para isso, fomentamos diversas ações atreladas aos pilares de Atração de Talentos, Treinamento & Desenvolvimento, Cultura, Performance, Remuneração, Benefícios e Reconhecimento.

Estamos alinhados com o propósito do Pine e, neste trimestre, reforçamos as ferramentas utilizadas em cada uma das frentes que atuamos. Para isso, políticas internas foram aperfeiçoadas e novas competências foram desenvolvidas para suportar a estratégia do negócio, bem como manter a competitividade do Banco diante dos *players* de mercado.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

〉 Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
〉 Dois membros independentes no Conselho de Administração;
〉 *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
〉 Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
〉 Presença de Comitês de Auditoria e Comitê de Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração; e
〉 Instauração do Conselho Fiscal a partir de julho de 2022.

<u>ESG</u>

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos AMBIENTAL, SOCIAL e de GOVERNANÇA (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela Green Building Council, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

Alterações de Capital em 2022

Em 16 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital de, no mínimo, R$42,9 milhões e, no máximo, R$70,0 milhões. O preço da ação foi definido em R$1,60, e o período de preferência se encerrou dia 24 de março de 2022. Como vantagem adicional aos subscritores, foi atribuído 1 bônus de subscrição, em série única, para cada 3 ações subscritas, sendo que cada bônus, se exercido, dará direito a 1 ação ON e 2 ações PN.

Após o encerramento do período de subscrição das sobras, dia 18 de abril de 2022, foram subscritas um total de 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R$61.253.508,80, correspondentes a aproximadamente 88% das ações disponíveis para subscrição no âmbito do aumento de capital. Foram emitidos também 12.760.974 Bônus de Subscrição atribuídos como vantagem adicional aos subscritores de ações no aumento de capital. O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022.

O Aumento de Capital fortaleceu a estrutura de capital, e consequentemente nossa capacidade de crescer o portfólio de crédito, aumentar a base de clientes e seguir investindo em pessoas, processos e tecnologias, nos permitindo perpetuar nosso propósito, incrementar os níveis de rentabilidade, e intensificar novos negócios.

Adicionalmente, em 28 de setembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social da Companhia. Este movimento meramente contábil está alinhado à estratégia de aumento da rentabilidade da Companhia, tendo como objetivo proporcionar o acúmulo de reservas positivas que serão destinadas pelos Administradores, visando o melhor interesse da Companhia, de seus acionistas e demais stakeholders.

A Redução de Capital se deu sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no Capital Social da Companhia. Desta forma, o Capital Social da Companhia passou para R$852 milhões.

No dia 20 de janeiro de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2022 no valor bruto total de R$11.475.392,83, que representa um valor bruto de R$0,0615496596 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorrerá em 08 de fevereiro de 2023 e considerará a posição acionária do dia 30 de janeiro de 2023.

Conselho Fiscal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de maio de 2022, foi decidido pela instalação do Conselho Fiscal nos termos da Lei e do Estatuto Social do Banco. Em mesma reunião foram indicados e aprovados os nomes dos conselheiros e seus respectivos suplentes, sendo os mesmos aprovados pelo BACEN no dia 28 de julho de 2022.

Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular n° 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R$5.725,0 milhões, representando 83,9% do total de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen

31 de dezembro de 2022

BANCO PINE

Notas Explicativas

Índice	Página

Relatório do Auditor Independente.... 1
Resumo do Comitê de Auditoria.... 9
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.... 10
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.... 11
Parecer do Conselho Fiscal.... 12
Relatório da Administração.... 13
Balanço Patrimonial.... 18
Demonstração do Resultado.... 19
Demonstração do Resultado Abrangente.... 20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.... 21
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).... 22
Demonstração do Valor Adicionado.... 24

Notas Explicativas
1. Contexto Operacional.... 25
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.... 25
3. Principais Práticas Contábeis.... 26
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.... 29
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.... 30
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.... 31
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.... 35
8. Outros Ativos Financeiros.... 37
9. Ativos Fiscais.... 38
10. Investimentos.... 39
11. Outros Ativos.... 39
12. Imobilizado de Uso.... 39
13. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.... 40
14. Dívida Subordinada.... 40
15. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.... 41
16. Outros Passivos.... 41
17. Patrimônio Líquido.... 42
18. Demonstração de Resultado.... 43
19. Imposto de Renda e Contribuição Social.... 44
20. Transações entre Partes Relacionadas.... 44
21. Compromissos, Garantias e Outras Informações.... 45
22. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.... 46
23. Gestão de Riscos e de Capital.... 46
24. Operações Ativas Vinculadas.... 49
25. Outras Informações.... 49
26. Outros Assuntos.... 50

Notas Explicativas

www.pwc.com.br

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente

Notas Explicativas

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

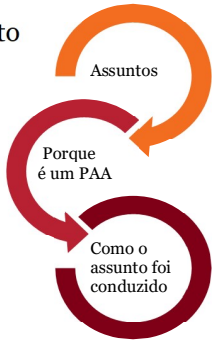
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º
São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000, www.pwc.com.br

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Nossa auditoria para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado	
Conforme divulgado nas Notas 3, 3(e), 6(a) e 25(c), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados na categoria disponível para venda e mensurados ao valor justo. Os títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida. Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores. Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração. Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.
Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
Conforme divulgado nas Notas 3(h) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (*rating*) para cada operação, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN). A definição de risco (*rating*) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Valor recuperável do crédito tributário	
Conforme divulgado nas Notas 3(s) e 9, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil. Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação de premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.	Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração. Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado. Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ativos não financeiros mantidos para venda	
Conforme divulgado nas Notas 3(j) e 11(a), o Banco e suas controladas possuem ativos não financeiros mantidos para venda compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na	Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo, além de premissas estabelecidas pela administração. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis, bem como a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.	Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos. Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Contingências fiscais	
Conforme divulgado nas Notas 3(q) e 15(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda. A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no exercício corrente. Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ambiente de tecnologia da informação	
Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.	Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas. Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável. Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RESUMO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores (https://ri.pine.com), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para a execução da supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no exercício de 2022

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers (PwC) para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras Consolidadas: O Comitê em reuniões com a Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria para o período em análise.

d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Risco do Conglomerado Pine de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

e) Canal de Denúncias: O Comitê de Auditoria monitora o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no sítio eletrônico do Conglomerado Pine e acompanha, quando existentes, o tratamento dos casos com envolvimento da administração.

f) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança e atuação e comprometimento dos gestores.

g) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades neste órgão de administração. Adicionalmente, o presidente e membro qualificado do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, assim como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2023.

William Pereira Pinto – Presidente e Membro Qualificado

Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Walkyria Aparecida Augusto – Membro Independente

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior
Alcides Roberto Rocha
Claudio da Costa
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Guilherme Vieira Neves
Marcelo Camargo
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Renata Leme Borges dos Santos

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior
Alcides Roberto Rocha
Claudio da Costa
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Guilherme Vieira Neves
Marcelo Camargo
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Renata Leme Borges dos Santos

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, Parecer do Comitê de Auditoria e demais peças das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e com base nos exames efetuados, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela PricewaterhouseCooper Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer ressalva a ser feita em relação às citadas peças.

Membros do Conselho Fiscal

Jefferson Dias Miceli
Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Welinton Gesteira Souza

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao segundo semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

O Banco se posiciona nas seguintes áreas de negócios focando em fornecer soluções financeiras completas por meio de uma ampla variedade de produtos e serviços.

1 – *Non Performing Loans* = Créditos Inadimplentes

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

No âmbito externo, o quarto trimestre de 2022 foi marcado pela perspectiva de que os ciclos de alta de juros nos EUA, na Zona do Euro e no Reino Unido estejam perto do fim. A elevação aparentemente sincronizada de juros nas três regiões está agora associada à inflação global elevada provocada pela alta de salários associada a mercados de trabalho com restrições de oferta de trabalhadores em relação ao excesso de demanda por trabalhadores especializados. Ao mesmo tempo, do lado positivo, o cenário global no 4T22 foi marcado pela melhora das restrições de ofertas logísticas e de bens industriais.

Na Europa, a forte restrição de oferta de energia que a Zona do Euro e o Reino Unido enfrentariam foi contornada por meio da criação de subsídios governamentais para contas de energia de residências e empresas para enfrentar o corte de fornecimento de gás natural promovido pela Rússia. Nos EUA, a divulgação do forte PIB no 4T22, que atingiu 2,9% no trimestre contra trimestre anterior (dessazonalizado e anualizado), também afastou os receios de forte recessão ao longo de 2023.

Estes eventos na Europa e nos EUA ao longo do 4T22 fortaleceram as bolsas de valores em ambas as regiões, reduziram os juros de mercado e sua volatilidade nos EUA e, consequentemente, valorizaram as moedas de economias desenvolvidas e emergentes em relação ao dólar.

Normalmente, o real acompanharia a cesta de moedas e valorizaria também com relação ao dólar no final do 4T22. No entanto, ao contrário do movimento de apreciação da cesta de moedas contra dólar no trimestre passado, a cotação real/US$ desvalorizou 8% em dois meses. Especificamente, neste período, a discussão pós eleição sobre o aumento do teto de gastos em R$200 bilhões e a possibilidade de o superávit do governo central de 0,55% do PIB (excluindo as despesas de juros) em 2022 se transformar em um déficit de mais de 2% do PIB em 2023, bem como as incertezas sobre o novo arcabouço fiscal, geraram a desvalorização do real ante o dólar e em relação à cesta de moedas.

Mesmo com a Selic tendo encerrado 2022 em 13,75%, o que deveria atrair investimentos estrangeiros em renda fixa, o fluxo financeiro líquido (entradas menos saídas) de recursos para o Brasil foi negativo em US$ 8,4 bilhões, contribuindo para a desvalorização do real no período. No entanto, de acordo com as expectativas de mercado, a permanência da alta Selic tende a ajudar a entrada líquida de investimentos externos em renda fixa, ainda mais com a desaceleração da inflação ao consumidor esperada em 2023 e 2024.

De fato, as razões para a Selic tão elevada em 2023 e 2024 residem, no curto prazo, nas pressões que levaram o IPCA anual a atingir, no final do 4T22, 5,78% ante 7,17% no 3T22. No médio e longo prazo, ou seja, no final de 2023 e de 2024, o consenso de mercado para o IPCA acima de 5% (ante a meta de inflação de 3,25%) e em quase 4% (em relação à meta de 3%), respectivamente, leva as projeções mínimas para a Selic para patamares ainda assim elevados no final de 2023.

Apesar de os apertos da Selic desacelerarem o PIB, o consenso para o crescimento econômico em 2022 está em pelo menos 2,5% e 0,7% em 2023 por conta da aceleração da atividade no setor de serviços. De fato, ela cresceu 7,4% entre janeiro e novembro de 2022 em relação ao período fevereiro-dezembro de 2021 (dados dessazonalizados) e 8,5% nos 11 primeiros meses do ano ante o mesmo período do ano retrasado. Como o setor de serviços é o mais importante para a absorção de mão de obra, a taxa de desemprego (ajustada sazonalmente) caiu para 8,8% em novembro de 2022 ante 11,5% em janeiro do ano passado, o que explica o impulso de demanda que a economia brasileira ainda vivencia.

Parte da aceleração do crescimento do setor de serviços vem do aumento da mobilidade social após o fim dos efeitos contracionistas advindos da pandemia. A outra parte vem da continuidade dos impulsos fiscais promovidos pelo governo federal.

Apesar da elevação de despesas federais, o forte aumento de arrecadação (real e nominal) federal e dos governos estaduais geraram a perspectiva de resultado primário do setor público (ou seja, descontadas as despesas com juros da dívida pública) superavitário em pelo menos 0,8% do PIB ante o superávit de 0,73% do PIB em 2021.

O maior controle fiscal no âmbito da limitação das despesas primárias é condição necessária para a eventual redução da Selic. Esta redução é fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça em níveis saudáveis em 2023 e em 2024.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado contábil consolidado

RESULTADOS (R$ Milhões)	2021	2022	Variação
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	166,8	191,5	14,8%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7,5	(34,3)	(559,9%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	39,9	51,2	28,5%
Despesas administrativas e de pessoal	(179,5)	(184,8)	2,9%
Resultado operacional	29,5	93,7	217,9%
Lucro líquido contábil	5,9	40,9	588,3%

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. **Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados de 2022 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).**

RESULTADOS (R$ Milhões)	2021	2022	Variação
Margem financeira bruta	197,8	228,3	15,4%
Custo de crédito	(18,0)	15,5	(185,8%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	39,9	51,2	28,5%
Despesas administrativas e de pessoal	(179,5)	(184,8)	2,9%
Resultado operacional	29,5	93,7	217,9%
Lucro líquido	5,9	40,9	588,3%

O ano de 2022 foi marcado por significativas melhorias em nossos negócios, indicadores operacionais e otimizações em nossa estrutura organizacional. Avançamos na execução da estratégia, diversificando nossos negócios e alocando o nosso capital de forma ainda mais eficiente, através de novas iniciativas e verticais de negócio.

- A Margem Financeira Bruta somou R$228 milhões no acumulado em 2022, um crescimento de 15% em relação ao ano anterior, impactada pelo crescimento das carteiras de crédito de Empresas, pela consolidação do

segmento Varejo Colateralizado e pelo crescimento da receita relacionada a operações na Mesa de Clientes, refletidos na receita de Tesouraria, puxada pelo maior volume de operações

- Em 2022, o Custo do Crédito apresentou uma redução considerável quando comparado a 2021, explicada, principalmente, pela recuperação de créditos baixados como prejuízo ao longo do ano.
- As receitas de prestação de serviços e tarifas aumento de 28,5% em relação a 2021, decorrente de maiores volumes de operações e do crescimento da atividade da iniciativa de operações estruturadas.
- As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R$184,8 milhões em 2022, reflexo do efetivo controle de despesas da Companhia no ano;
- **O lucro líquido totalizou R$40,9 milhões em 2022, um crescimento expressivo quando comparado a R$5,9 milhões de 2021**.

〉 A carteira de crédito classificada (Res. CMN nº 2.682/99) totalizou R$5,5 bilhões em dezembro de 2022, aumento de 29,2% no período de 12 meses, devido, principalmente, ao início de nossa atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado no segundo semestre e à maior originação de créditos de Empresas no ano. A carteira de crédito expandida totalizou R$6,1 bilhões no período, um crescimento de 28,5% em relação a 2021.

〉 O crescimento da carteira foi realizado de maneira a manter a qualidade dos créditos, ao final de 2022 93,9% da carteira de crédito estava classificada entre os *ratings* AA-C.

- O total de captação atingiu R$9,5 bilhões em dezembro de 2022. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.
- Índice de Basileia encerrou dezembro de 2022 em 11,4%, sendo 9,2% de Capital Nível I.

3. *RATINGS*

O Banco é classificado por agências de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Em maio/22, a agência Moody's atribuiu os *ratings* A-3 local de curto e BBB- de longo prazo ao Banco, ambos com perspectiva estável.

4. RECURSOS HUMANOS

A Gestão de Pessoas é prioridade estratégica: estabelecer relações de confiança com vínculo de longo prazo e performance são primordiais. Somos assertivos e temos incentivos alinhados aos objetivos do banco. Estimulamos a liderança e empreendedorismo, explorando a inspiração, resiliência e aprendizado contínuo.

A área de Recursos Humanos é fundamental para apoiar a execução da estratégia de negócios por meio da instrumentalização da Gestão de Pessoas. Para isso, fomentamos diversas ações atreladas aos pilares de Atração de Talentos, Treinamento & Desenvolvimento, Cultura, Performance, Remuneração, Benefícios e Reconhecimento.

Estamos alinhados com o propósito do Pine e, neste trimestre, reforçamos as ferramentas utilizadas em cada uma das frentes que atuamos. Para isso, políticas internas foram aperfeiçoadas e novas competências foram desenvolvidas para suportar a estratégia do negócio, bem como manter a competitividade do Banco diante dos *players* de mercado.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

〉 Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
〉 Dois membros independentes no Conselho de Administração;
〉 *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
〉 Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
〉 Presença de Comitês de Auditoria e Comitê de Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração; e
〉 Instauração do Conselho Fiscal a partir de julho de 2022.

<u>ESG</u>

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos AMBIENTAL, SOCIAL e de GOVERNANÇA (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela Green Building Council, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

Alterações de Capital em 2022

Em 16 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital de, no mínimo, R$42,9 milhões e, no máximo, R$70,0 milhões. O preço da ação foi definido em R$1,60, e o período de preferência se encerrou dia 24 de março de 2022. Como vantagem adicional aos subscritores, foi atribuído 1 bônus de subscrição, em série única, para cada 3 ações subscritas, sendo que cada bônus, se exercido, dará direito a 1 ação ON e 2 ações PN.

Após o encerramento do período de subscrição das sobras, dia 18 de abril de 2022, foram subscritas um total de 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R$61.253.508,80, correspondentes a aproximadamente 88% das ações disponíveis para subscrição no âmbito do aumento de capital. Foram emitidos também 12.760.974 Bônus de Subscrição atribuídos como vantagem adicional aos subscritores de ações no aumento de capital. O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022.

O Aumento de Capital fortaleceu a estrutura de capital, e consequentemente nossa capacidade de crescer o portfólio de crédito, aumentar a base de clientes e seguir investindo em pessoas, processos e tecnologias, nos permitindo perpetuar nosso propósito, incrementar os níveis de rentabilidade, e intensificar novos negócios.

Adicionalmente, em 28 de setembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social da Companhia. Este movimento meramente contábil está alinhado à estratégia de aumento da rentabilidade da Companhia, tendo como objetivo proporcionar o acúmulo de reservas positivas que serão destinadas pelos Administradores, visando o melhor interesse da Companhia, de seus acionistas e demais stakeholders.

A Redução de Capital se deu sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no Capital Social da Companhia. Desta forma, o Capital Social da Companhia passou para R$852 milhões.

No dia 20 de janeiro de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2022 no valor bruto total de R$11.475.392,83, que representa um valor bruto de R$0,0615496596 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorrerá em 08 de fevereiro de 2023 e considerará a posição acionária do dia 30 de janeiro de 2023.

Conselho Fiscal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de maio de 2022, foi decidido pela instalação do Conselho Fiscal nos termos da Lei e do Estatuto Social do Banco. Em mesma reunião foram indicados e aprovados os nomes dos conselheiros e seus respectivos suplentes, sendo os mesmos aprovados pelo BACEN no dia 28 de julho de 2022.

Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular n° 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R$5.725,0 milhões, representando 83,9% do total de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais - R$)

ATIVO	Nota	Individual 31/12/2022	Individual 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Disponibilidades	**4**	**105.739**	**222.709**	**105.740**	**222.710**
Ativos financeiros		**14.383.304**	**13.303.243**	**14.543.174**	**13.820.357**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	382.891	93.012	382.891	93.012
Títulos e valores mobiliários	6.a	6.820.577	6.977.486	6.820.577	6.979.808
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.396.887	1.659.529	1.396.887	1.659.529
Operações de crédito	7	4.691.644	3.675.546	4.691.644	3.675.546
Outros ativos financeiros	8	1.091.305	897.670	1.251.175	1.412.462
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**7.f**	**(250.460)**	**(229.833)**	**(253.826)**	**(229.833)**
(-) Operações de crédito e outros créditos		(250.460)	(229.833)	(253.826)	(229.833)
Ativos fiscais	**9.a**	**968.209**	**1.011.667**	**969.757**	**1.012.586**
Investimento em participações em coligadas e controladas	**10**	**693.073**	**707.529**	**3.778**	**474**
Outros ativos	**11**	**441.436**	**341.841**	**935.882**	**427.421**
Imobilizado de uso	**12**	**28.152**	**26.620**	**28.152**	**26.620**
Intangível		**3.862**	**3.862**	**3.862**	**3.862**
(-) Depreciação e amortização		**(22.725)**	**(20.595)**	**(22.725)**	**(20.595)**
(-) Imobilizado de uso	12	(20.154)	(18.883)	(20.154)	(18.883)
(-) Intangível		(2.571)	(1.712)	(2.571)	(1.712)
Total do ativo		**16.350.590**	**15.367.043**	**16.313.794**	**15.263.602**

PASSIVO	Nota	Individual 31/12/2022	Individual 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivos financeiros		**15.106.496**	**14.255.718**	**15.048.677**	**14.146.561**
Depósitos	13.a	8.113.759	7.211.086	8.055.940	7.101.929
Captações no mercado aberto	13.b	3.943.494	4.485.015	3.943.494	4.485.015
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	1.116.932	589.150	1.116.932	589.150
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	14.872	41.602	14.872	41.602
Dívida subordinada	14	204.419	132.506	204.419	132.506
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.709.632	1.792.181	1.709.632	1.792.181
Outros passivos financeiros		3.388	4.178	3.388	4.178
Provisões	**15**	**22.275**	**21.779**	**22.275**	**21.779**
Outros passivos	**16**	**352.840**	**310.413**	**373.863**	**316.129**
Total do passivo		**15.481.611**	**14.587.910**	**15.444.815**	**14.484.469**
Patrimônio líquido	**17**	**868.979**	**779.133**	**868.979**	**779.133**
Capital social		851.665	1.202.393	851.665	1.202.393
De domiciliados no país		722.798	1.073.526	722.798	1.073.526
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(5.819)	(4.986)	(5.819)	(4.986)
Reservas de Lucros		23.133	-	23.133	-
Lucro líquido (Prejuízos) acumulados		-	(418.274)	-	(418.274)
Total do patrimônio líquido	**17**	**868.979**	**779.133**	**868.979**	**779.133**
Total do passivo e patrimônio líquido		**16.350.590**	**15.367.043**	**16.313.794**	**15.263.602**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

		Individual				Consolidado			
	Nota	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira		**736.846**	**1.454.943**	**557.771**	**990.603**	**736.712**	**1.454.715**	**557.957**	**990.789**
Operações de crédito	18.a	383.944	752.005	263.770	454.613	383.944	752.005	263.770	454.613
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	256.775	570.754	259.072	446.881	256.641	570.526	259.258	447.067
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	67.007	119.355	(55.964)	5.836	67.007	119.355	(55.964)	5.836
Resultado de operações de câmbio		29.120	12.829	90.893	83.273	29.120	12.829	90.893	83.273
Despesas da intermediação financeira		**(639.825)**	**(1.267.589)**	**(467.526)**	**(825.870)**	**(637.902)**	**(1.263.265)**	**(466.273)**	**(823.975)**
Operações de captação no mercado	18.b	(621.232)	(1.226.140)	(464.500)	(819.605)	(619.309)	(1.221.816)	(463.247)	(817.710)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(5.745)	(7.124)	(8.244)	(13.728)	(5.745)	(7.124)	(8.244)	(13.728)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(12.848)	(34.325)	5.218	7.463	(12.848)	(34.325)	5.218	7.463
Resultado bruto da intermediação financeira		**97.021**	**187.354**	**90.245**	**164.733**	**98.810**	**191.450**	**91.684**	**166.814**
Receitas (despesas) operacionais		**(77.237)**	**(162.962)**	**(84.210)**	**(171.016)**	**(82.194)**	**(165.782)**	**(82.696)**	**(166.489)**
Receitas de prestação de serviços	18.d	10.325	18.792	11.105	22.511	20.360	29.925	13.423	28.458
Rendas de tarifas bancárias		15.137	21.308	7.169	11.406	15.137	21.308	7.169	11.406
Despesas de pessoal	18.e	(48.828)	(99.985)	(47.162)	(89.523)	(49.361)	(100.824)	(47.162)	(89.523)
Outras despesas administrativas	18.f	(48.088)	(83.530)	(48.639)	(89.597)	(48.388)	(83.933)	(49.955)	(92.919)
Despesas tributárias	18.g	(7.032)	(12.317)	(1.205)	(6.416)	(11.459)	(17.384)	(8.064)	(18.995)
Resultado de participação em controladas	10.a	8.113	4.342	(2.334)	3.002	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	18.h	11.461	16.168	12.505	18.442	11.539	16.326	44.734	83.225
Outras despesas operacionais	18.i	(18.325)	(27.740)	(15.649)	(40.841)	(20.022)	(31.200)	(42.841)	(88.141)
Resultado operacional		**19.784**	**24.392**	**6.035**	**(6.283)**	**16.616**	**25.668**	**8.988**	**325**
Resultado não operacional	**18.j**	**48.912**	**63.687**	**12.273**	**30.687**	**57.003**	**68.055**	**11.168**	**28.587**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**68.696**	**88.079**	**18.308**	**24.404**	**73.619**	**93.723**	**20.156**	**28.912**
Imposto de renda e contribuição social	**19**	**(13.552)**	**(22.534)**	**(3.545)**	**(3.513)**	**(18.475)**	**(28.178)**	**(5.393)**	**(8.021)**
Participações no resultado	**22**	**(20.536)**	**(24.645)**	**(10.604)**	**(14.949)**	**(20.536)**	**(24.645)**	**(10.604)**	**(14.949)**
Lucro líquido do exercício/semestre		**34.608**	**40.900**	**4.159**	**5.942**	**34.608**	**40.900**	**4.159**	**5.942**
Lucro líquido básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações									
Lucro líquido por ação ordinária		0,3974	0,4210	0,0543	0,0786	-	-	-	-
Lucro líquido por ação preferencial		0,4400	0,4645	0,0565	0,0819	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais - R$)

		Individual				Consolidado			
	Nota	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Lucro líquido do exercício/semestre		**34.608**	**40.900**	**4.159**	**5.942**	**34.608**	**40.900**	**4.159**	**5.942**
Outros ajustes abrangentes	**17.d**	**1.578**	**(833)**	**(103)**	**(19.503)**	**1.578**	**(833)**	**(103)**	**(19.503)**
Ativos financeiros disponíveis para venda		3.022	(1.504)	(316)	(36.032)	3.116	(1.410)	(410)	(36.126)
Hedges de fluxo de caixa		-	1	-	1	-	1	-	1
Imposto de renda e contribuição social		(1.566)	453	38	15.911	(1.604)	415	76	15.949
Outros (1)		122	217	175	617	66	161	231	673
Resultado abrangente do exercício/semestre		**36.186**	**40.067**	**4.056**	**(13.561)**	**36.186**	**40.067**	**4.056**	**(13.561)**

(1) Refere-se ao diferimento de ações, conforme Resolução CMN n° 3.921 de 25/11/2010.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais - R$)

			Reservas de Lucros				Individual
	Nota	Capital Social Realizado	Legal	Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro líquido (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.202.393**	**-**	**-**	**14.517**	**(424.216)**	**792.694**
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	-	-	(19.873)	-	(19.873)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	-	-	370	-	370
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.942	5.942
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.202.393**	**-**	**-**	**(4.986)**	**(418.274)**	**779.133**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.202.393**	**-**	**-**	**(4.986)**	**(418.274)**	**779.133**
Aumento de capital	17.a	61.254	-	-	-	-	61.254
Redução de capital	17.a	(411.982)	-	-	-	411.982	-
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	-	-	(922)	-	(922)
MTM *Hedge* de fluxo de caixa	17.d	-	-	-	1	-	1
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	-	-	88	-	88
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.900	40.900
Destinações do lucro:							
Reserva legal	17.b	-	1.730	-	-	(1.730)	-
Juros sobre o capital próprio	17.c	-	-	-	-	(11.475)	(11.475)
Reserva estatutária	17.b	-	-	21.403	-	(21.403)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**851.665**	**1.730**	**21.403**	**(5.819)**	**-**	**868.979**
Saldos em 30 de junho de 2022		**1.263.647**	**-**	**-**	**(7.397)**	**(411.982)**	**844.268**
Aumento de capital	17.a	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	17.a	(411.982)	-	-	-	411.982	-
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	-	-	1.598	-	1.598
MTM *Hedge* de fluxo de caixa	17.d	-	-	-	(108)	-	(108)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	-	-	88	-	88
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	34.608	34.608
Destinações do lucro:							
Reserva legal	17.b	-	1.730	-	-	(1.730)	-
Juros sobre o capital próprio	17.c	-	-	-	-	(11.475)	(11.475)
Reserva estatutária	17.b	-	-	21.403	-	(21.403)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**851.665**	**1.730**	**21.403**	**(5.819)**	**-**	**868.979**

			Reservas de Lucros				Consolidado
	Nota	Capital Social Realizado	Legal	Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro líquido (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.202.393**	**-**	**-**	**14.517**	**(424.216)**	**792.694**
Venda/Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	-	-	(19.873)	-	(19.873)
MTM *Hedge* de fluxo de caixa	17.d	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	-	-	370	-	370
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.942	5.942
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.202.393**	**-**	**-**	**(4.986)**	**(418.274)**	**779.133**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.202.393**	**-**	**-**	**(4.986)**	**(418.274)**	**779.133**
Aumento de capital	17.a	61.254	-	-	-	-	61.254
Redução de capital	17.a	(411.982)	-	-	-	411.982	-
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	-	-	(922)	-	(922)
MTM *Hedge* de fluxo de caixa	17.d	-	-	-	1	-	1
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	-	-	88	-	88
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.900	40.900
Destinações do lucro:		-	-	-	-	-	
Reserva legal	17.b	-	1.730	-	-	(1.730)	-
Juros sobre o capital próprio	17.c	-	-	-	-	(11.475)	(11.475)
Reserva estatutária	17.b	-	-	21.403	-	(21.403)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**851.665**	**1.730**	**21.403**	**(5.819)**	**-**	**868.979**
Saldos em 30 de junho de 2022		**1.263.647**	**-**	**-**	**(7.397)**	**(411.982)**	**844.268**
Aumento de capital	17.a	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	17.a	(411.982)	-	-	-	411.982	-
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	-	-	1.598	-	1.598
MTM Hedge de fluxo de caixa	17.d	-	-	-	(108)	-	(108)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	-	-	88	-	88
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	34.608	34.608
Destinações do lucro:		-	-	-	-	-	
Reserva legal	17.b	-	1.730	-	-	(1.730)	-
Juros sobre o capital próprio	17.c	-	-	-	-	(11.475)	(11.475)
Reserva estatutária	17.b	-	-	21.403	-	(21.403)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**851.665**	**1.730**	**21.403**	**(5.819)**	**-**	**868.979**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
(Em milhares de Reais - R$)

		Individual				Consolidado			
	Nota	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021
Atividades operacionais									
Lucro líquido ajustado		**37.843**	**102.737**	**(16.824)**	**(14.091)**	**45.850**	**106.491**	**(18.949)**	**(9.943)**
Lucro líquido do exercício/semestre		34.608	40.900	4.159	5.942	34.608	40.900	4.159	5.942
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(12.041)	9.926	(26.661)	(19.086)	(12.041)	9.926	(26.661)	(19.086)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	12.848	34.325	(5.218)	(7.463)	12.848	34.325	(5.218)	(7.463)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		11.254	20.236	6.328	1.317	11.215	19.648	6.537	2.463
Depreciação e amortização	18.f	1.051	2.130	1.113	2.279	1.051	2.130	1.113	2.279
Provisão para contingências		(2.317)	(1.016)	1.258	2.956	(2.384)	(1.016)	1.258	2.956
Provisão para garantias financeiras prestadas		553	578	(137)	2.966	553	578	(137)	2.966
Resultado de participação em controladas	10.a	(8.113)	(4.342)	2.334	(3.002)	-	-	-	-
Variação de ativos e passivos		**(100.544)**	**(252.622)**	**253.606**	**162.402**	**(85.393)**	**(234.218)**	**226.109**	**83.632**
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		(187.072)	(183.952)	2.939	(3.120)	(187.072)	(183.952)	2.939	(3.120)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		21.459	156.020	(721.003)	(1.761.508)	21.459	158.399	(723.382)	(1.763.887)
(Aumento) Redução de operações de crédito		(1.346.567)	(1.029.796)	(118.600)	(479.650)	(1.345.723)	(1.026.430)	(118.600)	(479.650)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		(82.535)	(171.202)	159.773	86.112	(158.264)	183.678	175.762	65.214
(Aumento) Redução de outros ativos		(39.712)	(99.595)	7.406	76.883	38.389	(508.461)	(7.259)	63.573
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(147.323)	180.093	6.829	(22.299)	(147.323)	180.093	6.829	(22.299)
Aumento (Redução) de depósitos		838.763	902.673	(72.579)	(131.835)	845.184	954.011	(72.579)	(172.075)
Aumento (Redução) de operações compromissadas		277.363	(541.521)	(181.645)	2.474.280	277.363	(541.521)	(199.535)	2.474.280
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		530.923	527.782	1.430.979	53.975	530.923	527.782	1.430.979	53.975
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		(8.782)	(26.730)	(99.346)	(17.820)	(8.782)	(26.730)	(99.346)	(17.820)
Aumento (Redução) de outros passivos		42.939	33.606	(6.363)	(112.616)	48.453	48.913	(6.363)	(114.559)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		**(62.701)**	**(149.885)**	**(150.682)**	**148.311**	**(39.543)**	**(127.727)**	**(159.234)**	**73.689**
Atividades de investimento									
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	12	(407)	(1.532)	-	(166)	(407)	(1.532)	-	(166)
Alienação (Aquisição) de intangível		-	-	-	(515)	-	-	-	(515)
(Aumento) Redução de capital em controladas	10	23.158	22.158	(29.622)	(74.622)	-	-	-	-
Aquisição de outros investimentos	10.b	(3.304)	(3.304)	-	-	(3.304)	(3.304)	-	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		**19.447**	**17.322**	**(29.622)**	**(75.303)**	**(3.711)**	**(4.836)**	**-**	**(681)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
(Em milhares de Reais - R$)

		Individual				Consolidado			
	Nota	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021
Atividades de financiamento									
Aumento de capital	17	-	61.254	-	-	-	61.254	-	-
Juros sobre o capital próprio		(11.475)	(11.475)	-	-	(11.475)	(11.475)	-	-
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	14	81.839	81.667	(63.288)	(9.929)	81.839	81.667	(63.288)	(9.929)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		**70.364**	**131.446**	**(63.288)**	**(9.929)**	**70.364**	**131.446**	**(63.288)**	**(9.929)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**27.110**	**(1.117)**	**143.872**	**63.079**	**27.110**	**(1.117)**	**143.872**	**63.079**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	4	262.407	312.601	142.068	230.436	262.408	312.602	142.069	230.437
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		12.041	(9.926)	26.661	19.086	12.041	(9.926)	26.661	19.086
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/semestre	4	301.558	301.558	312.601	312.601	301.559	301.559	312.602	312.602

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais - R$)

		Individual				Consolidado			
	Nota	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021
Receitas		**791.507**	**1.512.833**	**590.392**	**1.040.271**	**807.880**	**1.524.804**	**596.828**	**1.061.787**
Receitas da intermediação financeira		736.846	1.454.943	557.771	990.603	736.712	1.454.715	557.957	990.789
Receitas de prestação de serviços	18.d	10.325	18.792	11.105	22.511	20.360	29.925	13.423	28.458
Rendas de tarifas bancárias		15.137	21.308	7.169	11.406	15.137	21.308	7.169	11.406
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(12.848)	(34.325)	5.218	7.463	(12.848)	(34.325)	5.218	7.463
Outras		42.047	52.115	9.129	8.288	48.519	53.181	13.061	23.671
Despesas de intermediação financeira		**(626.977)**	**(1.233.264)**	**(472.744)**	**(833.333)**	**(625.054)**	**(1.228.940)**	**(471.491)**	**(831.438)**
Insumos adquiridos de terceiros	**18.f**	**(43.182)**	**(75.265)**	**(39.786)**	**(71.982)**	**(43.482)**	**(75.668)**	**(41.102)**	**(75.304)**
Materiais, energias e outros		(208)	(396)	(227)	(417)	(218)	(406)	(227)	(417)
Serviços de terceiros		(34.496)	(58.609)	(29.363)	(52.558)	(34.753)	(58.929)	(30.020)	(54.335)
Outros		(8.478)	(16.260)	(10.196)	(19.007)	(8.511)	(16.333)	(10.855)	(20.552)
Valor adicionado (consumido) bruto		**121.348**	**204.304**	**77.862**	**134.956**	**139.344**	**220.196**	**84.235**	**155.045**
Depreciação e amortização	**18.f**	**(1.051)**	**(2.130)**	**(1.113)**	**(2.279)**	**(1.051)**	**(2.130)**	**(1.113)**	**(2.279)**
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela entidade		**120.297**	**202.174**	**76.749**	**132.677**	**138.293**	**218.066**	**83.122**	**152.766**
Valor adicionado recebido em transferência		**8.113**	**4.342**	**(2.334)**	**3.002**	**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	8.113	4.342	(2.334)	3.002	-	-	-	-
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		**128.410**	**206.516**	**74.415**	**135.679**	**138.293**	**218.066**	**83.122**	**152.766**
Distribuição do valor adicionado (consumido)		**128.410**	**206.516**	**74.415**	**135.679**	**138.293**	**218.066**	**83.122**	**152.766**
Remuneração do trabalho		69.364	124.630	57.766	104.472	69.897	125.469	57.766	104.472
Proventos	18.e	29.113	59.705	30.580	57.165	29.540	60.384	30.580	57.165
Benefícios e treinamento	18.e	8.217	15.356	7.038	13.168	8.227	15.370	7.038	13.168
Encargos sociais	18.e	11.498	24.924	9.544	19.190	11.594	25.070	9.544	19.190
Participação nos lucros		20.536	24.645	10.604	14.949	20.536	24.645	10.604	14.949
Remuneração de governos		20.584	34.851	4.750	9.929	29.934	45.562	13.457	27.016
Federais	18.g	5.798	10.361	324	4.747	9.782	14.901	1.663	7.732
Municipais	18.g	1.234	1.956	881	1.669	1.677	2.483	6.401	11.263
Imposto de renda e contribuição social	19	13.552	22.534	3.545	3.513	18.475	28.178	5.393	8.021
Remuneração de capitais de terceiros		3.854	6.135	7.740	15.336	3.854	6.135	7.740	15.336
Aluguéis e arrendamento de bens	18.f	3.854	6.135	7.740	15.336	3.854	6.135	7.740	15.336
Remuneração de capitais próprios		34.608	40.900	4.159	5.942	34.608	40.900	4.159	5.942
Juros sobre o capital próprio		11.475	11.475	-	-	11.475	11.475	-	-
Lucro Líquido retido		23.133	29.425	4.159	5.942	23.133	29.425	4.159	5.942

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

BANCO PINE

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 06 de fevereiro de 2023.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

	Atividade	Participação % no capital total em 31/12/2022	31/12/2021
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	SPE	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9999	99,9999
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	99,9999	99,9999

	31/12/2022						
	Pine Investimentos	Pine Planejamento	P3 Desenvolvimento Imobiliário (1)	Pine Campo Grande	Pine Assessoria	Pine Corretora (2)	Pine Ativos Imobiliários (3)
ATIVO							
Disponibilidades	3.063	-	24.679	3	2.464	57	16.389
Outros ativos financeiros	1.740	195	-	784	-	2.966	4.237
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-	(3.366)	-	-	-	-
Investimento em participações em coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	16.849
Outros ativos	2.586	417	563.026	50.984	1.084	20.950	1.185
Total do ativo	**7.389**	**612**	**584.339**	**51.771**	**3.548**	**23.973**	**38.660**
PASSIVO							
Outros passivos	932	1	19.258	12	21	553	220
Total do passivo	**932**	**1**	**19.258**	**12**	**21**	**553**	**220**
Patrimônio líquido	**6.457**	**611**	**565.081**	**51.759**	**3.527**	**23.420**	**38.440**
Capital social	4.765	10	565.797	53.200	500	18.102	36.993
Reservas de Lucros	50	660	-	-	1.353	3.467	-
Lucro líquido (Prejuízos) acumulados	1.642	(59)	(716)	(1.441)	1.674	1.851	1.447
Total do patrimônio líquido	**6.457**	**611**	**565.081**	**51.759**	**3.527**	**23.420**	**38.440**
Total do passivo e patrimônio líquido	**7.389**	**612**	**584.339**	**51.771**	**3.548**	**23.973**	**38.660**

(1) A Administração da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) aprovou em reunião de sócios realizada em 03 de outubro de 2022, a redução de capital social no montante de R$175.397, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas e com restituição de tal valor reduzido aos sócios. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1° do Artigo 1.084 do Código Civil, se iniciou nesta data, com encerramento em 09 de janeiro de 2023. Após a redução, o capital social será de R$390.400.

(2) A Administração da Pine Corretora de Seguros Ltda. aprovou em reunião de sócios realizada em 25 de julho de 2022, a redução de capital social no montante de R$6.998, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas e com restituição de tal valor reduzido aos sócios. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1° do Artigo 1.084 do Código Civil, se iniciou nesta data, com encerramento em 26 de outubro de 2022. Após a redução, o capital social passou a ser R$18.102.

(3) A Administração da Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. aprovou em reunião de sócios realizada em 25 de julho de 2022, a redução de capital social no montante de R$49.038, sendo: (a) R$32.878 mediante absorção dos prejuízos acumulados verificados no balancete de 31 de dezembro de 2021, com diminuição proporcional do valor nominal das quotas, nos termos dos artigos 1.082, I e 1.083 da Lei 10.406/02; e (b) R$16.160 com restituição de tal valor aos sócios e diminuição do valor nominal das quotas. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1° do Artigo 1.084 do Código Civil, se iniciou nesta data, com encerramento em 26 de outubro de 2022. Após a redução, o capital social passou a ser R$36.993.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas , e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
Resolução CMN n° 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
Resolução CMN n° 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB n° 2/20 com vigências a partir de 1° de janeiro de 2021, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras e informações financeiras de períodos inferiores a um ano, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente, a apresentação de Informações financeiras de forma completa e divulgação da segregação de resultado recorrente e não recorrente.

Resoluções do CMN que entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2022:

Propriedades para Investimento

A Resolução CMN n° 4.967/21, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. O Banco Pine não identificou impactos.

Investimentos

A Resolução CMN n° 4.817/20, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. O Banco Pine não identificou impactos.

Conversão de Taxas

A Resolução CMN n° 4.924/21, em conjunto com a Resolução BCB nº 120/21, estabelecem a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, de utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Bacen (PTAX) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. O Banco Pine não adotou tal opção.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB n° 92/21, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Banco Pine efetuou as devidas alterações, conforme disposto no normativo.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

Instrumentos Financeiros

Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contabilidade de hedge, incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução estabelece a obrigação de remessa ao Bacen de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. O Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Em atendimento a ao art. 76, parágrafo único, inciso II, o Banco Pine, de forma resumida, destaca o plano de implementação da referida resolução:

Conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge sendo:

i. Classificação e Mensuração;

ii. Impairment, Cura e Taxa Efetiva; e

iii. Classificação do Hedge.

O Banco Pine entende que o Plano de Implementação tem como objetivo dar diretrizes para conversão das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), até janeiro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966/21 Art. 81° e inciso II. Portanto, o Plano de Implementação, não se trata de um plano definitivo e será atualizado conforme necessidade e/ou normativos que serão emitidos pelo Bacen.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Pine e suas subsidiárias e entidades de propósito específico foram eliminados.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Notas Explicativas

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;

- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

- Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa pro rata dia até a data do balanço;

- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN nº 4.277/13 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068/01;

- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082/02; e

- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464/07.

De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN n° 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa 7.

i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

j) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados, avaliando eventual redução de seu valor recuperável periodicamente (nota 3.n)

k) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica “Outras despesas administrativas”.

l) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

m) Investimento em participações em coligadas e controladas, Imobilizado de uso e Intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;

- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;

- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens; e

- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

o) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

p) Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa n° 319/22 a partir de 1° de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Pine, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Resultados de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados à garantias e fianças prestadas. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Conforme a Resolução BCB n° 92/21, que dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Grupo 5 – Rendas de Exercícios Futuros, foi reclassificado para a linha de Outros Passivos - Credores diversos - país e exterior.

s) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

A alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 21% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei 14.446/22, que altera o Art. 3°, inciso II-A Lei n° 7.689/88.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

t) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

u) Lucro líquido por ação

Resultado básico por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Resultado diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados de maneira unificada, com a segregação entre ações ordinárias e preferenciais, na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações".

v) Garantias financeiras prestadas

A Resolução CMN n° 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta-Circular Bacen n° 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantida prestada e são avaliadas periodicamente.

O Pine adota premissas internas para o cálculo de provisão de fiança e garantias prestadas. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação ao cliente e tipos de fiança. Baseado nesses critérios, a provisão é considerada suficiente pelo Pine.

x) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes; valor de mercado de ativos não financeiros mantidos para a venda; e classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

y) Resultado não recorrente

A Resolução BCB n° 2/20 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 25.h, de forma segregada.

z) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflita a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços contidos e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Nível 1, com exceção aos instrumentos financeiros derivativos e demais títulos privados, que não estão no Nível 3, que são classificados em Nível 2 e aos títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R$107.916 (31 de dezembro de 2021 - R$99.758) que são classificados em Nível 3.

aa) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades [1]	105.739	222.709	105.740	222.710
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) [2]	195.819	89.892	195.819	89.892
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**301.558**	**312.601**	**301.559**	**312.602**

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referem-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

(2) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

BANCO PINE

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

	Individual e Consolidado				
				31/12/2022	31/12/2021
Papel/Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas					
LTN - Letras do Tesouro Nacional	15.002	-	-	15.002	10.499
NTN - Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	3.000
Total de aplicações em operações compromissadas	**15.002**	**-**	**-**	**15.002**	**13.499**
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	-	2.896	131.742	134.638	7.270
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pré	180.817	-	-	180.817	-
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	52.434	-	52.434	72.243
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	**180.817**	**55.330**	**131.742**	**367.889**	**79.513**
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	**195.819**	**55.330**	**131.742**	**382.891**	**93.012**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

												Individual
									31/12/2022			31/12/2021
	Valor de Mercado/Contábil							Total		Total		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/ Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos públicos	**-**	**-**	**94.545**	**341.301**	**334.402**	**10.130**	**780.378**	**791.539**	**(11.161)**	**702.054**	**710.637**	**(8.583)**
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	214.254	-	-	214.254	214.484	(230)	564.587	565.781	(1.194)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	14.013	44.140	-	-	58.153	61.319	(3.166)	50.913	54.965	(4.052)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	80.532	82.907	334.402	10.130	507.971	515.736	(7.765)	86.554	89.891	(3.337)
Títulos privados	**-**	**-**	**52.452**	**-**	**114.224**	**55.802**	**222.478**	**221.527**	**951**	**131.826**	**131.948**	**(122)**
Eurobonds	-	-	-	-	-	4.048	4.048	4.037	11	-	-	-
Debêntures [1]	-	-	52.452	-	85.548	22.882	160.882	160.861	21	131.826	131.948	(122)
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	28.676	8.193	36.869	36.008	861	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	20.679	20.679	20.621	58	-	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	**-**	**-**	**146.997**	**341.301**	**448.626**	**65.932**	**1.002.856**	**1.013.066**	**(10.210)**	**833.880**	**842.585**	**(8.705)**
Títulos para negociação [2]												
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**8.611**	**20.291**	**62.625**	**91.527**	**92.272**	**(745)**	**273.583**	**275.550**	**(1.967)**
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	62.330	62.330	62.376	(46)	264.920	266.816	(1.896)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	8.611	20.291	295	29.197	29.896	(699)	8.663	8.734	(71)
Títulos privados	**661**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**661**	**661**	**-**	**401**	**401**	**-**
Ações de companhias abertas	661	-	-	-	-	-	661	661	-	401	401	-
Total de títulos para negociação	**661**	**-**	**-**	**8.611**	**20.291**	**62.625**	**92.188**	**92.933**	**(745)**	**273.984**	**275.951**	**(1.967)**
Títulos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos	**-**	**-**	**272.482**	**1.852.891**	**2.776.920**	**809.306**	**5.711.599**	**5.711.599**	**-**	**5.869.622**	**5.869.622**	**-**
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	630.921	-	-	630.921	630.921	-	561.227	561.227	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	130.180	313.224	-	-	443.404	443.404	-	666.010	666.010	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	142.302	908.746	2.776.920	809.306	4.637.274	4.637.274	-	4.642.385	4.642.385	-
Títulos privados	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**13.934**	**13.934**	**13.934**	**-**	**-**	**-**	**-**
Eurobonds	-	-	-	-	-	13.934	13.934	13.934	-	-	-	-
Total de tít. mantidos até o vencimento	**-**	**-**	**272.482**	**1.852.891**	**2.776.920**	**823.240**	**5.725.533**	**5.725.533**	**-**	**5.869.622**	**5.869.622**	**-**
Total de títulos	**661**	**-**	**419.479**	**2.202.803**	**3.245.837**	**951.797**	**6.820.577**	**6.831.532**	**(10.955)**	**6.977.486**	**6.988.158**	**(10.672)**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

												Consolidado
									31/12/2022			31/12/2021
	Valor de Mercado/Contábil							Total				Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/ Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos públicos	**-**	**-**	**94.545**	**341.301**	**334.402**	**10.130**	**780.378**	**791.539**	**(11.161)**	**704.376**	**713.054**	**(8.678)**
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	214.254	-	-	214.254	214.484	(230)	564.586	565.781	(1.195)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	14.013	44.140	-	-	58.153	61.319	(3.166)	53.236	57.382	(4.146)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	80.532	82.907	334.402	10.130	507.971	515.736	(7.765)	86.554	89.891	(3.337)
Títulos privados	**-**	**-**	**52.452**	**-**	**114.224**	**55.802**	**222.478**	**221.527**	**951**	**131.826**	**131.948**	**(122)**
Eurobonds	-	-	-	-	-	4.048	4.048	4.037	11	-	-	-
Debêntures (1)	-	-	52.452	-	85.548	22.882	160.882	160.861	21	131.826	131.948	(122)
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	28.676	8.193	36.869	36.008	861	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	20.679	20.679	20.621	58	-	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	**-**	**-**	**146.997**	**341.301**	**448.626**	**65.932**	**1.002.856**	**1.013.066**	**(10.210)**	**836.202**	**845.002**	**(8.800)**
Títulos para negociação (2)												
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**8.611**	**20.291**	**62.625**	**91.527**	**92.272**	**(745)**	**273.583**	**275.550**	**(1.967)**
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	62.330	62.330	62.376	(46)	264.920	266.816	(1.896)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	8.611	20.291	295	29.197	29.896	(699)	8.663	8.734	(71)
Títulos privados	**661**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**661**	**661**	**-**	**401**	**401**	**-**
Ações de companhias abertas	661	-	-	-	-	-	661	661	-	401	401	-
Total de títulos para negociação	**661**	**-**	**-**	**8.611**	**20.291**	**62.625**	**92.188**	**92.933**	**(745)**	**273.984**	**275.951**	**(1.967)**
Títulos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos	**-**	**-**	**272.482**	**1.852.891**	**2.776.920**	**809.306**	**5.711.599**	**5.711.599**	**-**	**5.869.622**	**5.869.622**	**-**
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	630.921	-	-	630.921	630.921	-	561.227	561.227	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	130.180	313.224	-	-	443.404	443.404	-	666.010	666.010	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	142.302	908.746	2.776.920	809.306	4.637.274	4.637.274	-	4.642.385	4.642.385	-
Títulos privados	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**13.934**	**13.934**	**13.934**	**-**	**-**	**-**	**-**
Eurobonds	-	-	-	-	-	13.934	13.934	13.934	-	-	-	-
Total de tít. mantidos até o vencimento	**-**	**-**	**272.482**	**1.852.891**	**2.776.920**	**823.240**	**5.725.533**	**5.725.533**	**-**	**5.869.622**	**5.869.622**	**-**
Total de títulos	**661**	**-**	**419.479**	**2.202.803**	**3.245.837**	**951.797**	**6.820.577**	**6.831.532**	**(10.955)**	**6.979.808**	**6.990.575**	**(10.767)**

(1) Em 31 de dezembro de 2022, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, foi reconhecido no resultado, o montante de R$7.235 (31 de dezembro de 2021 R$15.197) de perdas permanentes, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

(2) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demostrados pelo prazo do título, porém possui característica de curto prazo.

Atendendo ao disposto da Circular Bacen n° 3.068/01, o Banco Pine possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido no Art. 5º da Circular Bacen nº 3.068/01, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve reclassificação de categoria.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria 'disponíveis para venda' e 'para negociação' foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 31 de dezembro de 2022, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria “disponíveis para venda” possui um ajuste negativo acumulado no montante de R$5.766 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Pine, líquidos dos efeitos tributários (ajuste negativo acumulado de R$4.788 no Individual e R$4.845 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria “para negociação” resultou em um ajuste negativo no montante de R$745 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo no montante de R$1.967 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro 2021) no resultado.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

Por categoria	Individual 31/12/2022	Individual 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Títulos disponíveis para venda	**1.002.856**	**833.880**	**1.002.856**	**836.202**
Financiada	683.752	418.799	683.752	418.799
Livre	238.479	233.687	238.479	236.009
Vinculada	80.625	181.394	80.625	181.394
Títulos disponíveis para negociação	**92.188**	**273.984**	**92.188**	**273.984**
Financiada	-	228.909	-	228.909
Livre	92.188	45.075	92.188	45.075
Títulos mantidos até o vencimento	**5.725.533**	**5.869.622**	**5.725.533**	**5.869.622**
Financiada	3.731.047	4.278.406	3.731.047	4.278.406
Livre	1.156.264	818.909	1.156.264	818.909
Vinculada	838.222	772.307	838.222	772.307
Total	**6.820.577**	**6.977.486**	**6.820.577**	**6.979.808**

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual				Consolidado			
	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021
Rendas de operações com títulos de renda fixa	262.373	590.036	268.211	464.827	262.373	590.038	268.556	465.172
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(6.745)	(14.919)	(9.030)	(17.656)	(6.879)	(15.149)	(9.189)	(17.815)
Rendas de operações com títulos de renda variável	1.507	3.878	7.383	8.460	1.507	3.878	7.383	8.460
Despesas de operações com títulos de renda variável	(360)	(8.241)	(7.492)	(8.750)	(360)	(8.241)	(7.492)	(8.750)
Total	**256.775**	**570.754**	**259.072**	**446.881**	**256.641**	**570.526**	**259.258**	**447.067**

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria providenciam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites considera, dentre outras variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos.

O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg* . Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Individual e Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
Instrumentos financeiros derivativos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	19.292	1.307.649	1.326.941	2.312	1.491.882	1.494.194
Contratos a termo - a receber	41.848	22.343	64.191	64.471	21.989	86.460
Prêmios de opções a exercer	4.681	1.074	5.755	78.875	-	78.875
Total a receber	**65.821**	**1.331.066**	**1.396.887**	**145.658**	**1.513.871**	**1.659.529**
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(7.102)	(1.620.911)	(1.628.013)	(22.647)	(1.743.479)	(1.766.126)
Contratos a termo - a pagar	(65.076)	(3.072)	(68.148)	(22.115)	(3.940)	(26.055)
Prêmios de opções lançadas	(12.406)	(1.065)	(13.471)	-	-	-
Total a pagar	**(84.584)**	**(1.625.048)**	**(1.709.632)**	**(44.762)**	**(1.747.419)**	**(1.792.181)**
Valor líquido	**(18.763)**	**(293.982)**	**(312.745)**	**100.896**	**(233.548)**	**(132.652)**

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado/ Patrimônio líquido	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado/ Patrimônio líquido
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	**5.083.801**	**1.320.511**	**-**		**4.307.837**	**1.478.881**	**-**	
Juros	4.836.332	1.281.171	-		4.257.907	1.421.290	-	
Moeda	247.469	39.340	-		49.930	57.591	-	
Posição passiva:	**5.083.801**	**-**	**(1.614.337)**		**4.307.837**	**-**	**(1.763.191)**	
Juros	4.824.607	-	(1.609.923)		4.231.425	-	(1.741.701)	
Moeda	259.194	-	(4.414)		76.412	-	(21.490)	
Valor líquido		**1.320.511**	**(1.614.337)**	**1.548**		**1.478.881**	**(1.763.191)**	**57.640**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	**5.889**	**6.430**	**-**		**11.778**	**15.313**	**-**	
Moeda	5.889	6.430	-		11.778	15.313	-	
Valor líquido		**6.430**	**-**	**(2.043)**		**15.313**	**-**	**1.686**
Risco de mercado								
Posição ativa:	**317.285**	**-**	**(13.676)**		**227.285**	**-**	**(2.935)**	
Juros	317.285	-	-		227.285	-	-	
Valor líquido		**-**	**(13.676)**	**(12.043)**		**-**	**(2.935)**	**(1.663)**
Valor líquido de *Swap*		**1.326.941**	**(1.628.013)**	**(12.538)**		**1.494.194**	**(1.766.126)**	**57.663**
Contratos a termo								
Posição ativa:	**6.344.982**	**64.191**	**-**		**2.357.846**	**86.460**	**-**	
Juros	4.201.766	42.242	-		1.231.932	19.773	-	
Moeda	1.981.317	16.999	-		1.017.088	57.000	-	
Commodities	161.899	4.950	-		108.826	9.687	-	
Posição passiva:	**6.344.982**	**-**	**(68.148)**		**2.357.846**	**-**	**(26.055)**	
Juros	2.143.216	-	(23.864)		1.125.913	-	(8.576)	
Moeda	3.508.768	-	(40.807)		928.950	-	(6.969)	
Commodities	692.998	-	(3.477)		302.983	-	(10.510)	
Valor líquido		**64.191**	**(68.148)**	**(389.856)**		**86.460**	**(26.055)**	**44.737**
Opções								
Prêmios de opções a exercer	**145.795**	**5.755**	**-**		**242.956**	**78.875**	**-**	
Juros	-	-	-		74.919	-	-	
Moeda	5.655	5.067	-		168.037	78.875	-	
Commodities	140.140	688	-		-	-	-	
Prêmios de opções lançadas	**360.555**	**-**	**(13.471)**		**-**	**-**	**-**	
Moeda	5.655	-	(13.442)		-	-	-	
Commodities	354.900	-	(29)		-	-	-	
Valor líquido		**5.755**	**(13.471)**	**22.169**		**78.875**	**-**	**91.782**
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		**1.396.887**	**(1.709.632)**	**(380.225)**		**1.659.529**	**(1.792.181)**	**194.182**

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	Individual e Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Compra	Valor de Referência Venda	Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado	Compra	Valor de Referência Venda	Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado
Mercado interfinanceiro [1]	131.730	2.942.498	1.109		2.363.828	76.883	1.340	
Moeda	1.810.512	-	12.691		197.490	1.120.576	20.476	
Cupom cambial futuro	104.600	553.783	(3.692)		476.326	495.256	394	
Commodities	686.448	168.727	-		277.319	318.032	98	
Total	**2.733.290**	**3.665.008**	**10.108**	**499.580**	**3.314.963**	**2.010.747**	**22.308**	**(188.346)**

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI (Nota 6.c.xb).

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	Individual e Consolidado						
						31/12/2022	31/12/2021
Valor de referência - Compensação	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total
Swap	443.651	149.252	2.226.601	2.587.471	-	5.406.975	4.546.900
Contratos a termo	4.859.935	824.198	660.849	-	-	6.344.982	2.357.846
Opções	244.750	198.300	63.300	-	-	506.350	242.956
Futuros	3.285.942	595.963	1.573.686	857.436	85.271	6.398.298	5.325.710
Total	**8.834.278**	**1.767.713**	**4.524.436**	**3.444.907**	**85.271**	**18.656.605**	**12.473.412**

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

	Individual e Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
Custodiante	*Swaps*	Contratos a termo	Opções	Futuros	*Swaps*	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	**-**	**-**	**-**	**6.398.298**	**-**	**-**	**-**	**5.325.710**
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	5.453.356	-	-	-	4.712.840
Bolsas no exterior	-	-	-	944.942	-	-	-	612.870
Balcão	**5.406.975**	**6.344.982**	**506.350**	**-**	**4.546.900**	**2.357.846**	**242.956**	**-**
Instituições Financeiras	1.730.789	-	-	-	3.043.478	-	-	-
Empresas	3.676.186	6.344.982	506.350	-	1.503.422	2.357.846	242.956	-
Total	**5.406.975**	**6.344.982**	**506.350**	**6.398.298**	**4.546.900**	**2.357.846**	**242.956**	**5.325.710**

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

	Individual e Consolidado	
	Valor de Mercado	
Título	31/12/2022	31/12/2021
LFT - Letra financeira do tesouro	18.546	6.555
NTN - Nota do tesouro nacional	735.018	765.752
Total	**753.564**	**772.307**

x) *Hedge* Accounting

x.a) *Hedge* de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF) e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré-fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

Em 31 de dezembro de 2022, foi lançado ao patrimônio líquido no valor positivo de R$50 (positivo de R$841 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de hedge (swaps) em operações de hedge accounting de fluxo de caixa e no valor negativo de R$51 (negativo de R$844 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado do objeto do hedge. Não houve parcela inefetiva em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Individual e Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de *Hedge*								
Contratos de *swap* (ponta ativa)	8.833	12.309	12.359	50	11.778	26.329	27.170	841
Total	**8.833**	**12.309**	**12.359**	**50**	**11.778**	**26.329**	**27.170**	**841**
Objeto de *Hedge*								
Repasses do exterior	8.833	12.313	12.364	(51)	11.778	26.339	27.183	(844)
Total	**8.833**	**12.313**	**12.364**	**(51)**	**11.778**	**26.339**	**27.183**	**(844)**

x.b) *Hedge* de Risco de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/02.

***Hedge* da carteira de captação - CDB:** O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

***Hedge* da carteira de operação de crédito – empréstimos FGTS:** O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das da carteira de empréstimos FGTS pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

A partir do segundo semestre de 2021, o Pine contratou estrutura de hedge accounting de risco de mercado.

	Individual e Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de *Hedge*								
Contratos de *swap* (ponta ativa)	227.285	299.376	257.380	(41.996)	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Total	**227.285**	**299.376**	**257.380**	**(41.996)**	**227.285**	**231.558**	**216.318**	**(15.240)**
Objeto de *Hedge*								
Captações	227.285	299.376	279.969	(19.407)	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Total	**227.285**	**299.376**	**279.969**	**(19.407)**	**227.285**	**231.558**	**210.867**	**(20.691)**
Instrumento de *Hedge*								
Futuros (DI)	1.006.948	1.131.944	1.049.936	(82.008)	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Total	**1.006.948**	**1.131.944**	**1.049.936**	**(82.008)**	**496.203**	**527.716**	**495.716**	**(32.000)**
Objeto de *Hedge*								
Captações CDB	976.948	1.101.565	962.852	(138.713)	496.203	527.716	485.417	(42.299)
Captações LCA	30.000	30.379	30.353	(26)	-	-	-	-
Total	**1.006.948**	**1.131.944**	**993.205**	**(138.739)**	**496.203**	**527.716**	**485.417**	**(42.299)**
Instrumento de *Hedge*								
Futuros (DI)	302.414	322.349	309.897	(12.452)	-	-	-	-
Total	**302.414**	**322.349**	**309.897**	**(12.452)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Objeto de *Hedge*								
Consignado INSS	94.473	99.223	97.126	(2.097)	-	-	-	-
Consignado FGTS	207.941	223.126	218.665	(4.461)	-	-	-	-
Total	**302.414**	**322.349**	**315.791**	**(6.558)**	**-**	**-**	**-**	**-**

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Por tipo de operação

	Individual		Consolidado	
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro	2.169.136	2.350.265	2.169.136	2.350.265
Resolução CMN nº 3.844	-	11.473	-	11.473
Conta corrente garantida	161.853	233.465	161.853	233.465
Repasses de instituições oficiais do Brasil	2.503	14.420	2.503	14.420
Financiamento em moeda estrangeira	5.815	14.729	5.815	14.729
Financiamentos a exportação	644.294	524.372	644.294	524.372
Títulos descontados	482.906	526.822	482.906	526.822
FGI PEAC (1)	370.417	-	370.417	-
Empréstimo FGTS (2) (3)	208.438	-	208.438	-
Consignado	652.840	-	652.840	-
Subtotal de operações de crédito	**4.698.202**	**3.675.546**	**4.698.202**	**3.675.546**
Devedores por compra de valores e bens (4)	166.873	200.135	317.189	201.486
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (5)	432.370	318.374	432.370	318.374
Avais e fianças honradas	76.743	81.994	76.743	81.994
Carteira de crédito	**5.374.188**	**4.276.049**	**5.524.504**	**4.277.400**
Créditos abertos para importação	12.218	2.437	12.218	2.437
Garantias prestadas	355.004	358.950	355.004	358.950
Garantias prestadas e responsabilidades	**367.222**	**361.387**	**367.222**	**361.387**
Títulos privados (6)	236.412	131.826	236.412	131.826
Títulos com risco de crédito	**236.412**	**131.826**	**236.412**	**131.826**
Total carteira expandida	**5.977.822**	**4.769.262**	**6.128.138**	**4.770.613**
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (Nota 8.b)	**59.946**	**-**	**59.946**	**-**
(+/-) Ajuste ao valor justo (7)	**(6.558)**	**-**	**(6.558)**	**-**
Total carteira expandida ajustada ao valor justo	**6.031.210**	**4.769.262**	**6.181.526**	**4.770.613**

(1) Empréstimos realizados, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), instituído por meio da Lei n° 12.042/20 e Resolução CMN n° 4.971/21, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).
(2) No terceiro trimestre de 2022, o Banco Pine adquiriu carteira de empréstimo do segmento varejo com Instituições Financeiras.
(3) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.
(4) Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 8.b).
(5) Registrados em "Carteira de câmbio" (Nota 8).
(6) Composto por debêntures, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds. (Nota 6.a).
(7) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 6.c.xb)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

b) Por vencimento

	Individual				Consolidado			
			31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021
Prazo	A Vencer	Vencidos	Total	Total	A Vencer	Vencidos	Total	Total
Até 3 meses	862.090	43	862.133	1.191.229	862.090	43	862.133	1.191.229
De 3 a 12 meses	1.176.748	56.401	1.233.149	1.603.314	1.176.748	56.401	1.233.149	1.603.314
De 1 a 3 anos	1.326.962	-	1.326.962	1.203.371	1.477.278	-	1.477.278	1.204.722
De 3 a 5 anos	863.368	-	863.368	142.756	863.368	-	863.368	142.756
De 5 a 15 anos	996.880	-	996.880	135.379	996.880	-	996.880	135.379
Acima de 15 anos	91.696	-	91.696	-	91.696	-	91.696	-
Total carteira de crédito	**5.317.744**	**56.444**	**5.374.188**	**4.276.049**	**5.468.060**	**56.444**	**5.524.504**	**4.277.400**
Até 3 meses	21.216	-	21.216	60.006	21.216	-	21.216	60.006
De 3 a 12 meses	58.012	-	58.012	108.657	58.012	-	58.012	108.657
De 1 a 3 anos	106.583	31.689	138.272	154.885	106.583	31.689	138.272	154.885
De 3 a 5 anos	134.889	-	134.889	35.492	134.889	-	134.889	35.492
De 5 a 15 anos	14.833	-	14.833	2.347	14.833	-	14.833	2.347
Total garantias prestadas e responsabilidades	**335.533**	**31.689**	**367.222**	**361.387**	**335.533**	**31.689**	**367.222**	**361.387**
Até 3 meses	-	-	-	-	-	-	-	-
De 3 a 12 meses	52.452	-	52.452	7.952	52.452	-	52.452	7.952
De 1 a 3 anos	-	-	-	32.068	-	-	-	32.068
De 3 a 5 anos	134.307	-	134.307	69.094	134.307	-	134.307	69.094
Acima de 15 anos	20.780	-	20.780	22.712	20.780	-	20.780	22.712
Total títulos com risco de crédito	**236.412**	**-**	**236.412**	**131.826**	**236.412**	**-**	**236.412**	**131.826**
Total carteira expandida	**5.889.689**	**88.133**	**5.977.822**	**4.769.262**	**6.040.005**	**88.133**	**6.128.138**	**4.770.613**

c) Por ramo de atividade

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Administração pública	213.342	245.848	213.342	245.848
Agropecuário	602.419	553.350	602.419	553.350
Alimentos e bebidas	278.064	252.102	278.064	252.102
Comércio	581.838	534.628	581.838	534.628
Construção e imobiliário	653.754	629.191	804.070	630.542
Financeiro	60.555	29.686	60.555	29.686
Papel e celulose	27.873	37.544	27.873	37.544
Químico e petroquímico	271.972	290.953	271.972	290.953
Educação, saúde e outros serviços sociais	106.684	144.784	106.684	144.784
Siderurgia e metalurgia	52.871	69.436	52.871	69.436
Telecomunicações	132.484	144.714	132.484	144.714
Transportes	300.632	312.943	300.632	312.943
Açúcar e álcool	276.444	384.484	276.444	384.484
Indústria	269.297	149.100	269.297	149.100
Serviços	266.965	177.611	266.965	177.611
Emprésrimo FGTS	905.274	-	905.274	-
Outros	977.354	812.888	977.354	812.888
Total carteira expandida	**5.977.822**	**4.769.262**	**6.128.138**	**4.770.613**

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento

						Individual
				31/12/2022		31/12/2021
Nível	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	700.346	89	700.435	-	540.555	-
A	2.089.759	-	2.089.759	10.448	997.839	4.989
B	1.302.065	7.065	1.309.130	13.091	1.351.521	13.515
C	863.066	7.900	870.966	26.129	1.060.419	31.812
D	29.401	12.003	41.404	4.140	53.001	5.300
E	136.511	13.592	150.103	45.031	59.205	17.763
F	100.974	5.751	106.725	53.362	88.667	44.333
G	92.533	2.310	94.843	87.436	94.048	81.327
H	3.090	7.733	10.823	10.823	30.794	30.794
Total	**5.317.745**	**56.443**	**5.374.188**	**250.460**	**4.276.049**	**229.833**

						Consolidado
				31/12/2022		31/12/2021
Nível	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	839.903	89	839.992	-	541.906	-
A	2.095.538	-	2.095.538	10.477	997.839	4.989
B	1.302.065	7.065	1.309.130	13.091	1.351.521	13.515
C	863.995	7.900	871.895	26.157	1.060.419	31.812
D	29.401	12.003	41.404	4.140	53.001	5.300
E	136.511	13.592	150.103	45.031	59.205	17.763
F	102.458	5.751	108.209	54.104	88.667	44.333
G	92.533	2.310	94.843	87.436	94.048	81.327
H	5.657	7.733	13.390	13.390	30.794	30.794
Total	**5.468.061**	**56.443**	**5.524.504**	**253.826**	**4.277.400**	**229.833**

Em 31 de dezembro de 2022, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R$21.045 (R$15.493 em 31 de dezembro de 2021) de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Pine

	Individual				Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021
Maiores devedores	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	151.605	2,54	98.673	2,07	151.605	2,47	98.673	2,07
2º ao 10º	753.523	12,61	652.574	13,68	753.523	12,30	652.574	13,68
11º ao 20º	552.235	9,24	510.485	10,70	552.235	9,01	510.485	10,70
21º ao 50º	908.223	15,19	856.464	17,96	908.223	14,82	856.464	17,95
51º ao 100º	892.753	14,93	716.873	15,03	892.753	14,57	716.873	15,03
Demais devedores	2.719.483	45,50	1.934.193	40,56	2.869.799	46,82	1.935.544	40,57
Total carteira expandida	**5.977.822**	**100,01**	**4.769.262**	**100,00**	**6.128.138**	**99,99**	**4.770.613**	**100,00**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**229.833**	**298.107**	**229.833**	**298.107**
Constituição/(Reversão)	34.325	(7.463)	34.325	(7.463)
Baixas para prejuízo	(13.698)	(60.811)	(10.332)	(60.811)
Saldo final	**250.460**	**229.833**	**253.826**	**229.833**

Resultado com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, impairment e descontos	Individual e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
(Provisão) Reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(34.325)	7.463
Recuperação de crédito baixados como prejuízo (Nota 7.g)	50.601	16.565
Impairment - Debêntures	4.951	(15.196)
Despesas com Cessão (Nota 18.i)	(708)	(216)
Descontos concedidos	(13.668)	(2.446)
Outras Provisões [1]	8.614	(24.192)
Total	**15.465**	**(18.022)**

(1) Refere-se a (constituição)/reversão de provisão sobre variação cambial de Adiantamento de contrato de câmbio e (constituição)/reversão de provisão de Ativos não financeiros mantidos para venda.

g) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R$50.601 (R$16.565 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

h) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2022, existiam contratos renegociados no valor de R$513.114 (R$457.945 em 31 de dezembro de 2021). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

i) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R$6.000 (R$58 em 31 de dezembro de 2021). Essas cessões resultaram em prejuízo em relação ao valor de face no valor de R$708 (R$216 em 31 de dezembro de 2021), não descontado a provisão no valor de R$3.241 (R$82 em 31 de dezembro de 2021). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Outras Despesas Operacionais'.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Avais e fianças honradas	76.743	81.994	76.743	81.994
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	549.387	367.213	549.387	367.213
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	58.687	56.927	61.296	59.354
Diversos (Nota 8.b)	305.246	285.912	460.221	797.736
Negociação e Intermediação de Valores	80.610	86.167	80.610	86.167
Rendas a receber	13.890	14.434	16.176	14.975
Relações interfinanceiras	6.742	5.023	6.742	5.023
Total	**1.091.305**	**897.670**	**1.251.175**	**1.412.462**
Circulante	**780.221**	**563.650**	**785.585**	**567.279**
Não Circulante	**311.084**	**334.020**	**465.590**	**845.183**

a) Carteira de Câmbio

	Individual e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	459.184	322.247
Direitos sobre venda de câmbio	79.676	35.048
Rendas a receber	10.527	9.918
Total	**549.387**	**367.213**
Circulante	**549.387**	**332.170**
Não Circulante	**-**	**35.043**
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	78.326	34.344
Obrigações por compra de câmbio	451.843	308.456
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(421.843)	(308.456)
Total	**108.326**	**34.344**
Circulante	**108.326**	**34.344**

b) Diversos

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos e antecipações salariais	1.050	528	1.050	528
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	179	173	183	173
Adiantamentos por conta de imobilizações	13.957	10.764	13.957	15.355
Devedores por compra de valores e bens [1] [3]	166.873	200.135	317.189	201.486
Imposto de renda a compensar	53.558	72.115	55.141	73.830
Valores a receber de sociedades ligadas	31	10	-	-
Títulos e créditos a receber [2] [3]	-	-	-	502.006
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito [4]	59.946	-	59.946	-
Devedores diversos - País e exterior	9.652	2.187	12.755	4.358
Total	**305.246**	**285.912**	**460.221**	**797.736**
Circulante	**60.697**	**49.659**	**63.775**	**52.747**
Não Circulante	**244.549**	**236.253**	**396.446**	**744.989**

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de Ativos não financeiros mantidos para venda.

(2) Em 31 de dezembro de 2021, no Consolidado refere-se, principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes no montante de R$435.727 e recebíveis a prazo, no montante de R$66.279.

(3) A partir de janeiro de 2022, o direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes, anteriormente classificado na rubrica “Outros créditos – Diversos – Títulos e créditos a receber” foi reclassificado para “Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda” e a carteira de recebíveis foi reclassificada para “Outros créditos – Diversos - Devedores por compra de valores e bens”.

(4) Em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao prêmio pago na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a ser reconhecido na rubrica de 'operações de crédito' da Demonstração do Resultado, em razão da fluência do prazo das operações.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

9. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução BCB n° 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

						Individual
			31/12/2022			31/12/2021
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	91.276	73.020	164.296	101.889	81.511	183.400
Créditos baixados para prejuízo	103.565	82.852	186.417	112.754	90.203	202.957
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	-	-	-	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	204.841	163.757	368.598	205.404	164.204	369.608
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	133.925	107.257	241.182	244.720	-	244.720
Outras provisões	4.287	3.429	7.716	6.009	4.807	10.816
Total	**537.894**	**430.315**	**968.209**	**670.868**	**340.799**	**1.011.667**

						Consolidado
			31/12/2022			31/12/2021
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	92.413	73.431	165.844	102.445	81.711	184.156
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	24	14	38
Créditos baixados para prejuízo	103.565	82.852	186.417	112.754	90.203	202.957
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	-	-	-	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	204.841	163.757	368.598	205.482	164.251	369.733
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	133.925	107.257	241.182	244.720	-	244.720
Outras provisões	4.287	3.429	7.716	6.009	4.807	10.816
Total	**539.031**	**430.726**	**969.757**	**671.526**	**341.060**	**1.012.586**

b) Obrigações Fiscais Diferidas

						Individual
			31/12/2022			31/12/2021
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.076	2.460	5.536	2.280	1.824	4.104
Ajuste de títulos para negociação	614	491	1.105	626	501	1.127
Ajuste de títulos disponíveis para venda	235	188	423	86	69	155
Mercado futuro - Lei nº 11.196	2.269	1.815	4.084	1.381	1.105	2.486
MTM Derivativos	65.041	52.033	117.074	36.029	28.823	64.852
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	64.871	-	64.871	143.690	-	143.690
MTM *hedge* de fluxo de caixa	12	10	22	208	168	376
Total (Nota 16.a)	**136.118**	**56.997**	**193.115**	**184.300**	**32.490**	**216.790**

						Consolidado
			31/12/2022			31/12/2021
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.236	2.557	5.793	2.391	1.891	4.282
Ajuste de títulos para negociação	614	491	1.105	626	501	1.127
Ajuste de títulos disponíveis para venda	235	188	423	86	69	155
Mercado futuro - Lei nº 11.196	2.269	1.815	4.084	1.381	1.105	2.486
MTM Derivativos	65.041	52.033	117.074	36.029	28.823	64.852
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	64.871	-	64.871	143.690	-	143.690
MTM *hedge* de fluxo de caixa	12	10	22	208	168	376
Total (Nota 16.a)	**136.278**	**57.094**	**193.372**	**184.411**	**32.557**	**216.968**

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

		Individual		Consolidado
Créditos tributários	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**1.011.667**	**1.012.677**	**1.012.586**	**1.014.679**
Constituição	31.804	39.867	42.000	51.231
Reversão	(75.262)	(40.877)	(84.829)	(53.324)
Saldo final	**968.209**	**1.011.667**	**969.757**	**1.012.586**

		Individual		Consolidado
Obrigações fiscais diferidas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**216.790**	**213.387**	**216.968**	**213.539**
Constituição	23.305	50.075	25.919	52.027
Reversão	(46.980)	(46.672)	(49.515)	(48.598)
Saldo final	**193.115**	**216.790**	**193.372**	**216.968**

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

								31/12/2022
				Individual				Consolidado
Créditos tributários	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	57.684	46.148	103.832	88.128	57.684	46.148	103.832	88.128
De 1 a 2 anos	54.222	43.377	97.599	71.200	55.359	43.788	99.147	72.329
De 2 a 3 anos	94.832	75.866	170.698	107.705	94.832	75.866	170.698	107.705
De 3 a 4 anos	96.355	77.084	173.439	92.015	96.355	77.084	173.439	92.015
De 4 a 5 anos	73.797	59.038	132.835	60.074	73.797	59.038	132.835	60.074
De 5 a 8 anos	135.761	108.609	244.370	81.608	135.761	108.609	244.370	81.608
De 8 a 10 anos	25.243	20.193	45.436	11.681	25.243	20.193	45.436	11.681
Total	**537.894**	**430.315**	**968.209**	**512.411**	**539.031**	**430.726**	**969.757**	**513.540**

						31/12/2022
			Individual			Consolidado
Obrigações fiscais diferidas	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	18.939	14.958	33.897	18.939	14.958	33.897
De 1 a 2 anos	519	545	1.064	679	642	1.321
De 2 a 3 anos	14.833	11.775	26.608	14.833	11.775	26.608
De 3 a 4 anos	31.932	24.921	56.853	31.932	24.921	56.853
De 4 a 5 anos	663	-	663	663	-	663
De 5 a 8 anos	630	2.339	2.969	630	2.339	2.969
De 8 a 10 anos	68.602	2.459	71.061	68.602	2.459	71.061
Total	**136.118**	**56.997**	**193.115**	**136.278**	**57.094**	**193.372**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

BANCO PINE

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de equivalência patrimonial

							31/12/2022
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	611	(52)	611	(52)
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	4.765	6.457	1.577	6.457	1.577
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	3.527	1.400	3.527	1.400
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) (6)	99,9999	565.796.649	565.797	565.081	(886)	565.081	(886)
Pine Corretora de Seguros Ltda. (8)	99,9990	492.156	18.102	23.420	1.318	23.420	1.318
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário (7)	99,9999	52.199.999	53.200	51.759	(462)	51.759	(462)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. (9)	99,9999	86.030.599	36.993	38.440	1.447	38.440	1.447
Total					**4.342**	**689.295**	**4.342**

							31/12/2021
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	663	5	663	5
Pine Investimentos DTVM Ltda. (3) (4)	99,9998	892.299	4.765	4.824	(169)	4.824	(226)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	2.127	24	2.127	24
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) (1) (5)	99,9999	565.796.649	565.797	565.967	2.221	565.967	2.221
Pine Corretora de Seguros Ltda. (2)	99,9990	492.156	100	29.101	3.664	29.101	3.664
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9999	52.199.999	52.200	51.221	(386)	51.221	(386)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9999	86.030.599	86.031	53.152	(2.357)	53.152	(2.357)
Total					**3.002**	**707.055**	**2.945**

(1) Em 14 de junho de 2021, houve aumento de capital no montante de R$25.000, totalmente subscrito e integralizado.
(2) Em 14 de junho de 2021, houve aumento de capital nos montantes de R$5.000, mediante a incorporação de parte do saldo das Reservas Estatutárias e R$20.000, totalmente subscrito e integralizado.
(3) Em 29 de setembro de 2021, houve redução de capital no montante de R$10.378, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas.
(4) Em 10 de novembro de 2021, houve aumento de capital no montante de R$1.450, mediante a incorporação do saldo das Reservas Estatutárias e R$308, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva Legal, totalmente subscrito e integralizado.
(5) Em 27 de dezembro de 2021, houve aumento de capital no montante de R$40.000, mediante emissão de novas quotas do mesmo valor unitário, totalmente subscrito e integralizado.
(6) Em 03 de março de 2022, a Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. teve sua razão social alterada para P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.
(7) Em 29 de março de 2022, houve aumento de capital no montante de R$1.000, totalmente subscrito e integralizado.
(8) Em 26 de outubro de 2022, houve redução de capital no montante de R$6.998, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas.
(9) Em 26 de outubro de 2022, houve redução de capital no montante de R$16.160, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas.

b) Outros Investimentos

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Central de registros de títulos e ativos (CERTA) (1) (2)	591	474	591	474
Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI) (3)	1.000	-	1.000	-
GPTECH Participações S.A. (4)	2.187	-	2.187	-
Total	**3.778**	**474**	**3.778**	**474**

(1) O Pine é um dos acionistas Fundadores da Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. (CERTA), sociedade por ações de capital fechado, em conjunto com outros bancos participantes, cujo aporte foi no montante de R$591, avaliado pelo método de custo.
(2) Em 23 de junho de 2022, foi aprovado aumento de capital social da CERTA, dentro do limite de capital autorizado nos termos de seu Estatuto Social, no montante de R$117.
(3) Em 5 de agosto de 2022, o Banco Pine subscreveu cotas de emissão do FGI, no montante de R$1.000 no Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI), mensurado pelo custo de aquisição.
(4) Em 14 de novembro de 2022, o Banco Pine adquiriu 6.668 ações da empresa GPTECH, representando 40% do capital social da Companhia, que tem como principais atividades: correspondentes de instituições financeiras, consultoria em gestão empresarial e intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral.

11. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis (1)	396.299	332.671	871.861	397.506
Provisão para perdas	(6.355)	(16.337)	(7.540)	(17.633)
Total	**389.944**	**316.334**	**864.321**	**379.873**
Não Circulante	**389.944**	**316.334**	**864.321**	**379.873**

(1) A partir de janeiro de 2022, o direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes, anteriormente classificado na rubrica “Outros créditos – Diversos – Títulos e créditos a receber” foi reclassificado para “Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda”.

b) Despesas antecipadas

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de seguros	36.301	15.144	55.017	37.185
Aluguéis (1)	10.310	10.166	10.310	10.166
Gastos na emissão de títulos no Exterior	40	95	40	95
Outras	4.841	102	6.194	102
Total	**51.492**	**25.507**	**71.561**	**47.548**
Circulante	**11.114**	**17.675**	**14.794**	**20.191**
Não Circulante	**40.378**	**7.832**	**56.767**	**27.357**

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, refere-se, substancialmente, a aquisição de direito de uso de camarotes e espaço do Allianz Parque.

12. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

						Individual e Consolidado
	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022				31/12/2022
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	**6.555**	**410**	**(958)**	**22.013**	**(16.006)**	**6.007**
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	6.555	410	(958)	22.013	(16.006)	6.007
Outros Imobilizados de Uso	**1.182**	**1.122**	**(313)**	**6.139**	**(4.148)**	**1.991**
Sistema de Segurança e Comunicação	1.083	1.122	(214)	3.861	(1.870)	1.991
Sistema de Processamento de Dados	99	-	(99)	2.278	(2.278)	-
Total	**7.737**	**1.532**	**(1.271)**	**28.152**	**(20.154)**	**7.998**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

BANCO PINE

13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos (Nota 13.a)	8.113.759	7.211.086	8.055.940	7.101.929
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	3.943.494	4.485.015	3.943.494	4.485.015
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	1.116.932	589.150	1.116.932	589.150
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	14.872	41.602	14.872	41.602
Total	**13.189.057**	**12.326.853**	**13.131.238**	**12.217.696**
Circulante	**6.790.481**	**6.571.003**	**6.740.380**	**6.504.318**
Não Circulante	**6.398.576**	**5.755.850**	**6.390.858**	**5.713.378**

a) Depósitos

						31/12/2022
	Individual			Consolidado		
Composição por Vencimento	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Sem vencimento	155.980	-	-	108.083	-	-
Até 30 dias	-	112.046	-	-	112.046	-
De 61 a 90 dias	-	125.101	-	-	125.101	-
De 91 a 180 dias	-	257.288	52.507	-	257.103	52.507
De 181 a 360 dias	-	1.268.441	-	-	1.266.422	-
Acima de 360 dias	-	5.988.259	-	-	5.980.541	-
Total	**155.980**	**7.905.272**	**52.507**	**108.083**	**7.895.350**	**52.507**

						31/12/2021
	Individual			Consolidado		
Composição por Vencimento	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento	195.382	-	-	128.697	-	-
Até 30 dias	-	222.857	-	-	222.857	-
De 31 a 60 dias	-	150.150	-	-	150.150	-
De 61 a 90 dias	-	137.143	35.811	-	137.143	35.811
De 91 a 180 dias	-	245.793	61.055	-	245.793	61.055
De 181 a 360 dias	-	361.880	435.380	-	361.880	435.380
Acima de 360 dias	-	5.365.635	-	-	5.323.163	-
Total	**195.382**	**6.483.458**	**532.246**	**128.697**	**6.440.986**	**532.246**

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Própria		
LTN - letra do tesouro nacional	289.681	589.685
LFT - letra financeira do tesouro	213.828	854.800
NTN - notas do tesouro nacional	3.337.505	2.990.508
Debêntures	102.480	50.022
Total	**3.943.494**	**4.485.015**
Circulante	**3.943.494**	**4.485.015**

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				Individual e Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	43.654	209.563	44.972	298.189	320.217
Letras de crédito do agronegócio	134.725	318.717	365.301	818.743	262.498
Letras financeiras	-	-	-	-	6.435
Total	**178.379**	**528.280**	**410.273**	**1.116.932**	**589.150**

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

				Individual e Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Repasses do país - instituições oficiais	950	1.507	44	2.501	14.409
Operações de repasses do exterior	6.228	6.138	-	12.366	27.188
Operações de empréstimos no exterior	5	-	-	5	5
Total	**7.183**	**7.645**	**44**	**14.872**	**41.602**

14. DÍVIDA SUBORDINADA

				Individual e Consolidado	
Por prazo	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras	49.717	26.272	128.430	204.419	132.506
Total	**49.717**	**26.272**	**128.430**	**204.419**	**132.506**

						Individual e Consolidado
Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2022
Letras Financeiras						
	26.515	2018	2024	CDI	150% a 155%	27.610
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	18.166
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.937
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.609
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.023
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,76%	19.335
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.755
	45.000	2021	2028	CDI	100% a 189%	49.005
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	68.671
Total	**187.296**					**204.419**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

						Individual e Consolidado
Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2021
Letras Financeiras						
	27.915	2018	2024	CDI	150% a 155%	28.600
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.851
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.825
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.506
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.014
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,67%	18.237
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.140
	45.000	2021	2028	CDI	153% a 189%	49.025
Total	**123.379**					**132.506**

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	-	369	-	369
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	8.206	6.987	8.206	6.987
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	5.792	6.724	5.792	6.724
Fianças Prestadas (Nota 21)	8.277	7.699	8.277	7.699
Total	**22.275**	**21.779**	**22.275**	**21.779**
Não Circulante	**22.275**	**21.779**	**22.275**	**21.779**

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Individual				Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	52.589	50.395	-	369	55.123	52.746	-	369
Contingências Trabalhistas	5.346	5.724	8.206	6.987	5.346	5.724	8.206	6.987
Contingências Cíveis	752	808	5.792	6.724	827	884	5.792	6.724
Fianças Prestadas (Nota 21)	-	-	8.277	7.699	-	-	8.277	7.699
Total	**58.687**	**56.927**	**22.275**	**21.779**	**61.296**	**59.354**	**22.275**	**21.779**

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1°. da Lei n° 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2022, os depósitos relativos ao PIS, representavam R$50.689 no Individual e R$51.020 no Consolidado (R$48.047 no Individual e R$48.360 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R$3.604 no Individual e no Consolidado (R$9.191 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

c) Movimentação das provisões passivas

								Individual
	31/12/2022				31/12/2021			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	**369**	**6.987**	**6.724**	**14.080**	**369**	**6.588**	**6.629**	**13.586**
Constituição (reversão)	(369)	339	(986)	(1.016)	-	(310)	3.266	2.956
Atualização	-	880	54	934	-	709	(3.171)	(2.462)
Saldo final	**-**	**8.206**	**5.792**	**13.998**	**369**	**6.987**	**6.724**	**14.080**

								Consolidado
	31/12/2022				31/12/2021			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	**369**	**6.987**	**6.724**	**14.080**	**369**	**6.588**	**6.629**	**13.586**
Constituição (reversão)	(369)	339	(986)	(1.016)	-	(310)	3.266	2.956
Atualização	-	880	54	934	-	709	(3.171)	(2.462)
Saldo final	**-**	**8.206**	**5.792**	**13.998**	**369**	**6.987**	**6.724**	**14.080**

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2022 o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis (R$184 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	137	788	137	788
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	108.326	34.344	108.326	34.344
Credores diversos - país e exterior	13.368	10.416	22.649	10.797
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	202.671	220.812	214.365	226.144
Negociação e intermediação de valores	7.009	14.091	7.009	14.091
Resultado de exercícios futuros (1)	-	11.885	-	11.885
Sociais e estatutárias	9.754	-	9.754	-
Outros	11.575	18.077	11.623	18.080
Total	**352.840**	**310.413**	**373.863**	**316.129**
Circulante	**151.707**	**118.898**	**166.848**	**121.996**
Não Circulante	**201.133**	**191.515**	**207.015**	**194.133**

(1) Conforme a Resolução BCB n° 92/21, que dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Grupo 5 – Rendas de Exercícios Futuros, foi reclassificado para a linha de Outros Passivos - Credores diversos - país e exterior.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	310	240	356	248
Impostos e contribuições sobre salários	3.236	3.253	3.315	3.253
Impostos e contribuições sobre o lucro	110	-	5.783	2.602
ISS	2.051	151	2.097	160
IRRF	290	105	290	105
PIS e Cofins a recolher	3.559	273	3.641	334
Provisão para Pis e Cofins	-	-	5.511	2.474
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	193.115	216.790	193.372	216.968
Total	**202.671**	**220.812**	**214.365**	**226.144**
Circulante	**9.446**	**41.182**	**15.258**	**43.896**
Não Circulante	**193.225**	**179.630**	**199.107**	**182.248**

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado totaliza R$851.665 (R$1.202.393 em 31 de dezembro de 2021) e está dividido em 186.441.207 ações nominativas, sendo 97.895.475 ordinárias e 88.545.732 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2021) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Durante o Período de Direito de Preferência, encerrado dia 23 de março de 2022, foi subscrito um montante de R$49.638, contabilizados em março de 2022 como "Aumento de Capital". Durante o Período de Subscrição de Sobras, encerrado dia 18 de abril de 2022, foram subscritas 7.259.751 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$1,60 por ação, totalizando um valor de R$11.616. Após o encerramento do período de subscrição foram emitidas 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R$61.254.

O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022. No âmbito deste aumento de capital, foi atribuído, como vantagem adicional aos subscritores de cada nova ação de emissão da Companhia, um bônus de subscrição. Cada bônus de subscrição confere ao seu titular o direito de subscrever uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia durante um dos períodos de exercício a seguir: entre 01 de março de 2023 e 31 de março de 2023 (inclusive); (ii) entre 01 de março de 2024 e 29 de março de 2024 (inclusive); (iii) entre 03 de março de 2025 e 31 de março de 2025 (inclusive); ou (iv) entre 02 de março de 2026 e 31 de março de 2026 (inclusive). Os Bônus de Subscrição somente poderão ser exercidos durante os períodos mencionados anteriormente de modo que não será admitido o exercício do Bônus de Subscrição em data anterior ou posterior aos períodos de exercício.

O lucro líquido apurado no 1° semestre de 2022 foi absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, de modo que o saldo desta rubrica passasse de R$418.274 para R$411.982.

Em 28 de setembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social, no montante de R$411.982, mediante a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, verificados nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do 1° semestre de 2022, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no Capital Social da Companhia. A Redução de Capital está pendente de homologação do Bacen.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	40.900
Resultado do 1° semestre de 2022 (1)	(6.292)
Resultado do 2° semestre de 2022	**34.608**
Reserva legal	1.730

(1) Saldo utilizado na absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Juros sobre o capital próprio

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em R$5.279.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

					Individual e Consolidado	
					31/12/2022	
Descrição	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	20/01/2023	08/02/2023	0,061550	11.475	0,052317	9.754
Total			**0,061550**	**11.475**	**0,052317**	**9.754**

A seguir apresentamos a conciliação dos juros sobre o capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022
Lucro líquido	40.900
Reserva legal	(1.730)
Base de cálculo	**39.170**
Juros sobre o capital próprio	11.475

(1) O valor de juros sobre o capital próprio a ser distribuído, atinge os 25% de mínimos obrigatórios. O valor está sujeito à retenção de IRRF de 15% sobre o valor apresentado na Nota Explicativa, conforme descrito no Aviso aos Acionistas de 20 de janeiro de 2023.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	**(10.210)**	**(8.762)**	**(10.210)**	**(8.800)**
Títulos e valores mobiliários	(10.210)	(8.762)	(10.210)	(8.800)
***Hedge* fluxo de caixa**	**(1)**	**(3)**	**(1)**	**(3)**
Objeto do *Hedge*	(51)	(844)	(51)	(844)
Instrumento do *Hedge*	50	841	50	841
Outros	**(94)**	**(254)**	**(94)**	**(254)**
Efeito Tributário	**4.486**	**4.033**	**4.486**	**4.071**
Total	**(5.819)**	**(4.986)**	**(5.819)**	**(4.986)**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual e Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Adiantamentos a depositantes	16.107	32.917	12.848	19.308
Rendas de empréstimos	310.614	611.163	209.971	366.876
Rendas de financiamentos	57.223	107.925	40.951	68.429
Total	**383.944**	**752.005**	**263.770**	**454.613**

b) Operações de captação no mercado

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Despesas de depósitos interfinanceiros	2.517	3.499	1.123	1.703	2.517	3.499	1.123	1.703
Despesas de depósitos a prazo	319.908	669.179	300.938	594.146	317.984	664.854	299.682	592.248
Despesas de operações compromissadas	240.254	447.752	118.203	151.618	240.254	447.752	118.206	151.621
Despesas de operações com TVM no exterior	21	56	42	84	21	56	42	84
Despesas de contribuição ao FGC	5.305	13.622	7.179	12.494	5.305	13.622	7.179	12.494
Despesas com LCA	23.209	34.733	12.077	19.440	23.209	34.733	12.077	19.440
Despesas com LF	13.333	24.019	14.893	26.538	13.333	24.019	14.893	26.538
Despesas com LCI	16.685	33.280	10.045	13.582	16.686	33.281	10.045	13.582
Total	**621.232**	**1.226.140**	**464.500**	**819.605**	**619.309**	**1.221.816**	**463.247**	**817.710**

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	27	258	360	758
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	249	491	261	515
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior (1)	5.469	6.375	7.623	12.455
Total	**5.745**	**7.124**	**8.244**	**13.728**

(1) Contempla variação cambial.

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Comissão de fiança	3.597	7.189	5.394	11.720	3.597	7.189	5.394	11.720
Comissão de intermediação	758	811	201	412	6.335	6.388	201	412
Rendas de cobrança	2.792	5.576	2.561	4.588	2.792	5.576	2.561	4.588
Rendas com tarifas	1.626	2.951	1.503	3.644	1.626	2.951	1.503	3.644
Outras (1)	1.552	2.265	1.446	2.147	6.010	7.821	3.764	8.094
Total	**10.325**	**18.792**	**11.105**	**22.511**	**20.360**	**29.925**	**13.423**	**28.458**

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no consolidado, refere-se, substancialmente, a receitas de prestação de serviços de corretagem de seguros da Pine Corretora.

e) Despesas de pessoal

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Proventos	23.298	48.409	25.606	46.950	23.580	48.691	25.606	46.950
Benefícios	8.161	15.278	6.989	13.082	8.171	15.292	6.989	13.082
Encargos sociais	11.498	24.924	9.544	19.190	11.594	25.070	9.544	19.190
Honorários da diretoria	5.291	10.241	4.469	9.349	5.436	10.638	4.469	9.349
Treinamento	56	78	49	86	56	78	49	86
Estagiários	524	1.055	505	866	524	1.055	505	866
Total	**48.828**	**99.985**	**47.162**	**89.523**	**49.361**	**100.824**	**47.162**	**89.523**

f) Outras despesas administrativas

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
Despesas de água, energia e gás	126	248	108	248	136	258	108	248
Despesas com aluguéis	3.552	5.426	7.163	14.165	3.552	5.426	7.163	14.165
Despesas de arrendamento de bens	302	709	577	1.171	302	709	577	1.171
Despesas com contribuições filantrópicas	10	10	-	-	10	10	-	-
Despesas de comunicações	4.025	6.569	2.956	6.014	4.025	6.569	2.956	6.014
Despesas de manutenção e conservação de bens	508	1.065	471	901	508	1.065	470	901
Despesas de material	82	148	119	169	82	148	119	169
Despesas de processamento de dados	9.591	18.778	8.873	15.972	9.594	18.781	8.873	15.972
Despesas de relações públicas	1.132	1.553	1.175	1.682	1.135	1.571	1.175	1.738
Despesas de seguros	3.412	6.162	2.645	5.017	3.434	6.204	2.653	5.033
Despesas com serviços do sistema financeiro	9.859	15.249	5.890	11.598	9.859	15.251	5.893	11.604
Despesas com serviços de terceiros	963	1.617	501	950	1.096	1.750	1.007	1.922
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.258	2.519	1.114	2.179	1.258	2.519	1.113	2.535
Despesas com serviços técnicos especializados	7.161	11.261	8.384	13.263	7.277	11.424	8.533	13.650
Despesas de transporte	301	578	241	373	302	579	242	374
Despesas de viagens	305	526	305	340	305	526	305	340
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	1.280	3.549	4.037	8.517	1.280	3.549	4.045	8.525
Despesas de amortização e depreciação	1.051	2.130	1.113	2.279	1.051	2.130	1.113	2.279
Emolumentos judicias e cartorários	377	475	93	261	378	476	194	448
Outras despesas administrativas	2.793	4.958	2.874	4.498	2.804	4.988	3.416	5.831
Total	**48.088**	**83.530**	**48.639**	**89.597**	**48.388**	**83.933**	**49.955**	**92.919**

g) Despesas tributárias

	Individual				Consolidado			
	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2022	31/12/2022	2º Sem. 2021	31/12/2021
ISS	1.230	1.950	878	1.666	1.598	2.340	925	1.786
Cofins	4.543	8.355	235	3.999	7.597	11.863	1.287	6.314
PIS	739	1.358	38	650	1.393	2.111	266	1.151
Outros (1)	520	654	54	101	871	1.070	5.586	9.744
Total	**7.032**	**12.317**	**1.205**	**6.416**	**11.459**	**17.384**	**8.064**	**18.995**

(1) Refere-se, substancialmente, a despesas com IPTU dos loteamentos da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

h) Outras receitas operacionais

	Individual				Consolidado			
	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021
Recuperação de encargos e despesas	1.002	1.055	(3)	3	1.002	1.055	(3)	3
Atualização monetária ativa	4.919	6.420	778	1.105	5.028	6.617	822	1.169
Atualização de créditos judiciais	169	374	3.574	3.965	169	374	3.574	3.965
Reversão provisão fiança	-	-	137	316	-	-	137	316
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	5.228	8.114	4.984	9.885	5.295	8.202	4.990	9.891
Outras rendas operacionais (1)	143	205	3.035	3.168	45	78	35.214	67.881
Total	**11.461**	**16.168**	**12.505**	**18.442**	**11.539**	**16.326**	**44.734**	**83.225**

(1) Em 31 de dezembro de 2021, no consolidado, refere-se principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes preendimento Imobiliário SPE Ltda.) relacionados à venda de lotes do Consórcio Entre Verdes.

i) Outras despesas operacionais

	Individual				Consolidado			
	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	2.911	7.098	6.242	12.841	2.911	7.186	6.248	12.847
Despesa de cessão	1.557	2.265	216	216	-	708	216	216
Provisão de fiança	553	578	-	3.282	553	578	-	3.282
Outras despesas operacionais (1)	13.304	17.799	9.191	24.502	16.558	22.728	36.377	71.796
Total	**18.325**	**27.740**	**15.649**	**40.841**	**20.022**	**31.200**	**42.841**	**88.141**

(1) Em 31 de dezembro de 2022, refere-se, principalmente, a provisão para Adiantamento sobre contrato de câmbio no montante de R$1.368 no Individual e Consolidado (31 de dezembro de 2021 - R$18.634). Em 31 de dezembro de 2021, refere-se a baixa dos direitos sobre o valor geral de vendas (VGV) da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (anteriormente denominada Pine Entre Verdes relacionados à venda de lotes do Consórcio Entre Verdes), no montante de R$45.332 no Consolidado.

j) Resultado não operacional

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado não operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso.

	Individual				Consolidado			
	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021
Receitas não operacionais	53.021	69.392	16.503	42.685	178.418	212.562	18.408	50.261
Despesas não operacionais	(4.109)	(5.705)	(4.230)	(11.998)	(121.415)	(144.507)	(7.240)	(21.674)
Total	**48.912**	**63.687**	**12.273**	**30.687**	**57.003**	**68.055**	**11.168**	**28.587**

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (prejuízo):

	Individual				Consolidado			
	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021
Resultado antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	48.160	63.434	7.704	9.455	53.083	69.078	9.552	13.963
Lucro líquido antes da tributação	**48.159**	**63.434**	**7.704**	**9.455**	**53.082**	**69.078**	**9.552**	**13.963**
Alíquota vigente (Nota 3.s)	46%	46%	50%	50%	46%	46%	50%	50%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(21.988)	(28.862)	(3.940)	(4.728)	(24.578)	(31.776)	(4.997)	(6.982)
Diferenças permanentes	**8.436**	**6.328**	**395**	**1.215**	**6.103**	**3.598**	**(396)**	**(1.039)**
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	1.847	1.504	-	-	1.847	1.504
Alteração da alíquota da CSLL (1)	445	445	116	116	445	445	116	116
Juros sobre o capital próprio	5.279	5.279	-	-	5.279	5.279	-	-
Outros ajustes	2.712	604	(1.568)	(405)	379	(2.126)	(2.359)	(2.659)
Imposto de renda e contribuição social	**(13.552)**	**(22.534)**	**(3.545)**	**(3.513)**	**(18.475)**	**(28.178)**	**(5.393)**	**(8.021)**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 21% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei 14.446/22, que altera o Art. 3°, inciso II-A Lei n° 7.689/88. No exercício findo em 30 de dezembro de 2021, a alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3°, inciso II-A da Lei n° 7.689/88.

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e

b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações, que são diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No semestre findo em 31 de dezembro de 2022, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R$5.243 (R$2.226 em 31 de dezembro de 2021) e a despesa no montante de R$2.688 (R$3.267 em 31 de dezembro de 2021) de acordo com os critérios definidos no plano.

Em função da reorganização do Plano de Negócios e do modelo de gestão do Banco, visando a otimização dos custos, aumento de eficiência e melhor integração, tivemos ao longo dos trimestres de 2022 despesas relacionadas com saídas e contratações de Executivos e outorga de um novo plano de retenção.

	Individual e Consolidado			
	2° Sem. 2022	31/12/2022	2° Sem. 2021	31/12/2021
Remuneração fixa	5.358	10.310	4.471	9.356
Remuneração variável	3.702	5.243	528	2.226
Benefícios de curto prazo	2.814	7.583	1.627	4.148
Total	**11.874**	**23.136**	**6.626**	**15.730**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos) 31/12/2022	Ativos (Passivos) 31/12/2021	Receitas (Despesas) 31/12/2022	Receitas (Despesas) 31/12/2021
Administradores [1]			**2.017**	**8.390**	**(123)**	**(221)**
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	45	324	-	-
Depósitos a prazo	127% CDI e100% IPCA	26/06/2028	152	941	(4)	(156)
Captação no mercado aberto	-	-	-	3.501	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	97% a 116% CDI	29/05/2024	35	240	(1)	(16)
Recursos de letras de crédito imobiliário	100% CDI	29/05/2024	263	519	(30)	(8)
Recursos de letras financeiras	150% CDI e 100% IPCA	13/04/2029	1.522	2.865	(88)	(41)
Familiares imediatos [1]			**41.999**	**13.028**	**(836)**	**(489)**
Operações de crédito	CDI + 7,00% a.a	09/07/2024	20.804	2.119	(265)	119
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	203	3	-	-
Depósitos a prazo	127% CDI e 100% IPCA	18/02/2028	11.748	1.424	(1)	(241)
Captação no mercado aberto	-	-	-	500	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	95% a 118%	29/05/2024	201	204	1	(11)
Recursos de letras de crédito imobiliário	100% a 118%	29/05/2024	128	420	(14)	(11)
Recursos de letras financeiras	150% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	8.915	8.358	(557)	(345)
Empresas ligadas			**57.854**	**109.158**	**(4.185)**	**(492)**
Valores a receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			10	-	(24)	1
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			8	-	(25)	3
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)			-	-	-	1
Pine Corretora de Seguros Ltda.			12	2	(59)	6
Pine Ativos Imobiliários Ltda.			2	-	(20)	-
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		Sem vencimento	3.063	88	-	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	2.464	-	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)		Sem vencimento	24.679	64.137	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	59	92	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	3	53	-	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.		Sem vencimento	17.632	2.314	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	19/12/2024	1.740	-	(253)	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	15/12/2023	-	1.027	(78)	(12)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99% CDI	29/11/2023	195	179	(22)	(2)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	09/09/2026	2.966	6.734	(661)	(81)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	05/05/2025	784	192	(71)	(4)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	01/04/2024	4.237	34.340	(2.972)	(404)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

						31/12/2022
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.465.946	23,11	118.361.421	63,48
Pessoa Jurídica	-	-	16.287.867	18,39	16.287.867	8,74
Conselho de Administração	-	-	171.604	0,19	171.604	0,09
Conselho Fiscal	-	-	2.025.976	2,29	2.025.976	1,09
Administradores	-	-	3.262.356	3,68	3.262.356	1,75
Total	**97.895.475**	**100,00**	**42.213.749**	**47,66**	**140.109.224**	**75,15**

						31/12/2021
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.402	20,89	90.738.244	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.281.394	1,77	1.281.394	0,86
Administradores	-	-	463.762	0,64	463.762	0,31
Total	**75.577.842**	**100,00**	**16.905.558**	**23,30**	**92.483.400**	**62,41**

21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN n° 4.512/16.

	Individual e Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
Tipo de Garantia Financeira	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.410	2	3.410	1
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	304.179	840	307.859	274
Outras Fianças Bancárias	47.415	7.435	47.681	7.424
Total	**355.004**	**8.277**	**358.950**	**7.699**

Notas Explicativas

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução

O Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

• Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;

• Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;

• Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);

• Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);

• Comitê de Risco Operacional, Controles Internos, GCN e SI, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (operacional, continuidade de negócio, segurança cibernética);

• CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;

• Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;

• Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;

• Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária; e

• Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites.

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

• Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Pine.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela Instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;

Notas Explicativas

• Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;

• Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez target tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O pano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

g) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;

• Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Riscos) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) Bacen, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Conforme Instrução Nº 475 da CVM, de 17 de dezembro de 2008, segue abaixo quadro demonstrativo de análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros,que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2022:

		Análise de Sensibilidade		
		31/12/2022		
		Cenários		
Fator de Risco	Exposição	Provável [I]	Possível [II]	Remoto [III]
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(17.210.424)	(25.298.893)	(50.597.786)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	(2.682)	(29.740)	(59.480)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	133.897	3.941.953	7.883.907
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	(369.666)	(5.848.484)	(11.696.968)
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(103.776)	(3.712.566)	(7.425.132)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(16.699)	(24.521)	(49.042)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	454.560	639.183	1.278.366
Total (soma não correlacionada)*		**(18.366.206)**	**(40.557.641)**	**(81.115.283)**
Total (soma correlacionada)**		**(18.082.042)**	**(32.169.068)**	**(64.338.137)**

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

Cenários

Cenário I - Provável

Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31 de dezembro de 2022 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,41%	1,61%	13,62%
Índice de Preços (IGPM)	7,54%	3,11%	7,77%
Índice de Preços (IPCA)	7,08%	2,57%	7,27%
Taxa Referencial (TR)	11,08%	0,61%	11,15%
Taxa de Cupom de Dólar	6,14%	1,09%	6,21%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	3,10%	11,73%	3,46%
Taxas *OffShore (Libor* + outras *Offshore*)	4,80%	0,10%	4,80%
Cesta de Moedas	5,29	17,75%	6,23

Cenário II - Possível

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,41%	25%	16,76%
Índice de Preços (IGPM)	7,54%	25%	9,42%
Índice de Preços (IPCA)	7,08%	25%	8,86%
Taxa Referencial (TR)	11,08%	25%	13,85%
Taxa de Cupom de Dólar	6,14%	25%	7,67%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	3,10%	25%	3,88%
Taxas *OffShore (Libor* + outras *Offshore*)	4,80%	25%	6,00%
Cesta de Moedas	5,29	25%	6,61

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,41%	50%	20,11%
Índice de Preços (IGPM)	7,54%	50%	11,31%
Índice de Preços (IPCA)	7,08%	50%	10,63%
Taxa Referencial (TR)	11,08%	50%	16,62%
Taxa de Cupom de Dólar	6,14%	50%	9,21%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	3,10%	50%	4,65%
Taxas *OffShore (Libor* + outras *Offshore*)	4,80%	50%	7,20%
Cesta de Moedas	5,29	50%	7,94

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PRSAC)

A PRSAC tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação a este tema. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental e climática nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSAC estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance e PLD encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados de 2018).

i) Índice de Basileia

O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2022, foi de 11,39% (11,11% em 31 de dezembro de 2021), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

j) Índice de Imobilização

O índice de Imobilização em 31 de dezembro de 2022, foi de 15,12% (19,12% em 31 de dezembro de 2021). De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.

k) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Resolução BCB n° 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

BANCO PINE

24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no período estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	31/12/2022		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R$	25.967	5.494
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R$	26.415	2.622

Em 31 de dezembro de 2022, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2022, é demonstrada conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	68.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.324
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro de vida	Seguro de vida - funcionários	500

b) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. Em 31 de dezembro de 2022, o custo dos contratos de arrendamento foram reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica 'Despesas administrativas - arrendamento de bens', no montante de R$709 (31 de dezembro de 2021 - R$1.171).

c) Valor justo de instrumentos financeiros

Apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seus respectivos valores justos no final do exercício.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de liquidez [(i)]	382.891	382.891	93.012	93.012
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos [(ii)]	8.860.861	8.217.464	9.204.499	8.639.337
Operações de crédito [(iii)]	3.801.706	4.447.742	3.498.530	3.445.713
Outros créditos [(iii)]	665.367	826.302	582.791	601.854
Total de ativos financeiros	**13.710.825**	**13.874.399**	**13.378.832**	**12.779.916**
Passivos				
Depósitos à vista [(iv)]	108.083	108.083	128.697	128.697
Depósitos interfinanceiros [(iv)]	52.507	52.507	532.246	532.246
Depósitos a prazo [(v)]	7.452.911	7.895.350	5.850.077	6.440.986
Captação no mercado aberto [(ii)]	3.943.494	3.943.494	4.485.015	4.485.015
Recursos de aceites e emissão de títulos [(v)]	1.110.031	1.116.932	560.968	589.150
Obrigação por empréstimos e repasses [(v)]	24.035	14.872	41.700	41.602
Dívida subordinada [(v)]	204.419	204.419	132.506	132.506
Total de passivos financeiros	**12.895.480**	**13.335.657**	**11.731.209**	**12.350.202**

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.

iii) Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

d) Segmentos operacionais

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica. O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

e) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN n° 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

f) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses' que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R$12.364, com vencimento de curto prazo (R$27.183 em 31 de dezembro de 2021).

g) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

h) Resultado recorrente e não recorrente

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve resultados não recorrentes, de acordo com a política elaborada pelo Pine e conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

26. OUTROS ASSUNTOS

a) Impactos da pandemia do COVID-19

O cenário de pandemia causado pelo novo Coronavírus (Covid-19) desde 2020 exigiu que o Banco Pine colocasse em prática medidas de monitoramento contingenciais para amenizar os efeitos que pudessem afetar suas operações e resultados, atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, visando sempre a saúde e bem-estar dos colaboradores, e em consonância com os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades.

Com o avanço da vacinação no país, foi possível realizar o retorno gradual aos escritórios por meio da implantação de um modelo híbrido de trabalho, reflexo dos investimentos em tecnologia que permitiram as interações virtuais com mais agilidade.

Para mais informações sobre a estratégia e performance do Banco, consulte o relatório gerencial do 4T22 disponível no site de Relações com Investidores https://ri.pine.com.

b) Operação de Swap

O Conselho de Administração do Pine, em reunião realizada no dia 21 de janeiro de 2021, aprovou a celebração de um ou mais contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (*total return equity swap – "TRS"*) com liquidação financeira ("Operação"), tendo por referência ações de emissão da Companhia, com o objetivo de proteção de balanço ("hedge"). Os contratos poderão acarretar a exposição em até 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia (PINE4), sendo respeitado o limite estabelecido no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15. A finalidade da Operação é neutralizar os eventuais efeitos da oscilação das cotações das ações PINE4, no contexto dos planos de remuneração variável que são pagos aos administradores da Companhia, nos termos da Resolução CMN n° 3.921, em Reais com cálculo baseado no valor de mercado das ações PINE4. Como se trata de uma operação TRS com liquidação exclusivamente financeira, a celebração dos contratos de swap não resultará na aquisição ou alienação de ações pela Companhia e não terá impacto sobre a composição do seu controle acionário ou da sua estrutura administrativa.

As contratações dos Swap foram concluídas em maio de 2021. Não foram identificados impactos significativos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

****

A DIRETORIA

CONTADORA
Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0

Notas Explicativas

BANCO PINE

CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1.830

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS

31 de dezembro de 2022

BANCO PINE

Notas Explicativas

Índice

Relatório do Auditor Independente.... 1
Relatório da Administração.... 10
Balanço Patrimonial Consolidado.... 14
Demonstração do Resultado.... 15
Demonstração do Resultado Abrangente.... 16
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.... 17
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).... 18

Notas Explicativas
1. Contexto Operacional.... 19
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.... 19
3. Principais Práticas Contábeis.... 19
4. Segmentos Operacionais.... 26
5. Caixa e Equivalentes de Caixa.... 26
6. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras.... 26
7. Instrumentos Financeiros de Dívida e de Capital.... 26
8. Instrumentos Financeiros Derivativos para Negociação (Ativo e Passivo) e *Hedge*.... 27
9. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.... 30
10. Carteira de Ativos Financeiros por Estágio e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas.... 31
11. Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda.... 31
12. Devedores Por depósito em Garantia.... 31
13. Outros Ativos.... 31
14. Imobilizado.... 32
15. Intangível.... 32
16. Depósitos de Instituições Financeiras.... 32
17. Depósitos de Clientes.... 32
18. Captações no Mercado Aberto.... 32
19. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários.... 32
20. Obrigações por empréstimos e Repasses.... 32
21. Dívida Subordinada.... 33
22. Outros Passivos Financeiros.... 33
23. Provisões.... 33
24. Obrigações Fiscais - Outras.... 34
25. Outros Passivos.... 34
26. Patrimônio Líquido.... 34
27. Ajustes de Avaliação Patrimonial.... 34
28. Receitas com Juros e Similares.... 35
29. Despesas com Juros e Similares.... 35
30. Receitas de Tarifas e Comissões.... 35
31. Despesas de Tarifas e Comissões.... 35
32. Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos) Avaliados ao Valor Justo.... 35
33. Variações Cambiais.... 35
34. Outras Receitas (Despesas) Operacionais.... 35
35. Despesas com Pessoal.... 35
36. Outras Despesas Administrativas.... 36
37. Provisões Líquidas.... 36
38. Resultado na Alienação de Bens.... 36
39. Imposto de Renda e Contribuição Social.... 36
40. Limites Operacionais.... 37
41. Garantias Prestadas.... 37
42. Transações com Partes Relacionadas.... 37
43. Outras Divulgações.... 38
44. Gerenciamentos de Riscos.... 39
45. Outros Assuntos.... 44
46. Reconciliação do Resultado e do Patrimônio Líquido (BRGAAP e IFRS).... 44
47. Eventos Subsequentes.... 44
Anexo I. Demonstração do Valor Adicionado.... 45

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente

Banco Pine S.A. e empresas controladas

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco Pine S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Av. Brigadeiro Faria Lima 3732, 16o, partes 1 e 6, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000, www.pwc.com.br

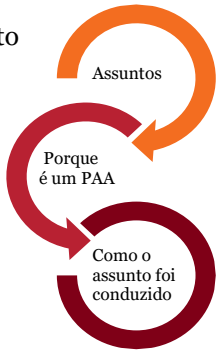
Notas Explicativas

pwc

Banco Pine S.A. e empresas controladas

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado	
Conforme divulgado nas notas 3(k) e 7, o Banco mantêm investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esses títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas. Mantivemos essa área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida. Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos com as utilizadas no mercado, verificamos a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores. Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração. Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Banco Pine S.A. e empresas controladas

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes	
Conforme divulgado nas notas 3(m) e 10, o Banco registra provisão para perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamento a clientes, considerando os requerimentos da norma contábil IFRS 9 - *Financial Instruments*. A determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve um elevado nível de julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9, bem como na determinação do montante de provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação. Dessa forma, essa área manteve-se como foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento sobre os procedimentos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma quanto ao processo de determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes. Em relação à metodologia e apuração da perda de crédito esperada, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos do IFRS 9, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos empréstimos e recebíveis nos estágios previstos pela IFRS 9, e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Banco Pine S.A. e empresas controladas

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Valor recuperável do crédito tributário	
Conforme divulgado nas notas 3(j) e 39, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco. Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação de premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos e a expectativa de realização do crédito tributário.	Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário, elaborado pela administração. Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado. Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Mensuração do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda	
Conforme divulgado nas notas 3(o) e 11, o Banco possui ativos não circulantes mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzidos por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo, além de premissas estabelecidas pela administração. Essaa área segue como foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis, bem como a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, o entendimento dos controles da administração sobre avaliação do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda, bem como sobre a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos. Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos. Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Banco Pine S.A. e empresas controladas

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Contingências fiscais	
Conforme divulgado nas notas 3(x) e 23(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, de acordo com a probabilidade de perda. A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos. Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos sobre os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de tecnologia da informação	
Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Essa área permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.	Nossos procedimentos consideraram o entendimentos dos controles da administração sobre o ambiente de tecnologia da informação e os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas. Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Banco Pine S.A. e empresas controladas

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada no Anexo 1 como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esse Anexo 1 está conciliado com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Banco Pine S.A. e empresas controladas

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

O Banco se posiciona nas seguintes áreas de negócios focando em fornecer soluções financeiras completas por meio de uma ampla variedade de produtos e serviços.

1 – *Non Performing Loans* = Créditos Inadimplentes

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2022 foi marcado pelo avanço do processo de normalização das taxas de juros em diversos mercados, tanto desenvolvidos quanto emergentes, em resposta ao aumento praticamente generalizado das taxas de inflação no período pós-Covid. No cenário internacional, o destaque foi o início do ciclo de aperto monetário nos EUA, que elevou a taxa de juros do intervalo de 0% a 0,25% a.a. para o intervalo de 4,25% a 4,50% a.a. em dezembro. No Brasil, o principal evento foi a realização da eleição presidencial em outubro, que ocorreu em ambiente de grande polarização política e incertezas quanto à evolução da política fiscal dos próximos anos.

O PIB cresceu 2,9% em 2022, após o crescimento de 5% registrado no ano anterior. O setor de serviços impulsionou a recuperação da atividade e acumulou expansão de 8,3% em 2022. Já o índice de vendas no varejo ampliado apresentou recuo de 0,6% e a produção industrial teve queda de 0,7%. O mercado de trabalho apresentou recuperação compatível com a retomada do setor de serviços. A taxa de desemprego média passou de 13,7% de janeiro a novembro de 2021 para 9,7% no mesmo período de 2022. No ano, a economia criou 2,0 milhões de postos de trabalho formais, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

A inflação IPCA registrou alta de 5,79% em 2022, acima do centro da meta para inflação de 3,50% definida pelo CMN para o ano. No ano anterior, o IPCA tinha acumulado alta de 10,1%. A desaceleração da inflação no período foi favorecida pela deflação de preços administrados (-3,83%), especialmente por conta da redução de impostos sobre combustíveis e energia elétrica. Em sentido oposto, o conjunto de preços livres – mais sensíveis à atividade econômica – permaneceu em patamar elevado e encerrou o ano com inflação de 9,39%.

Ao longo do ano, o Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) prosseguiu com o ciclo de aperto monetário, iniciado em março de 2021, levando a taxa Selic para 13,75% no final de 2022 ante taxa de 9,25% no mesmo período de 2021. A política monetária contracionista implicou em aperto das condições financeiras que deve ter impacto significativo sobre a atividade econômica ao longo de 2023.

O saldo total das operações de crédito bancário atingiu R$ 5,3 trilhões no final do ano, com alta nominal de 14,0% em relação ao final de 2021.

A taxa de câmbio encerrou o ano em R$ 5,28/US$ e registrou média de R$ 5,16/US$ ao longo de 2022, com valorização de 5,1% e 4,3%, respectivamente, ante 2021.

Para 2023, a atenção está voltada para a condução da política econômica do novo governo, o que inclui a definição de um novo arcabouço fiscal e coordenação da política monetária com o Banco Central. Estimamos crescimento do PIB de 1,5% em 2023, com destaque para a contribuição do PIB do setor agropecuário para o qual estimamos expansão superior a 5%.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado contábil consolidado

RESULTADOS (R$ Milhões)	2021	2022	Variação
Receita líquida operacional	**206,3**	**244,1**	**18%**
Receita líquida com juros e similares	64,8	27,8	(57%)
Ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos)	95,7	196,4	105%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(32,4)	(40,0)	24%
Outras receitas (despesas) operacionais	22,3	17,0	(24%)
Despesas Administrativas	**(202,9)**	**(223,6)**	**10%**
Depreciações e amortizações	**(10,4)**	**(5,8)**	**(44%)**
Provisões (líquidas)	**(6,3)**	**11,8**	**(288%)**
Resultado na alienação de bens	**23,8**	**54,2**	**128%**
Lucro líquido operacional antes da tributação	**10,5**	**80,7**	**669%**
Imposto de renda e contribuição social	**(8,0)**	**(33,4)**	**316%**
Lucro líquido contábil	**2,5**	**47,3**	**1.822%**

O ano de 2022 foi marcado por significativas melhorias em nossos negócios, indicadores operacionais e otimizações em nossa estrutura organizacional. Avançamos na execução da estratégia, diversificando nossos negócios e alocando o nosso capital de forma ainda mais eficiente, através de novas iniciativas e verticais de negócio.

- A receita líquida operacional somou R$ 244 milhões em 2022, um crescimento de 18% em relação ao ano anterior, impactada pelo crescimento da linha de ganhos com ativos e passivos financeiros, puxada pelo maior volume de operações da Mesa de Clientes e pelo crescimento da carteira de crédito.
- As despesas administrativas totalizaram R$ 223,6 milhões em 2022, um crescimento de 10% em relação a 2021, reflexo do aumento de despesas com pessoal e tributárias no ano;
- **O lucro líquido totalizou R$ 47,3 milhões em 2022, um crescimento expressivo quando comparado a R$ 2,5 milhões de 2021**.
- 〉 A carteira expandida totalizou R$ 6,3 bilhões em dezembro de 2022, aumento de 25% no período de 12 meses, devido, principalmente, ao início de nossa atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado no segundo semestre e à maior originação de créditos de Empresas no ano.
- O total de captação atingiu R$ 9,5 bilhões em dezembro de 2022. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.
- Índice de Basileia encerrou dezembro de 2022 em 11,4%, sendo 9,2% de Capital Nível I.

3. *RATINGS*

O Banco é classificado por agências de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Em maio/22, a agência Moody's atribuiu os *ratings* A-3 local de curto e BBB- de longo prazo ao Banco, ambos com perspectiva estável.

4. RECURSOS HUMANOS

A Gestão de Pessoas é prioridade estratégica: estabelecer relações de confiança com vínculo de longo prazo e performance são primordiais. Somos assertivos e temos incentivos alinhados aos objetivos do banco. Estimulamos a liderança e empreendedorismo, explorando a inspiração, resiliência e aprendizado contínuo.

A área de Recursos Humanos é fundamental para apoiar a execução da estratégia de negócios por meio da instrumentalização da Gestão de Pessoas. Para isso, fomentamos diversas ações atreladas aos pilares de Atração de Talentos, Treinamento & Desenvolvimento, Cultura, Performance, Remuneração, Benefícios e Reconhecimento.

Estamos alinhados com o propósito do Pine e, neste trimestre, reforçamos as ferramentas utilizadas em cada uma das frentes que atuamos. Para isso, políticas internas foram aperfeiçoadas e novas competências foram desenvolvidas para suportar a estratégia do negócio, bem como manter a competitividade do Banco diante dos *players* de mercado.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- Presença de Comitês de Auditoria (100% independente) e Comitê de Remuneração (com membros da Companhia e independentes) que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos AMBIENTAL, SOCIAL e de GOVERNANÇA (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela Green Building Council, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

Alterações de Capital em 2022

Em 16 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital de, no mínimo, R$ 42,9 milhões e, no máximo, R$ 70,0 milhões. O preço da ação foi definido em R$ 1,60, e o período de preferência se encerrou dia 24 de março de 2022. Como vantagem adicional aos subscritores, foi atribuído 1 bônus de subscrição, em série única, para cada 3 ações subscritas, sendo que cada bônus, se exercido, dará direito a 1 ação ON e 2 ações PN.

Após o encerramento do período de subscrição das sobras, dia 18 de abril de 2022, foram subscritas um total de 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R$ 61.253.508,80, correspondentes a aproximadamente 88% das ações disponíveis para subscrição no âmbito do aumento de capital. Foram emitidos também 12.760.974 Bônus de Subscrição atribuídos como vantagem adicional aos subscritores de ações no aumento de capital. O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022.

O Aumento de Capital fortaleceu a estrutura de capital, e consequentemente nossa capacidade de crescer o portfólio de crédito, aumentar a base de clientes e seguir investindo em pessoas, processos e tecnologias, nos permitindo perpetuar nosso propósito, incrementar os níveis de rentabilidade, e intensificar novos negócios.

Adicionalmente, em 28 de setembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social da Companhia. Este movimento meramente contábil está alinhado à estratégia de aumento da rentabilidade da Companhia, tendo como objetivo proporcionar o acúmulo de reservas positivas que serão destinadas pelos Administradores, visando o melhor interesse da Companhia, de seus acionistas e demais stakeholders.

A Redução de Capital se deu sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no Capital Social da Companhia. Desta forma, o Capital Social da Companhia passou para R$ 852 milhões.

No dia 20 de janeiro de 2023 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2022 no valor bruto total de R$11.475.392,83, que representa um valor bruto de R$ 0,0615496596 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorreu em 08 de fevereiro de 2023 e considerará a posição acionária do dia 30 de janeiro de 2023.

Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular n° 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R$ 5.725,0 milhões, representando 83,9% do total de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
(Em milhares de Reais - R$)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	**5**	**105.740**	**222.710**
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		**2.491.931**	**2.769.715**
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		**1.489.075**	**1.933.514**
Instrumentos de dívida	7	91.527	273.584
Instrumentos de capital	7	661	401
Derivativos	8	1.396.887	1.659.529
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		**1.002.856**	**836.201**
Instrumentos de dívida	7	1.002.856	836.201
Ativos financeiros ao custo amortizado		**11.371.341**	**10.128.393**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	382.892	93.012
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	5.512.788	4.342.045
Instrumentos de dívida	7.a	5.725.533	5.869.621
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(249.872)	(176.285)
Outros ativos		**1.247.879**	**1.115.310**
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	864.321	815.601
Outros		**383.558**	**299.709**
Devedores por depósitos em garantia	12	61.296	59.354
Imposto de renda a compensar		55.141	73.830
Outros ativos	13	267.121	166.525
Ativos Fiscais		**772.728**	**784.136**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.e	772.728	784.136
Imobilizado	**14**	**23.098**	**22.956**
Imobilizado de uso		23.098	22.956
Intangível	**15**	**1.291**	**2.150**
Intangíveis		1.291	2.150
Total do ativo		**16.014.008**	**15.045.370**

PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros		**15.076.384**	**14.169.415**
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		**1.709.632**	**1.792.181**
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.709.632	1.792.181
Passivos financeiros ao custo amortizado		**13.366.752**	**12.377.234**
Depósitos de instituições financeiras	16	52.507	532.246
Depósitos de clientes	17	9.120.366	7.152.398
Captações no mercado aberto	18	3.943.495	4.485.016
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	-	6.435
Obrigações por empréstimos e repasses	20	14.781	40.662
Dívidas subordinadas	21	204.419	132.506
Outros passivos financeiros	22	31.184	27.971
Provisões	**23**	**23.107**	**38.443**
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		23.107	38.074
Provisões para riscos fiscais		-	369
Obrigações Fiscais	**24**	**5.447**	**13.711**
Outras		5.447	13.711
Outros Passivos	**25**	**39.464**	**20.547**
Total do passivo		**15.144.402**	**14.242.116**
Patrimônio Líquido	**26**	**869.606**	**803.254**
Capital social - País		722.798	1.073.526
Capital social - Exterior		128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(5.790)	(4.522)
Reservas de lucros		23.731	-
Prejuízos acumulados		-	(394.617)
Total do passivo e patrimônio líquido		**16.014.008**	**15.045.370**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com juros e similares	28	1.472.724	1.002.046
Despesas com juros e similares	29	(1.444.970)	(937.239)
Receita líquida com juros e similares		**27.754**	**64.807**
Receitas de tarifas e comissões	30	52.203	64.169
Despesas de tarifas e comissões	31	(9.166)	(8.362)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		**196.364**	**95.734**
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR		231.760	73.329
Instrumentos de dívida	32.a	5.859	3.456
Instrumentos de capital	32.a	15.926	1.046
Derivativos	8.i e 32.b	209.975	68.827
Variações cambiais	33	(35.396)	22.405
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		**(40.048)**	**(32.355)**
Empréstimos e adiantamentos a clientes		(32.813)	(17.159)
Instrumentos de dívida mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado		(7.235)	(15.196)
Outras receitas (despesas) operacionais	**34**	**17.028**	**22.304**
Receita líquida operacional		**244.135**	**206.297**
Despesas administrativas		**(223.621)**	**(202.945)**
Despesas com pessoal	35	(120.348)	(99.853)
Despesas tributárias		(27.021)	(20.195)
Outras despesas administrativas	36	(76.252)	(82.897)
Depreciações e amortizações		**(5.835)**	**(10.382)**
Provisões (líquidas)	**37**	**11.772**	**(6.254)**
Resultado na alienação de bens	**38**	**54.203**	**23.770**
Lucro líquido operacional antes da tributação		**80.654**	**10.486**
Imposto de renda e contribuição social	39.a	(33.362)	(8.026)
Lucro líquido consolidado		**47.292**	**2.460**
Lucro líquido por ação			
Lucro Líquido básico e diluído por ação			
Ações ordinárias		0,25	0,02
Ações preferenciais		0,25	0,02
Lucro Líquido atribuído/diluído			
Ações ordinárias		24.832	1.255
Ações preferenciais		22.460	1.205
Média ponderada das ações emitidas - básica			
Ações ordinárias		97.895.475	75.577.842
Ações preferenciais		88.545.732	72.579.922

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido (Prejuízo) consolidado		**47.292**	**2.460**
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		**(921)**	**(19.874)**
Variação de valor justo		(1.409)	(36.126)
Efeito fiscal		488	16.252
Hedges fluxo de caixa		**(436)**	**683**
Variação de valor justo		(792)	1.241
Efeito fiscal		356	(558)
Outros		**89**	**370**
Resultado abrangente		**46.024**	**(16.361)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.202.393**	**-**	**14.299**	**(397.077)**	**819.615**
Lucro Líquido consolidado do exercício	**-**	**-**	**-**	**2.460**	**2.460**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**(18.821)**	**-**	(18.821)
Ativos financeiros ao VJORA	-	-	(36.126)	-	(36.126)
Hedges fluxos de caixa	-	-	1.241	-	1.241
Imposto de renda diferido	-	-	15.694	-	15.694
Outros resultados abrangentes	-	-	370	-	370
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.202.393**	**-**	**(4.522)**	**(394.617)**	**803.254**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.202.393**	**-**	**(4.522)**	**(394.617)**	**803.254**
Lucro Líquido consolidado do exercício	**-**	**-**	**-**	**47.292**	**47.292**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**(1.268)**	**-**	(1.268)
Ativos financeiros ao VJORA	-	-	(1.409)	-	(1.409)
Hedges fluxos de caixa	-	-	(792)	-	(792)
Imposto de renda diferido	-	-	844	-	844
Outros resultados abrangentes	-	-	89	-	89
Outras mutações do patrimônio líquido	**(350.728)**	**-**	**-**	**382.531**	**31.803**
Aumento de capital	61.254	-	-	-	61.254
Redução de capital	(411.982)	-	-	411.982	-
Outras mutações do patrimônio líquido	-	-	-	(29.451)	(29.451)
Destinações	**-**	**23.731**	**-**	**(35.206)**	**(11.475)**
Reserva legal	-	1.760	-	(1.760)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(11.475)	(11.475)
Reserva estatutária	-	21.971	-	(21.971)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**851.665**	**23.731**	**(5.790)**	**-**	**869.606**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido ajustado		**116.481**	**23.749**
Lucro Líquido do exercício		47.292	2.460
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		9.926	(19.086)
Depreciação e Amortização		5.835	10.382
Impostos diferidos		25.152	(8.616)
Provisão para perdas de ativos financeiros		40.048	32.355
Provisões / Reversões para contingências (líquidas)		(11.772)	6.254
Variação de ativos e passivos operacionais		**(245.647)**	**50.912**
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao VJR e VJORA (Instrumentos de dívida e de capital)		(66)	1.578.560
(Aumento) Redução de Derivativos (líquidos)		180.093	(22.299)
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		(183.953)	(3.120)
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a clientes		(1.097.156)	(417.190)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida)		117.980	(3.374.120)
(Aumento) Redução de Ativos não circulantes mantidos para venda		(48.720)	94.262
(Aumento) Redução de Devedores por depósitos em garantia		(1.942)	(1.731)
(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar		18.689	(4.292)
(Aumento) Redução de Outros ativos		(100.596)	(58.028)
(Aumento) Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos		(13.744)	276
Aumento (Redução) de Depósitos de instituições financeiras		(479.739)	252
Aumento (Redução) de Depósitos de clientes		1.967.968	(65.076)
Aumento (Redução) de Captações no mercado aberto		(541.521)	2.474.281
Aumento (Redução) de Obrigações por títulos e valores mobiliários		(6.435)	(53.276)
Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses		(25.881)	(18.977)
Aumento (Redução) de Outros passivos financeiros		3.213	(9.469)
Aumento (Redução) de Provisões		(3.564)	(7.140)
Aumento (Redução) de Obrigações fiscais		(8.264)	11.934
Aumento (Redução) de Outras obrigações		(22.009)	(73.935)
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades operacionais		**(129.166)**	**74.661**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		(5.118)	(1.138)
(Aquisição) Alienação de intangível		-	(515)
Caixa líquido proveniente (aplicado em) atividades de investimento		**(5.118)**	**(1.653)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		61.254	-
Dívidas subordinadas		71.913	(9.929)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		**133.167**	**(9.929)**
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(1.117)**	**63.079**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	312.602	230.437
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(9.926)	19.086
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	301.559	312.602

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Consolidadas, e somente elas as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que foram aprovadas, em 11 de maio de 2023, as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, de 31 de dezembro de 2022, pelo Conselho de Administração do Pine.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatória sem exceções.

A Resolução n° 4.818/20, estabelece que a partir de 1° de janeiro de 2022, as instituições financeiras que divulgarem ou publicarem Demonstrações Financeiras Consolidadas, devem adotar o padrão contábil internacional (IFRS) na elaboração dessas demonstrações.

b) Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2022.

Na data de preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2022 e ainda não foram adotadas pelo Banco Pine são:

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: A alteração tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2023. O Banco Pine está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração tem como objetivo esclarecer como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente à transações futuras e outros eventos futuros, já as mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente à transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. O Banco Pine está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: A alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. O Banco Pine está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

IFRS 17 - Contratos de Seguros: Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2023. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Pine está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

Melhorias anuais: Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

• **IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros:** Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

• **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

• **IFRS 16 - Arrendamentos:** alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

• **IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Em maio de 2020, o IASB emitiu alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. O Pine não identificou impactos relevantes sobre o tema.

c) Reapresentação dos saldos comparativos

Para fins de melhor comparação, realizamos a reclassificação na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de R$523.243 da rubrica de "Receitas de Juros e Similares" para a rubrica de "Variações Cambiais" e R$62.991 da rubrica de "Despesas de Juros e Similares" para a rubrica de "Resultado de ativos financeiros mensurados ao valor justo (derivativos)". Essa reclassificação não altera o resultado do exercício de 2021.

DRE	31/12/2021 antes da reclass.	Reclassificações	31/12/2021 após reclass.
Receitas com juros e similares	1.525.289	(523.243)	1.002.046
Despesas com juros e similares	(874.248)	(62.991)	(937.239)
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR (Derivativos)	5.836	62.991	68.827
Variações cambiais	(500.838)	523.243	22.405

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos exercícios apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Pine.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine, são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *(impairment)* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Banco Pine.

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas:

		Participação no capital (%)	
	Atividades	31/12/2022	31/12/2021
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	Consultoria	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	SPE	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9999	99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	99,9999	99,9900

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

							30/09/2022
	Pine Investimentos	Pine Planejamento	P3 Desenvolvimento Imobiliário (1)	Pine Campo Grande	Pine Assessoria	Pine Corretora (2)	Pine Ativos Imobiliários (3)
ATIVO							
Disponibilidades	3.063	-	24.679	3	2.464	57	16.389
Outros ativos financeiros	1.740	195	-	784	-	2.966	4.237
(-) Provisão para perdas esperadas associadas	-	-	(3.366)	-	-	-	-
Investimento em participações em coligadas	-	-	-	-	-	-	16.849
Outros ativos	2.586	417	563.026	50.984	1.084	20.950	1.185
Total do ativo	**7.389**	**612**	**584.339**	**51.771**	**3.548**	**23.973**	**38.660**
PASSIVO							
Outros passivos	932	1	19.258	12	21	553	220
Total do passivo	**932**	**1**	**19.258**	**12**	**21**	**553**	**220**
Patrimônio líquido	**6.457**	**611**	**565.081**	**51.759**	**3.527**	**23.420**	**38.440**
Capital social	4.765	10	565.797	53.200	500	18.102	36.993
Reservas de Lucros	50	660	-	-	1.353	3.467	-
Lucros (Prejuízos) acumulados	1.642	(59)	(716)	(1.441)	1.674	1.851	1.447
Total do patrimônio líquido	**6.457**	**611**	**565.081**	**51.759**	**3.527**	**23.420**	**38.440**
Total do passivo e patrimônio líquido	**7.389**	**612**	**584.339**	**51.771**	**3.548**	**23.973**	**38.660**

(1) A Administração da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) aprovou em reunião de sócios realizada em 03 de outubro de 2022, a redução de capital social no montante de R$175.397, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas e com restituição de tal valor reduzido aos sócios. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1° do Artigo 1.084 do Código Civil, se iniciou nesta data, com encerramento em 09 de janeiro de 2023. Após a redução, o capital social será de R$390.400.

(2) A Administração da Pine Corretora de Seguros Ltda. aprovou em reunião de sócios realizada em 25 de julho de 2022, a redução de capital social no montante de R$6.998, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas e com restituição de tal valor reduzido aos sócios. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1° do Artigo 1.084 do Código Civil, se iniciou nesta data, com encerramento em 26 de outubro de 2022. Após a redução, o capital social passou a ser R$18.102.

(3) A Administração da Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. aprovou em reunião de sócios realizada em 25 de julho de 2022, a redução de capital social no montante de R$49.038, sendo: (a) R$32.878 mediante absorção dos prejuízos acumulados verificados no balancete de 31 de dezembro de 2021, com diminuição proporcional do valor nominal das quotas, nos termos dos artigos 1.082, I e 1.083 da Lei 10.406/02; e (b) R$16.160 com restituição de tal valor aos sócios e diminuição do valor nominal das quotas. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1° do Artigo 1.084 do Código Civil, se iniciou nesta data, com encerramento em 26 de outubro de 2022. Após a redução, o capital social passou a ser R$36.993.

Consolidação

O Pine consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

b) Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de hedge em transações qualificáveis de hedge de valor justo atribuível ao risco protegido.

c) Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS exige que à Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

• Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;

• Escolha de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;

• Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Pine terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

d) Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com o critério contábil da competência.

e) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Bacen.

f) Moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Cada empresa do consolidado determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – "Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio". Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Pine, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior.

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Banco Pine, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

• Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;

Notas Explicativas

• Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em "outros resultados abrangentes".

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g) Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica "Receitas com juros e similares" na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

• Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;

• A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;

• Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Pine e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em "Resultado de ativos e passivos financeiros mensurados através de Valor Justo no Resultado (VJR)".

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i) Taxas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica "Receitas de juros e similares" na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

A alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 21% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei 14.446/22, que altera o Art. 3°, inciso II-A Lei n° 7.689/88.

k) Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Pine são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Pine se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Pine. Enquanto as operações de crédito são reconhecidas quando o Pine transfere os recursos aos clientes.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Pine no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

De acordo com os requerimentos do IFRS 9, a classificação de ativos financeiros é norteada por dois grandes direcionadores: a) O modelo de negócios em que são gerenciados os ativos financeiros; b) A característica do fluxo de caixa dos ativos financeiros (Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros).

(iii) Avaliação do modelo de negócio - Ativos Financeiros

O Pine classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Pine pode designar instrumentos em VJR, de maneira irrevogável, se, ao fazer isso, eliminar e reduzir significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação, se forem instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo tiver sido aplicada.

(iv) Teste de SPPJ ("Somente Pagamento de Principal e Juros") - Ativos Financeiros

Além da análise do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, o Pine avalia os termos contratuais de tais ativos para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

"Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Pine realiza julgamento e considera fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não são relacionados a um acordo de empréstimo básico, não resultado assim em fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados, independente de qual modelo de negócios seja gerido.

(v) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e

- Os termos contratuais do ativo financeiro representem fluxos de caixa contratuais que resultem apenas em pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de realização no vencimento; para os ativos financeiros, tal montante é ajustado por qualquer provisão para perda esperada de crédito.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em 'Receitas com juros'.

Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados com tal no reconhecimento inicial.

(vi) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído em sua marcação à mercado, de modo a refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando assim as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Pine é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

(vii) Itens mantidos para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação, se:

- For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou

- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

(viii) Designação irrevogável de um instrumento financeiro como mensurado a valor justo através do resultado

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Pine não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

(ix) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciem uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Pine pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Pine em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a administração do Pine não optou por designar quaisquer instrumentos patrimoniais ao VJORA.

(x) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios em que tais ativos estão sendo geridos e das características de fluxo de caixa do mesmo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas e que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3.m).

(xi) Técnicas de Avaliação x Hierarquia do valor justo e Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F) e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- **Nível 2** - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- **Nível 3** - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações cotadas em bolsa sem liquidez e títulos privados onde não possuem dados de mercado observáveis para determinar a melhor referência de valor justo. Não existem derivativos classificados no nível 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

				31/12/2022
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	92.188	1.396.887	-	1.489.075
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	894.940	-	107.916	1.002.856
Passivos financeiros para negociação (derivativos)	-	1.709.632	-	1.709.632

				31/12/2021
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	273.985	1.659.529	-	1.933.514
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	736.443	-	99.758	836.201
Passivos financeiros para negociação (derivativos)	-	1.792.181	-	1.792.181

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve transferência entre os níveis.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

l) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo, conforme quadro abaixo:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	105.740	105.740	222.710	222.710
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (ii)	382.892	382.892	93.012	93.012
Empréstimos e adiantamentos a clientes (ii)	4.717.534	5.512.788	4.311.154	4.342.045
Instrumentos de dívida (ii)	5.725.533	5.725.533	5.869.621	5.869.621
Total dos ativos financeiros	**5.206.166**	**6.001.420**	**4.626.876**	**4.657.767**
Passivos financeiros				
Depósitos de instituições financeiras (iii)	52.507	52.507	532.246	532.246
Depósitos de clientes (iv)	6.912.154	9.120.366	6.411.045	7.152.398
Captações no mercado aberto (iii)	3.943.495	3.943.495	4.485.016	4.485.016
Obrigações por títulos e valores mobiliários (iv)	-	-	6.435	6.435
Obrigações por empréstimos e repasses (iv)	24.035	14.781	41.700	40.662
Outros passivos financeiros e Outras Obrigações (iii)	31.184	31.184	27.971	27.971
Dívidas subordinadas (iv)	204.419	204.419	132.506	132.506
Total dos passivos financeiros	**11.167.794**	**13.366.752**	**11.636.919**	**12.377.234**

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.

(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes, instituições financeiras e instrumentos de dívida são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

(iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.

(iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(v) Reclassificação de instrumentos financeiros

O Pine não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Pine não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos períodos apresentados.

(vi) Desreconhecimento de ativos financeiros

- Renegociações

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Pine reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Pine transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Pine não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

m) Redução ao valor recuperável

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas:

O Pine registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para as garantias financeiras, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros sujeitos à perdas esperadas".

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do Pine para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 44.h.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 44.h.

O Pine estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 44.h.

Baseado no processo acima, o Pine distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Pine reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

Notas Explicativas

Cálculo das perdas esperadas

O Pine calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

- Exposição no momento da inadimplência (Exposure at default - EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

- Perda dada a inadimplência (*loss given default – LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na nota 44.h.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Pine tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Pine calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Pine reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o Pine estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida. A PE é então baseada no valor presente da insuficiência de fluxos de caixa se o limite for utilizado. A insuficiência de caixa esperada é descontada a valor presente.

(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, o valor da PE é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iii) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação).

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macro econômicas prospectivas, como:

- IGPM;

- Produção Industrial (%).

O Pine realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Pine considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio – LDP*)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Pine utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Pine pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Pine considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

n) Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR).

O Pine designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting* . Na designação inicial do *hedge* , o Pine documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge* , incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge* , juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge* . O Pine avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge* , durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio liquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de *hedge* Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do exercício.

o) Ativos não circulantes mantidos para venda

São considerados como tal os ativos não correntes cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que seja classificado como “mantido para a venda”, o ativo deve: estar disponível para a venda imediata; ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação; estar em processo de identificação de um comprador e conclusão da venda; ser ativamente negociado em mercado de forma a permitir indicação de seu valor justo.

Imóveis e outros ativos não circulantes tomados ou recebidos como quitação total ou pagamento das obrigações dos devedores são considerados como ativos não correntes “mantidos para a venda” se atenderem as condições supracitadas.

São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como “mantidos para a venda”. Estes bens não estão sujeitos à depreciação.

Notas Explicativas

p) Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment.*

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

- Veículos: 5 anos
- Sistemas de computação: 5 anos
- Outros bens: 10 anos

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substituiu a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) inicialmente, reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados no início do arrendamento. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O Banco arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes ao mecanismos de funcionamento de seu negócio.

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data (Nota 14).

q) Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(i) Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implementação do Projeto (despesa).

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software* , a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Softwares: 5 anos

(iii) Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment* .

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

r) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

s) Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

t) *Impairment* de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no *recoverable amount* , que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

u) Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Pine para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Pine designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Pine vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Pine.

v) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Pine tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

x) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

- Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Pine ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas;

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

w) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade etc. O Pine emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações. O Pine reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

x) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Pine no final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

y) Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

(i) Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no patrimônio líquido em ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta especifica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

(ii) Lucro ou prejuízo por ação

O Pine apresenta informações sobre o lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Pine pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro ou prejuízo por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

O Pine não possuia instrumentos com potencial de diluição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(iii) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis e intangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades (Caixa)	105.740	222.710
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 6) (1)	195.819	89.892
Total	**301.559**	**312.602**

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	382.892	93.012
Total	**382.892**	**93.012**
Tipo:		
Aplicações em operações compromissadas	15.002	13.499
Aplicações em depósitos interfinanceiros	367.890	79.513
Total	**382.892**	**93.012**

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DÍVIDA E DE CAPITAL

a) Composição

Os instrumentos de dívida e de capital, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão compostos como segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
Classificação	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste de MTM	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste de MTM
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	91.527	92.272	(745)	273.584	273.879	(295)
Instrumentos de capital	661	661	-	401	401	-
Total	**92.188**	**92.933**	**(745)**	**273.985**	**274.280**	**(295)**
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados Abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	1.002.856	1.013.066	(10.210)	836.201	840.142	(3.941)
Total	**1.002.856**	**1.013.066**	**(10.210)**	**836.201**	**840.142**	**(3.941)**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado						
Instrumento de dívida	5.725.533	5.725.533	-	5.869.621	5.869.621	-
Total	**5.725.533**	**5.725.533**	**-**	**5.869.621**	**5.869.621**	**-**
Total Geral	**6.820.577**	**6.831.532**	**(10.955)**	**6.979.807**	**6.984.043**	**(4.236)**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos saldos da rubrica Instrumentos de Dívida e de Capital é a seguinte:

									31/12/2022
							Valor de Mercado/Contábil		Total
Papel/Vencimento	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Valor de Curva
Instrumentos fin. ao valor justo através do resultado									
Ações	661	-	-	-	-	-	-	661	661
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	62.330	-	62.330	62.376
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	8.611	20.291	16	279	29.197	29.896
Total	**661**	**-**	**-**	**8.611**	**20.291**	**62.346**	**279**	**92.188**	**92.933**
Instr. fin. ao valor justo através de outros res. abrangentes									
Eurobonds	-	-	-	-	-	4.048	-	4.048	4.037
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	28.676	8.193	-	36.869	36.008
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	20.679	-	20.679	20.621
Debêntures	-	-	52.452	-	85.548	22.882	-	160.882	160.861
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	214.254	-	-	-	214.254	214.484
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	14.013	44.140	-	-	-	58.153	61.319
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	80.532	28.079	334.402	10.130	-	453.143	460.908
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	54.828	-	-	-	54.828	54.828
Total	**-**	**-**	**146.997**	**341.301**	**448.626**	**65.932**	**-**	**1.002.856**	**1.013.066**
Instrumentos fin. ao custo amortizado									
Eurobonds	-	-	-	-	-	13.934	-	13.934	13.934
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	630.921	-	-	-	630.921	630.921
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	130.180	313.224	-	-	-	443.404	443.404
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	142.302	650.420	589.310	299.065	-	1.681.097	1.681.097
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	258.326	2.187.610	510.241	-	2.956.177	2.956.177
Total	**-**	**-**	**272.482**	**1.852.891**	**2.776.920**	**823.240**	**-**	**5.725.533**	**5.725.533**
Total Geral	**661**	**-**	**419.479**	**2.202.803**	**3.245.837**	**951.518**	**279**	**6.820.577**	**6.831.532**

									31/12/2021
							Valor de Mercado/Contábil		Total
Papel/Vencimento	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Valor de Curva
Instrumentos fin. ao valor justo através do resultado									
Ações	401	-	-	-	-	-	-	401	401
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	264.920	-	-	264.920	265.145
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	4	8.352	-	16	292	8.664	8.734
Total	**401**	**-**	**4**	**8.352**	**264.920**	**16**	**292**	**273.985**	**274.280**
Instr. fin. ao valor justo através de outros res. abrangentes									
Debêntures	-	-	7.952	32.068	69.094	-	22.711	131.825	131.948
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	374.794	189.792	-	-	564.586	564.603
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	53.236	-	-	-	53.236	57.381
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-	19.992	-	-	19.992	20.016
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-	56.324	10.238	-	66.562	66.194
Total	**-**	**-**	**7.952**	**460.098**	**335.202**	**10.238**	**22.711**	**836.201**	**840.142**
Instrumentos fin. ao custo amortizado									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	561.227	-	-	561.227	561.227
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	247.990	418.020	-	-	-	666.010	666.010
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	575.828	762.127	288.141	-	1.626.096	1.626.096
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-	266.195	2.750.093	-	3.016.288	3.016.288
Total	**-**	**-**	**247.990**	**993.848**	**1.589.549**	**3.038.234**	**-**	**5.869.621**	**5.869.621**
Total Geral	**401**	**-**	**255.946**	**1.462.298**	**2.189.671**	**3.048.488**	**23.003**	**6.979.807**	**6.984.043**

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS PARA NEGOCIAÇÃO (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE

a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo Pine com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

	31/12/2022			31/12/2021		
Instrumentos financeiros derivativos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	19.292	1.307.649	1.326.941	2.312	1.491.882	1.494.194
Contratos a termo - a receber	41.848	22.343	64.191	64.471	21.989	86.460
Prêmios de opções a exercer	4.681	1.074	5.755	78.875	-	78.875
Total a receber	**65.821**	**1.331.066**	**1.396.887**	**145.658**	**1.513.871**	**1.659.529**
PASSIVO						
Swap - diferencial a receber	(7.102)	(1.620.911)	(1.628.013)	(22.647)	(1.743.479)	(1.766.126)
Contratos a termo - a pagar	(65.076)	(3.072)	(68.148)	(22.115)	(3.940)	(26.055)
Prêmios de opções lançadas	(12.406)	(1.065)	(13.471)	-	-	-
Total a pagar	**(84.584)**	**(1.625.048)**	**(1.709.632)**	**(44.762)**	**(1.747.419)**	**(1.792.181)**
Valor líquido	**(18.763)**	**(293.982)**	**(312.745)**	**100.896**	**(233.548)**	**(132.652)**

e) Valores de referência (*notional*) e valores justos de derivativos de negociação e *hedge*

	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor de Referencia	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referencia	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	**5.083.801**	**1.320.511**	**-**		**4.307.837**	**1.478.881**	**-**	
Juros	4.836.332	1.281.171	-		4.257.907	1.421.290	-	
Moeda	247.469	39.340	-		49.930	57.591	-	
Posição passiva:	**5.083.801**	**-**	**(1.614.337)**		**4.307.837**	**-**	**(1.763.191)**	
Juros	4.824.607	-	(1.609.923)		4.231.425	-	(1.741.701)	
Moeda	259.194	-	(4.414)		76.412	-	(21.490)	
Valor líquido		**1.320.511**	**(1.614.337)**	**1.548**		**1.478.881**	**(1.763.191)**	**57.640**
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	**5.889**	**6.430**	**-**		**11.778**	**15.313**	**-**	
Moeda	5.889	6.430	-		11.778	15.313	-	
Valor líquido		**6.430**	**-**	**(2.043)**		**15.313**	**-**	**1.686**
Risco de mercado								
Posição passiva:	**317.285**	**-**	**(13.676)**		**227.285**	**-**	**(2.935)**	
Juros	317.285	-	-		227.285	-	-	
Moeda	-	-	(13.676)		-	-	(2.935)	
Valor líquido		**-**	**(13.676)**	**(12.043)**		**-**	**(2.935)**	**(1.663)**
Valor líquido de *Swap*		**1.326.941**	**(1.628.013)**	**(12.538)**		**1.494.194**	**(1.766.126)**	**57.663**
Contratos a termo								
Posição ativa:	**6.344.982**	**64.191**	**-**		**2.357.846**	**86.460**	**-**	
Juros	4.201.766	42.242	-		1.231.932	19.773	-	
Moeda	1.981.317	16.999	-		1.017.088	57.000	-	
Commodities	161.899	4.950	-		108.826	9.687	-	
Posição passiva:	**6.344.982**	**-**	**(68.148)**		**2.357.846**	**-**	**(26.055)**	
Juros	2.143.216	-	(23.864)		1.125.913	-	(8.576)	
Moeda	3.508.768	-	(40.807)		928.950	-	(6.969)	
Commodities	692.998	-	(3.477)		302.983	-	(10.510)	
Valor líquido		**64.191**	**(68.148)**	**(389.856)**		**86.460**	**(26.055)**	**44.737**
Opções								
Prêmios de opções a exercer:	**145.795**	**5.755**	**-**		**242.956**	**78.875**	**-**	
Juros	-	-	-		74.919	-	-	
Moeda	5.655	5.067	-		168.037	78.875	-	
Commodities	140.140	688	-		-	-	-	
Prêmios de opções lançadas:	**360.555**	**-**	**(13.471)**		**-**	**-**	**-**	
Moeda	5.655	-	(13.442)		-	-	-	
Commodities	354.900	-	(29)		-	-	-	
Valor líquido		**5.755**	**(13.471)**	**22.169**		**78.875**	**-**	**91.782**
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		**1.396.887**	**(1.709.632)**	**(380.225)**		**1.659.529**	**(1.792.181)**	**194.182**

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber		Valor de Referência		Ajuste diário a receber	
	Compra	Venda	(pagar)	Resultado	Compra	Venda	(pagar)	Resultado
Mercado interfinanceiro [1]	131.730	2.942.498	1.109		2.363.828	76.883	1.340	
Moeda	1.810.512	-	12.691		197.490	1.120.576	20.476	
Cupom cambial futuro	104.600	553.783	(3.692)		476.326	495.256	394	
Índice Bovespa (Ibovespa)	686.448	168.727	-		277.319	318.032	98	
Total	**2.733.290**	**3.665.008**	**10.108**	**499.580**	**3.314.963**	**2.010.747**	**22.308**	**(188.346)**

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI.

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

						31/12/2022	31/12/2021
Valor de referência - Compensação	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total
Swap	443.651	149.252	2.226.601	2.587.471	-	5.406.975	4.546.900
Contratos a termo	4.859.935	824.198	660.849	-	-	6.344.982	2.357.846
Opções	244.750	198.300	63.300	-	-	506.350	242.956
Futuros	3.285.942	595.963	1.573.686	857.436	85.271	6.398.298	5.325.710
Total	**8.834.278**	**1.767.713**	**4.524.436**	**3.444.907**	**85.271**	**18.656.605**	**12.473.412**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

h) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

	31/12/2022				31/12/2021			
Custodiante	*Swaps*	Contratos a termo	Opções	Futuros	*Swaps*	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	**-**	**-**	**-**	**6.398.298**	**-**	**-**	**-**	**5.325.710**
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	5.453.356	-	-	-	4.712.840
Bolsas no exterior	-	-	-	944.942	-	-	-	612.870
Balcão	**5.406.975**	**6.344.982**	**506.350**	**-**	**4.546.900**	**2.357.846**	**242.956**	**-**
Instituições Financeiras	1.730.789	-	-	-	3.043.478	-	-	-
Empresas	3.676.186	6.344.982	506.350	-	1.503.422	2.357.846	242.956	-
Total	**5.406.975**	**6.344.982**	**506.350**	**6.398.298**	**4.546.900**	**2.357.846**	**242.956**	**5.325.710**

i) *Hedge Accounting*

***Hedge* Fluxo de Caixa**

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pelo IFRS 9, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma.

O objetivo do relacionamento deste hedge é anular as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (*Libor*), e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD) e tornando o fluxo de caixa constante.

Em 31 de dezembro de 2022, foi lançado ao patrimônio líquido no valor positivo de R$50 (valor positivo de R$841 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de hedge (swaps) em operações de hedge accounting de fluxo de caixa e no valor negativo de R$51 (valor negativo de R$844 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado do objeto do hedge. Não houve parcela inefetiva em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de *Hedge*								
Contratos de *swap* (ponta ativa)	8.833	12.309	12.359	50	11.778	26.329	27.170	841
Total	**8.833**	**12.309**	**12.359**	**50**	**11.778**	**26.329**	**27.170**	**841**
Objeto de *Hedge*								
Repasses do exterior	8.833	12.313	12.364	(51)	11.778	26.339	27.183	(844)
Total	**8.833**	**12.313**	**12.364**	**(51)**	**11.778**	**26.339**	**27.183**	**(844)**

***Hedge* de Riscos de Mercado**

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pelo IFRS 9, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma.

Hedge da carteira de captação - CDB: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Hedge da carteira de operação de crédito – empréstimos FGTS: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das da carteira de empréstimos FGTS pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

No exercício de 2021, o Pine contratou estrutura de hedge accounting de risco de mercado e mantém essa posição até 31 de dezembro de 2022.

	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de *Hedge*								
Contratos de *swap* (ponta ativa)	227.285	299.376	257.380	(41.996)	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Total	**227.285**	**299.376**	**257.380**	**(41.996)**	**227.285**	**231.558**	**216.318**	**(15.240)**
Objeto de *Hedge*								
Captações	227.285	299.376	279.969	(19.407)	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Total	**227.285**	**299.376**	**279.969**	**(19.407)**	**227.285**	**231.558**	**210.867**	**(20.691)**
Instrumento de *Hedge*								
Futuros (DI)	1.006.948	1.131.944	1.049.936	(82.008)	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Total	**1.006.948**	**1.131.944**	**1.049.936**	**(82.008)**	**496.203**	**527.716**	**495.716**	**(32.000)**
Objeto de *Hedge*								
Captações CDB	976.948	1.101.565	962.852	(138.713)	496.203	527.716	485.417	(42.299)
Captações LCA	30.000	30.379	30.353	(26)	496.203	527.716	485.417	(42.299)
Total	**1.006.948**	**1.131.944**	**993.205**	**(138.739)**	**496.203**	**527.716**	**485.417**	**(42.299)**
Instrumento de *Hedge*								
Futuros (DI)	302.414	322.349	309.897	(12.452)	-	-	-	-
Total	**302.414**	**322.349**	**309.897**	**(12.452)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Objeto de *Hedge*								
Consignado INSS	94.473	99.223	97.126	(2.097)	-	-	-	-
Consignado FGTS	207.941	223.126	218.665	(4.461)	-	-	-	-
Total	**302.414**	**322.349**	**315.791**	**(6.558)**	**-**	**-**	**-**	**-**

j) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	31/12/2022
Instrumentos Financeiros Derivativos	40.998	5.513	35.485

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	31/12/2021
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.483	647	836

Os Instrumentos Financeiros Derivativos não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos de compensação, mas que não atendem aos critérios de compensação do IAS 32, pois não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

BANCO PINE

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Composição

	Valor Contábil	
	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e adiantamentos a clientes - Custo Amortizado		
Empréstimos e recebíveis	5.195.599	4.140.559
(-) Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*)	(247.316)	(175.396)
Total	**4.948.283**	**3.965.163**
Títulos com risco de crédito		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	236.412	131.825
Ativos financeiros ao custo amortizado	317.189	201.486
Total	**553.601**	**333.311**
Total - Custo amortizado	**5.512.788**	**4.342.045**
Total - valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**236.412**	**131.825**
Garantias prestadas e responsabilidades	**367.222**	**361.388**
(-) Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*)	(1.201)	(655)
Limites de crédito a liberar	**152.341**	**197.710**
(-) Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*)	(1.355)	(234)
Total carteira expandida	**6.268.763**	**5.032.968**
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (Nota 13)	**59.946**	**-**
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	**(6.558)**	**-**
Total (-) Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*) - Custo Amortizado	**(249.872)**	**(176.285)**
Total carteira expandida ajustada ao valor justo, líquida de *impairment*	**6.072.279**	**4.856.683**

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

b) Tipo de crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro	2.157.420	2.346.009
Resolução nº 3.844	-	11.473
Conta corrente garantida	161.853	233.465
Repasses de instituições oficiais do Brasil	2.503	14.420
Financiamentos a exportação	5.815	14.729
Financiamento em moeda estrangeira	644.294	524.372
Títulos descontados	482.906	526.822
Devedores por compra de valores e bens (1)	317.189	201.486
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	432.370	318.374
Avais e Fianças Honradas	76.743	81.994
Valores a Receber	-	68.901
FGI PEAC (2)	370.417	-
Empréstimo FGTS (3) (4)	208.438	-
Consignado	652.840	-
Total	**5.512.788**	**4.342.045**
Créditos abertos para importação	12.218	2.437
Garantias prestadas	355.004	358.951
Garantias prestadas e responsabilidades	**367.222**	**361.388**
Instrumentos de dívida privados (5)	236.412	131.825
Títulos com risco de crédito	**236.412**	**131.825**
Limites de Crédito a Liberar	**152.341**	**197.710**
Total carteira expandida	**6.268.763**	**5.032.968**

(1) Valores a receber pela venda de ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 11).
(2) Empréstimos realizados, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), instituído por meio da Lei n° 12.042/20 e Resolução CMN n° 4.971/21, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).
(3) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.
(4) No terceiro trimestre de 2022, o Banco Pine adquiriu carteira de empréstimo do segmento varejo com Instituições Financeiras.
(5) Composto por debêntures, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds (Nota 7.b).

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

c) Por ramo de atividade

	31/12/2022	31/12/2021
Administração pública	213.342	245.848
Agropecuário	602.419	553.350
Alimentos e bebidas	278.064	252.102
Comércio	581.838	534.628
Construção e imobiliário	804.070	630.542
Financeiro	60.555	29.686
Papel e celulose	27.873	37.544
Químico e petroquímico	271.972	290.953
Educação, saúde e outros serviços sociais	106.684	144.784
Siderurgia e metalurgia	52.871	69.436
Telecomunicações	132.484	144.714
Transportes	300.632	312.943
Açúcar e álcool	276.444	384.484
Indústria	269.297	149.100
Serviços	266.965	177.611
Empréstimo FGTS	905.274	-
Outros	1.117.979	1.075.243
Total carteira expandida	**6.268.763**	**5.032.968**

d) Por nível de concentração

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	151.605	2,42	98.673	1,96
2º ao 10º	753.523	12,02	652.574	12,97
11º ao 20º	552.235	8,81	510.485	10,14
21º ao 50º	908.223	14,49	856.464	17,02
51º ao 100º	892.753	14,24	716.873	14,24
Demais devedores	3.010.424	48,01	2.197.899	43,67
Total carteira expandida	**6.268.763**	**99,99**	**5.032.968**	**100,00**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

e) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R$50.601 (R$16.565 noexercício findo em 31 de dezembro de 2021).

f) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2022 existiam contratos renegociados no valor de R$513.114 (R$457.945 em 31 de dezembro de 2021). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

g) Cessões de Crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R$6.000 (R$58 em 31 de dezembro de 2021). Essas cessões resultaram em prejuízo em relação ao valor de face no valor de R$708 (R$216 em 31 de 31 de dezembro de 2021), não descontado a provisão no valor de R$1.907 (R$82 em 31 de 31 de dezembro de 2021). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Outras Despesas Operacionais'.

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado e VJORA por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito da IFRS 9:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao custo amortizado	**4.825.148**	**3.898.065**	**1.041.457**	**263.169**	**29.075**	**273.823**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	367.890	93.012	15.002	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.457.258	3.805.053	1.026.455	263.169	29.075	273.823
Ativos fin. ao valor justo por meio de outros res. abrangentes (VJORA)	**114.560**	**736.443**	**845.694**	**-**	**42.602**	**99.758**
Instrumentos de dívida	114.560	736.443	845.694	-	42.602	99.758
Garantias prestadas e responsabilidades	**332.972**	**334.329**	**-**	**2.347**	**34.250**	**24.712**
Limites de crédito a liberar	**44.991**	**194.814**	**107.150**	**2.696**	**200**	**200**
Total	**5.317.671**	**5.163.651**	**1.994.301**	**268.212**	**106.127**	**398.493**

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no exercício.

b) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

	31/12/2022				31/12/2021			
Estágios 1-2-3	1°	2°	3°	Total	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	37.907	190.663	18.746	247.316	5.852	8.959	158.080	172.891
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	-	-	2.507	-	-	2.507
Garantias prestadas e responsabilidades	**158**	**-**	**1.043**	**1.201**	**15**	**-**	**639**	**654**
Limites de crédito a liberar	**282**	**1.073**	**-**	**1.355**	**176**	**57**	**-**	**233**
Total Geral	**38.347**	**191.736**	**19.789**	**249.872**	**8.550**	**9.016**	**158.719**	**176.285**

c) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

				31/12/2022
Estágios 1-2-3	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**8.550**	**9.016**	**158.719**	**176.285**
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(2.015)	17.421	-	**15.406**
Estágio 1 para o Estágio 3	(13)	-	3.115	**3.102**
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(39)	404	**365**
Estágio 2 para o Estágio 1	9	(275)	-	**(266)**
Estágio 3 para o Estágio 2	-	22.716	(40.125)	**(17.409)**
Novos ativos financeiros originados ou comprados	36.383	143.913	14.111	**194.407**
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs (1)	973	2.728	(233)	**3.468**
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(5.540)	(3.744)	(116.202)	**(125.486)**
Total dos movimentos	**29.797**	**182.720**	**(138.930)**	**73.587**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**38.347**	**191.736**	**19.789**	**249.872**

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no período.

				31/12/2021
Estágios 1-2-3	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**22.577**	**21.805**	**175.555**	**219.937**
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(396)	1.130	-	**734**
Estágio 1 para o Estágio 3	(56)	-	3.474	**3.418**
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(133)	2.543	**2.410**
Estágio 2 para o Estágio 1	-	(407)	-	**(407)**
Novos ativos financeiros originados ou comprados	7.116	2.987	76.791	**86.894**
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs (1)	(7.553)	(14.371)	(1.905)	**(23.829)**
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(13.138)	(1.995)	(97.739)	**(112.872)**
Total dos movimentos	**(14.027)**	**(12.789)**	**(16.836)**	**(43.652)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**8.550**	**9.016**	**158.719**	**176.285**

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2022	31/12/2021
Bens Não de Uso	864.321	379.873
Loteamento Entre Verdes (1)	-	435.728
Total	**864.321**	**815.601**

(1) A partir de janeiro de 2022, o direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes, anteriormente classificado na linha "Loteamento Entre Verdes" foi reclassificado para "Bens Não de Uso".

12. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 31 de dezembro de 2022, referem-se a depósitos por interposição fiscal, no montante de R$61.296 (R$59.354 em 31 de dezembro de 2021), representados principalmente por depósitos sobre imposto PIS no valor de R$51.020 (R$48.360 em 31 de dezembro de 2021).

13. OUTROS ATIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos	5.766	4.422
Comissões sobre avais e fianças	13.890	14.434
Negociação e intermediação de valores com a bolsa	80.610	86.167
Despesas antecipadas	71.522	45.921
Liquidação de câmbio pronto	1.604	2.324
Títulos em compensação - Serviço ABBC	-	6.302
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (Nota 9.a)	59.946	-
Outros recebíveis	33.783	6.955
Total	**267.121**	**166.525**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

BANCO PINE

14. IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022				31/12/2022
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	**6.555**	**410**	**(958)**	**22.013**	**(16.006)**	**6.007**
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	6.555	410	(958)	22.013	(16.006)	6.007
Outros Imobilizados de Uso	**16.401**	**1.122**	**(313)**	**47.682**	**(30.591)**	**17.091**
Sistema de Segurança e Comunicação	1.083	1.122	(214)	3.861	(1.870)	1.991
Sistema de Processamento de Dados	99	-	(99)	2.278	(2.278)	-
Imobilizado de arrendamento (1)	15.219	-	-	41.543	(26.443)	15.100
Total	**22.956**	**1.532**	**(1.271)**	**69.695**	**(46.597)**	**23.098**

(1) O Pine utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes. No contexto dos contratos de aluguel existentes, a taxa incremental referente à locação de edifício correspondem à 12,64%, enquanto a taxa incremental referente ao leasing de máquinas e equipamentos corresponde a 16,12%

15. INTANGÍVEL

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 10%.

			31/12/2022	31/12/2021
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Licença de uso de sistemas - *software*	3.862	(2.571)	1.291	2.150
Total	**3.862**	**(2.571)**	**1.291**	**2.150**

16. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2022	31/12/2021
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	52.507	532.246
Total	**52.507**	**532.246**
Vencimento		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	35.811
De 91 a 180 dias	52.507	61.055
De 181 a 360 dias	-	435.380
Total	**52.507**	**532.246**

17. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	9.120.366	7.152.398
Total	**9.120.366**	**7.152.398**
Tipo		
Depósitos à vista	108.083	128.698
Depósitos a prazo	7.895.350	6.440.986
Letras de crédito de agronegócio	818.743	262.497
Letras de crédito imobiliário	298.190	320.217
Total	**9.120.366**	**7.152.398**
Por vencimento		
Sem vencimento	108.083	128.698
Até 30 dias	112.046	232.452
De 31 a 60 dias	154.137	187.474
De 61 a 90 dias	303.480	142.055
De 91 a 180 dias	257.103	326.647
De 181 a 360 dias	1.794.702	428.622
Acima de 360 dias	6.390.815	5.706.450
Total	**9.120.366**	**7.152.398**

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Própria		
LTN - letra do tesouro nacional	289.681	589.685
LFT - letra financeira do tesouro	213.828	854.800
NTN - notas do tesouro nacional	3.337.505	2.990.509
Debêntures	102.481	50.022
Total	**3.943.495**	**4.485.016**

19. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No País	Taxa de Juros	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras	10,04% a.a.	-	6.435
Total		**-**	**6.435**

20. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31/12/2022	31/12/2021
Repasses do país - instituições oficiais	2.501	14.409
Operações de repasses do exterior	12.275	26.248
Operações de empréstimos do exterior	5	5
Total	**14.781**	**40.662**

						31/12/2022
Por vencimento	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Repasses do país - instituições oficiais	R$	1,59% a.a.	950	1.507	44	2.501
Operações de repasses do exterior	US$	5,85% a.a.	6.137	6.138	-	12.275
Operações de empréstimos do exterior	US$	1,66% a.a.	5	-	-	5
Total			**7.092**	**7.645**	**44**	**14.781**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

						31/12/2021
Por vencimento	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Repasses do país - instituições oficiais	R$	5,11% a.a.	1.912	5.571	6.926	14.409
Operações de repasses do exterior	US$	5,85% a.a.	-	26.248	-	26.248
Operações de empréstimos do exterior	US$	1,66% a.a.	5	-	-	5
Total			**1.917**	**31.819**	**6.926**	**40.662**

21. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras	49.717	26.272	128.430	204.419	132.506
Total	**49.717**	**26.272**	**128.430**	**204.419**	**132.506**

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2022
Letras Financeiras						
	26.515	2018	2024	CDI	150% a 155%	27.610
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	18.166
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.937
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.609
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.023
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,76%	19.335
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.755
	45.000	2021	2028	CDI	100% a 189%	49.005
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	68.671
Total	**187.296**					**204.419**

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2021
Letras Financeiras						
	27.915	2018	2024	CDI	150% a 155%	28.600
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.851
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.825
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.506
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.014
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,67%	18.237
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.140
	45.000	2021	2028	CDI	153% a 189%	49.025
Total	**123.379**					**132.506**

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	13.889	11.885
Passivo de arrendamento	17.295	16.086
Total	**31.184**	**27.971**

23. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões

	31/12/2022	31/12/2021
Contingências trabalhistas	8.206	6.987
Contingências cíveis	5.792	6.724
Contingências fiscais	-	369
Provisão para despesas de pessoal	9.109	16.664
Provisões para garantias financeiras prestadas	-	7.699
Total	**23.107**	**38.443**

b) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

(i) Provisão para riscos fiscais

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1°. da Lei n° 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2022, os depósitos relativos ao PIS, representavam R$51.020 (R$48.360 em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R$3.604 (R$9.191 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

(ii) Contingências classificadas como prováveis são provisionadas

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências Fiscais	-	55.123	369	52.746
Contingências Trabalhistas	8.206	5.346	6.987	5.724
Contingências Cíveis	5.792	827	6.724	884
Total	**13.998**	**61.296**	**14.080**	**59.354**

(iii) Movimentação das provisões passivas

	31/12/2022				31/12/2021			
	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	**369**	**6.987**	**6.724**	**14.080**	**369**	**6.588**	**6.629**	**13.586**
Constituição (reversão)	(369)	339	(986)	(1.016)	-	(310)	3.266	2.956
Atualização	-	880	54	934	-	709	(3.171)	(2.462)
Saldo final	**-**	**8.206**	**5.792**	**13.998**	**369**	**6.987**	**6.724**	**14.080**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

(iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Pine não possuia processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2022 o Pine não possuia processos fiscais classificados como possíveis (R$184 em 31 de dezembro de 2021).

24. OBRIGAÇÕES FISCAIS - OUTRAS

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda a pagar	3.496	7.264
Contribuição social a pagar	1.951	6.447
Total	**5.447**	**13.711**

25. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a pagar	16.327	8.402
Honorários advocatícios	211	247
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	3.059	3.867
Negociação e intermediação de valores	7.009	14.091
Relações com correspondentes	329	311
Sociais e estatutárias	9.754	-
Recebimentos à identificar	173	331
Câmbio	(7.081)	(11.927)
Outros passivos	9.683	5.225
Total	**39.464**	**20.547**

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado totaliza R$851.665 (R$1.202.393 em 31 de dezembro de 2021) e está dividido em 186.441.207 ações nominativas, sendo 97.895.475 ordinárias e 88.545.732 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2021) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Durante o Período de Direito de Preferência, encerrado dia 23 de março de 2022, foi subscrito um montante de R$49.638, contabilizado em março de 2022 como "Aumento de Capital". Durante o Período de Subscrição de Sobras, encerrado dia 18 de abril de 2022, foram subscritas 7.259.751 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$1,60 por ação, totalizando um valor de R$11.616. Após o encerramento do período de subscrição foram emitidas 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R$61.254.

O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022. No âmbito deste aumento de capital, foi atribuído, como vantagem adicional aos subscritores de cada nova ação de emissão da Companhia, um bônus de subscrição. Cada bônus de subscrição confere ao seu titular o direito de subscrever uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia durante um dos períodos de exercício a seguir: entre 01 de março de 2023 e 31 de março de 2023 (inclusive); (ii) entre 01 de março de 2024 e 29 de março de 2024 (inclusive); (iii) entre 03 de março de 2025 e 31 de março de 2025 (inclusive); ou (iv) entre 02 de março de 2026 e 31 de março de 2026 (inclusive). Os Bônus de Subscrição somente poderão ser exercidos durante os períodos mencionados anteriormente de modo que não será admitido o exercício do Bônus de Subscrição em data anterior ou posterior aos períodos de exercício.

O lucro líquido apurado no 1° semestre de 2022 foi absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, de modo que o saldo desta rubrica passasse de R$418.274 para R$411.982.

Em 28 de setembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social, no montante de R$411.982, mediante a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, verificados nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do 1° semestre de 2022, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no Capital Social da Companhia. A Redução de Capital está pendente de homologação do Bacen.

b) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Juros sobre o Capital Próprio

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em R$5.279.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve deliberação de juros sobre o capital próprio.

Descrição	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	20/01/2023	08/02/2023	0,061550	11.475	0,052317	9.754
Total			**0,061550**	**11.475**	**0,052317**	**9.754**

27. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**(5.766)**	**(4.845)**
Instrumentos de dívida	(10.210)	(8.800)
Efeito fiscal	4.444	3.955
***Hedges* fluxo de caixa**	**28**	**463**
Instrumento de hedge	50	841
Efeito fiscal - hedge	(22)	(378)
Outros ajustes	**(52)**	**(140)**
Outros	(93)	(255)
Efeito fiscal - outros	41	115
Total	**(5.790)**	**(4.522)**

Quando os títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem perda impairment, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são demonstrados no resultado.

No exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Pine não vendeu títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

28. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	23.042	2.561
Instrumentos de dívida	538.375	448.327
Empréstimos e adiantamentos a clientes	911.307	551.158
Total	**1.472.724**	**1.002.046**

29. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício e sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos de instituições financeiras	3.499	1.703
Depósitos de clientes	826.330	696.862
Captações no mercado aberto	447.752	151.621
Obrigações por empréstimos e repasses	7.120	4.515
Obrigações por títulos e valores mobiliários	56	84
Dívidas subordinadas	23.847	14.168
Outros juros	136.366	68.286
Total	**1.444.970**	**937.239**

30. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Receitas de tarifas e comissões' é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Pine e empresas controladas no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	31/12/2022	31/12/2021
Comissão de Fiança	6.893	11.691
Comissão de estruturação	6.684	441
Tarifas Interbancárias	33.052	23.312
Outras (1)	5.574	28.725
Total	**52.203**	**64.169**

(1) Em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao resultado reconhecido sobre o contrato de prestação de serviço de direito de exclusividade.

31. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Despesas de tarifas e comissões' mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no exercício exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	31/12/2022	31/12/2021
Comissões	839	823
Serviços bancários	1.624	1.888
Teleprocessamento	4.482	3.121
Outros	2.221	2.530
Total	**9.166**	**8.362**

32. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Títulos e valores mobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos de dívida	5.859	3.456
Instrumentos de capital	15.926	1.046
Total	**21.785**	**4.502**

b) Derivativos

	31/12/2022	31/12/2021
Futuro	594.735	(125.355)
Opções	22.169	91.782
Swap	(17.073)	57.663
Termo	(389.856)	44.737
Total	**209.975**	**68.827**

33. VARIAÇÕES CAMBIAIS

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. Não são considerados os efeitos de variação cambial para hedge. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o valor de despesa com variação cambial é de R$35.396 (despesa de R$22.405 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

34. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de despesas	1.055	3
Rendas de aluguéis	8.041	7.153
Despesas com Cessão	(708)	(216)
Outras receitas (despesas)	8.199	9.255
Outras provisões	441	6.109
Total	**17.028**	**22.304**

35. DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	55.262	51.880
Benefícios e treinamento	15.370	13.169
Encargos sociais	25.070	19.190
Participações nos resultados	24.646	15.614
Total	**120.348**	**99.853**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

BANCO PINE

36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de água, energia e gás	1.258	1.889
Despesas com aluguéis	5.436	14.165
Despesas de arrendamento de bens	709	1.171
Despesas de comunicações	6.569	6.014
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.101	901
Despesas de processamento de dados	18.781	15.972
Despesas de relações públicas	1.583	1.738
Despesas de seguros	6.204	5.033
Despesas com serviços do sistema financeiro	3.352	2.635
Despesas com serviços de terceiros	1.921	1.922
Despesas com serviços de vigilância e segurança	2.519	2.535
Despesas com serviços técnicos especializados	11.731	13.832
Despesas de transporte	579	374
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	3.549	8.525
Despesas de viagens	526	340
Outras despesas administrativas	10.434	5.851
Total	**76.252**	**82.897**

37. PROVISÕES LÍQUIDAS

	31/12/2022	31/12/2021
Atualização monetária	2.073	(420)
(Provisão) Reversão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	907	(5.092)
Provisão para Bens Não de Uso - Imóveis	-	(742)
Reversão de provisão - Fianças	8.792	-
Total	**11.772**	**(6.254)**

38. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a receita no montante de R$54.203 (receita no montante de R$23.770 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

39. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	80.654	10.486
Prejuízo antes da tributação	**80.654**	**10.486**
Alíquota vigente	46%	50%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(37.101)	(5.243)
Diferenças permanentes	**3.739**	**(2.783)**
Variação Cambial de Investimentos no exterior	-	1.504
Majoração da alíquota da CSLL [1]	445	116
Outros ajustes	3.294	(4.403)
Imposto de renda e contribuição social	**(33.362)**	**(8.026)**

(1) No período findo em 30 de setembro de 2022, a alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 21% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei 14.446/22, que altera o Art. 3°, inciso II-A Lei n° 7.689/88. No período findo em 30 de setembro de 2021, a alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3°, inciso II-A da Lei n° 7.689/88.

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Impairment	155.332	172.010
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros	(117.074)	(64.851)
Outras provisões	4.639	11.771
Outros ajustes	(1.026)	(7.638)
Prejuízo fiscal / base negativa	555.014	572.689
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	171.380	96.463
Total	**768.265**	**780.444**

c) Impostos reconhecidos no patrimônio

	31/12/2022	31/12/2021
Avaliação de títulos (renda fixa)	4.444	3.955
Avaliação de *hedge* de fluxo de caixa	(22)	(378)
Outros ajustes	41	115
Total	**4.463**	**3.692**

d) Movimentação de impostos diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**784.136**	**775.796**
Débito (crédito) ao resultado	(12.179)	(7.052)
Débito (crédito) no patrimônio líquido	771	15.392
Saldo final	**772.728**	**784.136**

e) Prazo de realização

	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 ano	231.123	219.503
De 1 a 2 anos	46.465	38.824
De 2 a 3 anos	58.155	15.984
De 3 a 4 anos	117.349	9.983
De 4 a 5 anos	88.727	91.138
De 5 a 8 anos	172.509	322.467
De 8 a 10 anos	58.400	86.237
Total	**772.728**	**784.136**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

40. LIMITES OPERACIONAIS

a) Índice da Basileia

O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2022, foi de 11,39% (11,11% em 31 de dezembro de 2021), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 3.930/93, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

c) Índice de Imobilização

O Índice de Imobilização em 31 de dezembro de 2022, foi de 15,12% (19,12% em 31 de dezembro de 2021). De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.

41. GARANTIAS PRESTADAS

O Pine oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.410	-	3.410	1
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	304.179	-	307.859	274
Outras Fianças Bancárias	47.415	1.201	47.682	7.424
Total	**355.004**	**1.201**	**358.951**	**7.699**

São fornecidos aos clientes do Pine garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Pine tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

42. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e

b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações, que são diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R$5.243 (R$2.226 em 31 de dezembro de 2021) e a despesa de R$2.688 (R$3.267 em 31 de dezembro de 2021) de acordo com os critérios definidos no plano.

Em função da reorganização do Plano de Negócios e do modelo de gestão do Banco, visando a otimização dos custos, aumento de eficiência e melhor integração, tivemos ao longo dos trimestres de 2022 despesas relacionadas com saídas e contratações de Executivos e outorga de um novo plano de retenção.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa	10.310	9.356
Remuneração variável	5.243	2.226
Benefícios de curto prazo	7.583	4.148
Total	**23.136**	**15.730**

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Remuneração baseada ações

							31/12/2022	
					Quantidade		Vencimento	
	Data da outorga	Preço de exercício em R$	Outorgada	Exercida	Extinta	Não exercida	% Exercível	Exercida em
PLANO VIII	24/02/2017	4,09	108	108	-	-	33,33% 66,66% 100,00%	25/08/2019 25/08/2020 25/08/2021
PLANO IX	02/03/2018	3,34	569	354	-	215	33,33% 66,66% 100,00%	25/08/2019 25/08/2020 25/08/2021
PLANO X	01/09/2018	2,20	44	44	-	-	33,33% 66,66% 100,00%	25/08/2019 25/08/2020 25/08/2021
PLANO XI	06/09/2018	2,20	800	800	-	-	33,33% 66,66% 100,00%	25/08/2019 25/08/2020 25/08/2021
Total			**1.521**	**1.306**	**-**	**215**		

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve constituição de novos planos de remuneração baseada em ações.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 3.a, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de Juros		Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	% CDI	Prazos até	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Administradores [1]			**2.017**	**8.390**	**(123)**	**(221)**
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	45	324	-	-
Depósitos à prazo	127% CDI a 100% IPCA	26/06/2028	152	941	(4)	(156)
Capital no Mercado Aberto	-	-	-	3.501	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	97% a 116% CDI	29/05/2024	35	240	(1)	(16)
Recursos de letras de crédito imobiliário	100% CDI	29/05/2024	263	519	(30)	(8)
Recursos de letras financeiras	150% CDI e 100% IPCA	13/04/2029	1.522	2.865	(88)	(41)
Familiares imediatos [1]			**41.999**	**13.028**	**(836)**	**(489)**
Operações de crédito	CDI + 7,00% a.a	09/07/2024	20.804	2.119	(265)	119
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	203	3	-	-
Depósitos à prazo	127% CDI e 100% IPCA	18/02/2028	11.748	1.424	(1)	(241)
Capital no Mercado Aberto	-	-	-	500	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	95% a 118%	29/05/2024	201	204	1	(11)
Recursos de letras de crédito imobiliário	100% a 118%	29/05/2024	128	420	(14)	(11)
Recursos de letras financeiras	150% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	8.915	8.358	(557)	(345)
Empresas ligadas			**57.854**	**109.158**	**(4.185)**	**(492)**
Valores a Receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			10	-	(24)	1
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			8	-	(25)	3
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)			-	-	-	1
Pine Corretora de Seguros Ltda.			12	2	(59)	6
Pine Ativos Imobiliários LTDA			2	-	(20)	-
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		Sem vencimento	3.063	88	-	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	2.464	-	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)		Sem vencimento	24.679	64.137	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	59	92	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	3	53	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA		Sem vencimento	17.632	2.314	-	-
Depósitos à prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	19/12/2024	1.740	-	(253)	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	15/12/2023	-	1.027	(78)	(12)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99% CDI	29/11/2023	195	179	(22)	(2)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	09/09/2026	2.966	6.734	(661)	(81)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	05/05/2025	784	192	(71)	(4)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	01/04/2024	4.237	34.340	(2.972)	(404)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

						31/12/2022
Acionistas	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais	Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.465.946	23,11	118.361.421	63,48
Pessoa Jurídica	-	-	16.287.867	18,39	16.287.867	8,74
Conselho de Administração	-	-	171.604	0,19	171.604	0,09
Conselho Fiscal	-	-	2.025.976	2,29	2.025.976	1,09
Administradores	-	-	3.262.356	3,68	3.262.356	1,75
Total	**97.895.475**	**100,00**	**42.213.749**	**47,66**	**140.109.224**	**75,15**

						31/12/2021
Acionistas	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais	Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.402	20,89	90.738.244	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.281.394	1,77	1.281.394	0,86
Administradores	-	-	463.762	0,64	463.762	0,31
Total	**75.577.842**	**100,00**	**16.905.558**	**23,30**	**92.483.400**	**62,41**

43. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2022 é composta, conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	68.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.324
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro de vida	Seguro de vida - funcionários	500

b) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses' que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 31 de dezembro de 2022 o montante é de R$19.215 com vencimento de curto prazo (R$27.183 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

44. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Introdução

O Banco Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Banco Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

Gerenciamento do risco de crédito

• Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;

• Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;

• Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);

• Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);

• Comitê de Risco Operacional, Controles Internos, GCN e SI, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (operacional, continuidade de negócio, segurança cibernética);

• CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;

• Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;

• Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;

• Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária;

• Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites;

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

• Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Banco Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;

• Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais uma provisão para perda esperada é reconhecida. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas abaixo são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

				31/12/2022
	Estágios			
Ativos Financeiros	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado	**4.825.148**	**1.041.457**	**29.075**	**5.895.680**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	367.890	15.002	-	382.892
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	4.457.258	1.026.455	29.075	5.512.788
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**114.560**	**845.694**	**42.602**	**1.002.856**
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	114.560	845.694	42.602	1.002.856
Garantias prestadas e responsabilidades	**332.972**	**-**	**34.250**	**367.222**
Limites de crédito a liberar	**44.991**	**107.150**	**200**	**152.341**
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	**5.317.671**	**1.994.301**	**106.127**	**7.418.099**
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(38.347)	(191.736)	(19.789)	(249.872)
Exposição Líquida	**5.279.324**	**1.802.565**	**86.338**	**7.168.227**

				31/12/2021
	Estágios			
Ativos Financeiros	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado	**3.898.065**	**263.169**	**273.823**	**4.435.057**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	93.012	-	-	93.012
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	3.805.053	263.169	273.823	4.342.045
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**736.443**	**-**	**99.758**	**836.201**
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	736.443	-	99.758	836.201
Garantias prestadas e responsabilidades	**334.329**	**2.347**	**24.712**	**361.388**
Limites de crédito a liberar	**194.814**	**2.696**	**200**	**197.710**
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	**5.163.651**	**268.212**	**398.493**	**5.830.356**
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(8.550)	(9.016)	(158.719)	(176.285)
Exposição Líquida	**5.155.101**	**259.196**	**239.774**	**5.654.071**

g) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao valor justo (VJR)	**92.188**	**273.985**
Instrumentos de dívida	91.527	273.584
Instrumentos de capital	661	401
Instrumentos financeiros derivativos	**1.396.887**	**1.659.529**
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável	**1.489.075**	**1.933.514**

h) Qualidade de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição total dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

		Total em %
Classificação Interna	31/12/2022	31/12/2021
Raro	44%	42%
Baixo	12%	14%
Médio	7%	7%
Significativo	15%	17%
Alto	11%	14%
Muito Alto	11%	6%

O Pine estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

i) Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Pine para fins de elaboração destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Pine (nota 3).

(i) Definição de inadimplência e cura

O Pine considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Pine as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Pine considera a classificação interna de risco de crédito.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de quatro meses. Este período foi determinado com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*)

O Pine possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes, associados empiricamente a probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Pine.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

Para calcular a EAD o Pine faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

• Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Pine avalia a possibilidade de eventos de inadimplência nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.

• Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Pine avalia a possibilidade de eventos de inadimplência ao longo da vida para o cálculo da PE.

Perda em caso de inadimplência (LGD)

O Pine monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Pine avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Aumento significativo de risco de crédito

O Pine considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

• Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;

• Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e

• 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros.

O Pine considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3.l, o Pine calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Pine agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

• Tipo de produto (crédito pessoal, crédito pessoal consignado, operação de cartão de crédito, operações de cartão de crédito consignado e cheque especial); e

• Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

j) Premissas de variáveis econômicas

Nos modelos de PE, o Pine utiliza informações macroeconômicas, incluindo o IGPM e a Produção Industrial com informação prospectiva para 12 meses, conforme demonstrado no quadro abaixo.

		Dez/22	Mar/23	Jun/23	Set/23	Dez/23
IGPM	Base	11,47%	6,09%	3,99%	4,06%	4,29%
Produção Industrial (%)	Base	1,31%	-0,13%	-1,33%	-2,21%	-2,15%

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste na perda esperada foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

k) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento, dada eventual inadimplemento do devedor.

As garantias formalizadas em operações de crédito são aprovadas em comitê, formalizadas e/ou constituídas por área distinta da área responsável por contratação e controladas em sistema específico.

l) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - *Asset and liability committee* e alta Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes, cenários e limites no referido comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

• Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;

• Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

• Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (*funding gap*);

• Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - *Asset and liability committee)* :

• Projeção de cenários de estresse de liquidez : moderado e extremo;

• Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;

• Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - *Asset and liability committee* .

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão distribuídas nas seguintes unidades:

• Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - *Asset and liability committee*);

• Área ALM na Tesouraria;

• Risco de Liquidez & Mercado e Diretoria de Riscos, Compliance, PLD e Segurança da Informação.

m) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;

• Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez *Target*

A liquidez *target* tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O pano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

Balanço Patrimonial por liquidez

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com o período em que se estima que sejam recuperados ou liquidados.

					31/12/2022
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	16.263	279.788	215.561	68.978	171.808
Títulos e valores mobiliários	191.446	719.972	1.134.637	2.438.555	405.485
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	2.513.541	627.482	231.239	53	-
Total	**2.721.250**	**1.627.242**	**1.581.437**	**2.507.586**	**577.293**
PASSIVO					
Depósitos de clientes	417.938	2.188.766	3.212.869	2.759.967	439.858
Depósitos de instituições financeiras	7.142	5.714	56.350	3.021	2.917
Total	**425.080**	**2.194.480**	**3.269.219**	**2.762.988**	**442.775**
Derivativos	**(774.120)**	**341.179**	**(41.818)**	**288.018**	**(55.887)**
GAP	**1.522.050**	**(226.059)**	**(1.729.600)**	**32.616**	**78.631**

n) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;

• Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Riscos) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (*Value at Risk – VaR*)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s, para a data base:

o) Análise de sensibilidade

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2022:

		Análise de Sensibilidade		
		31/12/2022		
		Cenários		
Fator de Risco	Exposição	Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(17.210.424)	(25.298.893)	(50.597.786)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	(2.682)	(29.740)	(59.480)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	133.897	3.941.953	7.883.907
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	(369.666)	(5.848.484)	(11.696.968)
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(103.776)	(3.712.566)	(7.425.132)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(16.699)	(24.521)	(49.042)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	454.560	639.183	1.278.366
Total (soma não correlacionada)*		**(18.366.206)**	**(40.557.641)**	**(81.115.283)**
Total (soma correlacionada)**		**(18.082.042)**	**(32.169.068)**	**(64.338.137)**

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

	Cenários		
Cenário I - Provável	Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado em 31 de dezembro de 2022 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).		
Curva	**Taxa Mercado (1 ano)**	**Choque**	**Nova Taxa Mercado (1 ano)**
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,41%	1,61%	13,62%
Índice de Preços (IGPM)	7,54%	3,11%	7,77%
Índice de Preços (IPCA)	7,08%	2,57%	7,27%
Taxa Referencial (TR)	11,08%	0,61%	11,15%
Taxa de Cupom de Dólar	6,14%	1,09%	6,21%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	3,10%	11,73%	3,46%
Taxas *OffShore* (Libor + outras Offshore)	4,80%	0,10%	4,80%
Moedas	5,29	0,18	6,23

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

Cenário II - Possível

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,41%	25%	16,76%
Índice de Preços (IGPM)	7,54%	25%	9,42%
Índice de Preços (IPCA)	7,08%	25%	8,86%
Taxa Referencial (TR)	11,08%	25%	13,85%
Taxa de Cupom de Dólar	6,14%	25%	7,67%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	3,10%	25%	3,88%
Taxas *OffShore* (Libor + outras Offshore)	4,80%	25%	6,00%
Moedas	5,29	25%	6,61

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,41%	50%	20,11%
Índice de Preços (IGPM)	7,54%	50%	11,31%
Índice de Preços (IPCA)	7,08%	50%	10,63%
Taxa Referencial (TR)	11,08%	50%	16,62%
Taxa de Cupom de Dólar	6,14%	50%	9,21%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	3,10%	50%	4,65%
Taxas *OffShore* (Libor + outras Offshore)	4,80%	50%	7,20%
Moedas	5,29	50%	7,94

(i) Balanço por moeda

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à moedas, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com as principais moedas negociadas.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Dólar	Euro	Dólar	Euro
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	19.274	248	75.195	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	86.122	2.738	64.725	-
Outros ativos	(18)	-	(23)	-
Total	**105.379**	**2.986**	**139.897**	**-**
PASSIVO				
Depósitos de clientes	2.000	-	6.500	-
Obrigações por empréstimos e repasses	3.172	-	6.732	765
Relações com correspondentes	16.080	-	6.110	-
Total	**21.252**	**-**	**19.342**	**765**
Derivativos	**83.591**	**3.003**	**120.305**	**(689)**
GAP	**535**	**(17)**	**250**	**(76)**

(ii) Balanço por Risco de Mercado

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à mercado, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com os principais fatores de risco incorridos.

	31/12/2022				31/12/2021			
	Pré	IPCA	TJLP	TR	Pré	IPCA	TJLP	TR
ATIVO								
Caixa e equivalentes de caixa	307.245	436.574	-	-	693.393	261.154	-	-
Instrumentos de dívida	3.386.159	1.675.111	-	52.961	3.481.866	1.208.287	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.619.405	8.151	-	198.323	1.375.040	-	-	26.761
Total	**6.312.809**	**2.119.836**	**-**	**251.284**	**5.550.299**	**1.469.441**	**-**	**26.761**
PASSIVO								
Depósitos de clientes	6.530.167	2.169.834	-	-	2.499.260	813.559	-	-
Depósitos de instituições financeiras	55.670	14.553	-	-	3.343.333	753.561	-	-
Captações no mercado aberto	-	-	-	86	40.142	17.381	-	22.711
Total	**6.585.837**	**2.184.387**	**-**	**86**	**5.882.735**	**1.584.501**	**-**	**22.711**
Derivativos	**453.771**	**2.629**	**-**	**-**	**477.488**	**(9.605)**	**(4.344)**	**-**
GAP	**180.743**	**(61.922)**	**-**	**251.198**	**145.052**	**(124.665)**	**(4.344)**	**4.050**

p) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes

O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;

• Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental (PRSA)

A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição. O Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades consideradas nocivas à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo *mindset* digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto o prejuízo líquido por ação)

Plano de Continuidade de Negócios

O Banco Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Banco Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).

45. OUTROS ASSUNTOS

O cenário de pandemia causado pelo novo Coronavírus (Covid-19) desde 2020 exigiu que o Banco Pine colocasse em prática medidas de monitoramento contingenciais para amenizar os efeitos que pudessem afetar suas operações e resultados, atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, visando sempre a saúde e bem-estar dos colaboradores, e em consonância com os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades.

Com o avanço da vacinação no país, foi possível realizar o retorno gradual aos escritórios por meio da implantação de um modelo híbrido de trabalho, reflexo dos investimentos em tecnologia que permitiram as interações virtuais com mais agilidade.

Para mais informações sobre a estratégia e performance do Banco, consulte o relatório gerencial do exercício de 2022 disponível no site de Relações com Investidores https://ri.pine.com.

46. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BRGAAP e IFRS)

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, denominadas "BRGAAP" e estão sendo apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

De acordo com a Resolução CMN n° 4.818/20, apresentamos a seguir a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) e patrimônio líquido entre o BRGAAP e o IFRS:

Resultado	Referência	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - BRGAAP		**40.899**	**5.942**
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*	a	12.228	(24.621)
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	(899)	(789)
Ajuste IFRS 15 - Exclusividade de seguros	c	-	22.758
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	d	203	196
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	e	(5.139)	(1.026)
Resultado - IFRS		**47.292**	**2.460**

Patrimônio Líquido	Referência	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido - BRGAAP		**868.979**	**779.133**
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*	a	12.231	53.548
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	(5.158)	(4.256)
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	d	(2.195)	(2.403)
Ajuste IFRS - MTM *Hedge*	f	51	844
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	e	(4.302)	(23.612)
Patrimônio Líquido - IFRS		**869.606**	**803.254**

a) Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. O BRGAAP baseia-se na Resolução CMN n° 2.682/99.

b) Ajuste IFRS 9 – Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Para o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas, pelo regime de caixa.

c) Ajuste IFRS 15 – Contrato de exclusividade de operações de seguros

Refere-se ao acordo comercial entre o Banco Pine e a Seguradora (parte não relacionada). No exercício de 2021, houve cessão do contrato de direito de exclusividade, sem cláusulas de obrigação de desempenho, portanto o valor que no IFRS seria diferido no tempo do contrato de exclusividade, foi reconhecido diretamente no resultado.

d) Ajuste IFRS 16 - Aluguel (Contratos de arrendamentos)

O Banco Pine arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes aos mecanismos de funcionamento de seu negócio. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Para o BRGAAP, os alugueis são reconhecidos como despesa administrativa.

e) Ajuste IFRS - Ativos fiscais diferidos

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

f) Ajuste IFRS - MTM *Hedge*

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", somente a parte do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* qualificado como *hedge accounting* de fluxo de caixa, que é determinada como *hedge* eficaz, deve ser reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes. O IFRS 9 também requer que a descontinuidade do *hedge accounting* de fluxo de caixa e o ganho ou a perda cumulativa resultante do instrumento de *hedge* que se mantém reconhecido como resultados abrangentes, desde o período em que o hedge estava em vigor, deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até a liquidação do objeto do *hedge*.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Ações em tesouraria

Em 14 de fevereiro de 2023, o Banco Pine comunicou aos seus acionistas, a abertura de um novo programa de recompra de ações preferenciais de própria emissão. A deliberação autorizou a aquisição de até 3.000.000 de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5° do artigo 7° do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM n° 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN n° 3.921/10.

b) Cessão cotas

Em janeiro de 2023, foi constituída a empresa Goiana Agronegócios – Administração e Participações Ltda., onde o Banco Pine realizou aporte de capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens imóveis, no montante de R$91.670, dividido em 91.670.000 cotas, com participação de 99,9999%.
Em fevereiro de 2023, o Banco Pine celebrou contrato de cessão e transferência das cotas de sua titularidade ao ID Goiana Fundo de Investimento Fiagro Imobiliário (Fundo), se tornando cotista do Fundo, mediante à cessão.

****

A DIRETORIA

CONTADOR
Johnata Alex Sandro Troquetti - CRC SP 305295/O-0

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais - R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	**1.743.308**	**1.104.318**
Intermediação financeira	1.669.089	1.034.789
Prestação de serviços	43.037	55.807
Provisão /(Reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(40.047)	(32.354)
Outras	71.229	46.076
Despesas de intermediação financeira	**(1.444.970)**	**(874.248)**
Insumor adquiridos de terceiros	**(59.866)**	**(79.941)**
Materiais, energia e outros	(1.409)	(2.058)
Serviços de terceiros	(70.230)	(71.629)
Outros	11.773	(6.254)
Valor adicionado bruto	**238.472**	**150.129**
Retenções	**(4.304)**	**(4.256)**
Depreciação e amortização	(4.304)	(4.256)
Valor adicionado líquido produzido	**234.168**	**145.873**
Valor adicionado total a distribuir	**234.168**	**145.873**
Distribuição do valor adicionado	**234.168**	**145.873**
Pessoal	**120.347**	**99.855**
Remuneração direta	55.263	51.880
Benefícios	15.370	13.168
FGTS	5.358	4.081
Outros	44.356	30.726
Impostos, taxas e contribuições	**60.384**	**28.222**
Federais	48.369	16.967
Municipais	12.015	11.255
Remuneração de capitais de terceiros	**6.145**	**15.336**
Aluguéis	6.145	15.336
Remuneração de capitais próprios	**47.292**	**2.460**
Juros sobre o capital próprio	11.475	-
Lucros retidos do exercício	35.817	2.460

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

BANCO PINE S.A.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

						31/12/2022
Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)	%	Quantidade do Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	97.895.475	100,00	20.465.946	23,11	118.361.421	63,48
Administradores	**-**	**0,00**	**4.796.339**	**5,42**	**4.796.339**	**2,57**
Conselho de Administração	-	0,00	171.604	0,19	171.604	0,09
Conselho Fiscal	-	0,00	2.025.976	2,29	2.025.976	1,09
Diretoria	-	0,00	2.598.759	2,93	2.598.759	1,39
Outros Acionistas	-	0,00	63.283.447	71,47	63.283.447	33,94
Total	**97.895.475**	**100,00**	**88.545.732**	**100,00**	**186.441.207**	**100,00**
Ações em Circulação			**68.079.786**	**76,89**	**68.079.786**	**36,52**

****

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Banco Pine S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado

Conforme divulgado nas notas 3, 3(e), 6(a) e 25(c), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados na categoria disponível para venda e mensurados ao valor justo.

Os títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Porque é um PAA

Conforme divulgado nas notas 3(h) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando
o estabelecimento de níveis de risco (rating)
para cada operação, conforme previsto na Resolução no 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (rating) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos ratings e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ativos não financeiros mantidos para venda

Porque é um PAA

Conforme divulgado nas notas 3(j) e 11(a), o Banco e suas controladas possuem ativos não financeiros mantidos para venda compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo, além de premissas estabelecidas pela administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis, bem como a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.
Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Contingências fiscais

Porque é um PAA

Conforme divulgado nas notas 3(q) e 15(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo. Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no exercício corrente.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no exercício corrente.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

Porque é um PAA

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a

procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na
auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

****
****

Banco Pine S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco Pine S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado
Porque é um PAA
Conforme divulgado nas notas 3(k) e 7, o Banco mantêm investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Esses títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Mantivemos essa área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos com as utilizadas no mercado, verificamos a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.
Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes
Porque é um PAA
Conforme divulgado nas notas 3(m) e 10, o Banco registra provisão para perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamento a clientes, considerando os requerimentos da norma contábil IFRS 9 - Financial Instruments.

A determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve um elevado nível de julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9, bem como na determinação do montante de provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação.

Dessa forma, essa área manteve-se como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos nosso entendimento sobre os procedimentos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma quanto ao processo de determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes.

Em relação à metodologia e apuração da perda de crédito esperada, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos do IFRS 9, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos empréstimos e recebíveis nos estágios previstos pela IFRS 9, e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Valor recuperável do crédito tributário
Porque é um PAA

Conforme divulgado nas notas 3(j) e 39, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação de premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos e a expectativa de realização do crédito tributário.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário, elaborado pela administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Mensuração do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda
Porque é um PAA
Conforme divulgado nas notas 3(o) e 11, o Banco possui ativos não circulantes mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzidos por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo, além de premissas estabelecidas pela administração.

Essa área segue como foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis, bem como a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, o entendimento dos controles da administração sobre avaliação do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda, bem como sobre a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Contingências fiscais

Porque é um PAA

Conforme divulgado nas notas 3(x) e 23(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos sobre os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

Porque é um PAA

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa área permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram o entendimento dos controles da administração sobre o ambiente de tecnologia da informação e os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada no Anexo 1 como
informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em
conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa
opinião, avaliamos se esse Anexo 1 está conciliado com as demonstrações financeiras e registros contábeis,
conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no
Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes,
segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações
financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, Parecer do Comitê de Auditoria e demais peças das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e com base nos exames efetuados, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela PricewaterhouseCooper Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer ressalva a ser feita em relação às citadas peças.

Membros do Conselho Fiscal

Jefferson Dias Miceli
Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Welinton Gesteira Souza

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RESUMO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores (https://ri.pine.com), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para a execução da supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no exercício de 2022

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers (PwC) para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras Consolidadas: O Comitê em reuniões com a Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria para o período em análise.

d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Risco do Conglomerado Pine de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

e) Canal de Denúncias: O Comitê de Auditoria monitora o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no sítio eletrônico do Conglomerado Pine e acompanha, quando existentes, o tratamento dos casos com envolvimento da administração.

f) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança e atuação e comprometimento dos gestores.

g) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades neste órgão de administração. Adicionalmente, o presidente e membro qualificado do Comitê esteve presente em reuniões

do Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, assim como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2023.

William Pereira Pinto – Presidente e Membro Qualificado
Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração
Walkyria Aparecida Augusto – Membro Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior
Alcides Roberto Rocha
Claudio da Costa
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Guilherme Vieira Neves
Marcelo Camargo
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Renata Leme Borges dos Santos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior
Alcides Roberto Rocha
Claudio da Costa
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Guilherme Vieira Neves
Marcelo Camargo
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Renata Leme Borges dos Santos